Universidade do Minho
Escola de Arquitetura, Arte e Design

Cláudia Isabel Araújo Alves

Habitação como Motor de Dinâmicas Sociais em Territórios Rurais: O Caso da Aldeia de Covide

junho de 2026

Habitação como Motor de Dinâmicas Sociais em Territórios Rurais: O Caso da Aldeia de Covide
Cláudia Alves
UMinho | 2026

Universidade do Minho
Escola de Arquitetura, Arte e Design

Cláudia Isabel Araújo Alves

Habitação como Motor de Dinâmicas Sociais em Territórios Rurais: O Caso da Aldeia de Covide

Trabalho de Projeto
Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao Grau de Mestre em Arquitetura
Área de Cultura Arquitetónica

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor José Manuel do Couto Ramos Capela

junho de 2026

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos. Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada. Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição
CC BY

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo apoio incondicional, pela compreensão, confiança e incentivo constante ao longo de todo o meu percurso académico. Sem eles, sem dúvida este caminho não teria sido possível.
Aos meus amigos, em especial á Maria e á Sofia, pela partilha, pela presença e pelo apoio ao longo destes cinco anos, que tornaram esta etapa mais leve e significativa.
Ao Professor José Capela, pelo acompanhamento, disponibilidade e apoio na realização de todo o trabalho desenvolvido.

A todos, o meu sincero obrigada!

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração. Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

DECLARAÇÃO DE USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri a qualquer forma de utilização indevida de ferramentas de Inteligência Artificial (IA), nem à falsificação ou omissão de informações, fontes, dados, resultados ou processos em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.
Declaro ainda que qualquer utilização de ferramentas de IA foi feita de forma transparente e responsável, encontrando-se devidamente assinalada/ descrita no trabalho, e que procedi à verificação crítica da exatidão do conteúdo produzido com o seu apoio, assumindo integralmente a responsabilidade pelo que submeto.
Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho, bem como as normas aplicáveis de integridade académica e de proteção de dados.

TÍTULO

Habitação como Motor de Dinâmicas Sociais em Territórios Rurais: O Caso da Aldeia de Covide

RESUMO

O despovoamento e o envelhecimento dos territórios rurais têm originado o abandono gradual dos edifícios, a perda de dinâmicas sociais e a consequente desvalorização do património local. Este fenómeno resulta, em grande medida, da procura de melhores condições de vida e novas oportunidades por parte das populações, levando à sua deslocação para centros urbanos. Neste contexto, o presente trabalho incide sobre a aldeia de Covide, em Terras de Bouro, onde estas transformações são particularmente evidentes, sobretudo no núcleo histórico, marcado pela degradação e desocupação habitacional. Perante esta realidade, adota-se o conceito de "decrescimento" como referência teórica, promovendo uma análise crítica dos modelos convencionais de desenvolvimento. Defende-se, assim, uma abordagem centrada na qualidade de vida, na valorização da escala local e no aproveitamento dos recursos existentes.

A habitação surge, neste âmbito, como um elemento estruturante na regeneração do território, assumindo não apenas a função de abrigo, mas também um papel fundamental na promoção de relações sociais e comunitárias.

A título exemplificativo, propõe-se a reabilitação de dois edifícios devolutos, a Casa do Catalão e uma segunda habitação existente na aldeia. A intervenção propõe a introdução de novas tipologias habitacionais e de um programa coletivo que integra espaços partilhados e produtivos, como a Oficina do Linho. Pretende-se, assim, fomentar formas de habitar baseadas na partilha, na proximidade e na ligação ao território, conciliando usos permanentes e temporários.

Palavras-chave:

Decrescimento
Habitação Coletiva
Reabilitação Arquitetónica
Revitalização Territorial
Territórios Rurais

TITLE

Housing as a Driver of Social Dynamics in Rural Areas: The Case of the Village of Covide

ABSTRACT

The depopulation and aging of rural areas have led to the gradual abandonment of buildings, the loss of social dynamics, and the consequent devaluation of local heritage. This phenomenon largely results from the search for better living conditions and new opportunities by the population, leading to their displacement to urban centers. In this context, this work focuses on the village of Covide, in Terras de Bouro, where these transformations are particularly evident, especially in the historical center, marked by degradation and housing vacancy. Given this reality, the concept of "degrowth" is adopted as a theoretical reference, promoting a critical analysis of conventional development models. Thus, an approach focused on quality of life, the valorization of the local scale, and the use of existing resources is advocated.

Housing emerges, in this context, as a structuring element in the regeneration of the territory, assuming not only the function of shelter, but also a fundamental role in promoting social and community relations.

By way of example, the rehabilitation of two derelict buildings is proposed: the Casa do Catalão and a second existing dwelling in the village. The intervention proposes the introduction of new housing typologies and a collective program that integrates shared and productive spaces, such as the Linen Workshop. The aim is to foster ways of living based on sharing, proximity, and connection to the territory, reconciling permanent and temporary uses.

Keywords:

Architectural Rehabilitation
Collective Housing
Degrowth
Rural Territories
Territorial Revitalization

ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS

I. INTRODUÇÃO.....**1**
Enquadramento ao Tema do Trabalho
Estrutura do Trabalho

II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....**4**
Decrescimento
Decrescimento e Territórios Rurais
Ligação entre a Teoria e Intervenção Prática

III. ANÁLISE DE COVIDE.....**9**
Localização e Contexto Territorial
Caracterização Demográfica e Socioeconómica
Identidade Local e Territorial
Estrutura Funcional da Aldeia e Desafios a Intervir

IV. DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO E PRÍCIPIOS ADOTADOS EM PATRIMÓNIO.....**28**
Definição da Estratégia de Intervenção
Introdução à intervenção em património arquitetónico e princípios fundamentais de conservação e reabilitação
Tipologias de intervenção
Posicionamento metodológico do projeto e aplicação dos princípios ao caso de estudo

V. IDEIA E DESENVOLVIMENTO DO PROJETO.....**48**
Seleção e Caracterização das Habitações
Ideia e Desenvolvimento do Projeto
Programa Específico da Oficina do Linho
Infraestrutura e Expressão Arquitetónica

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....**114**
Conclusão
Referências Bibliográficas

Indíce de Figuras

Enquadramento Teórico

F | 2.01 | Pág.8 | Fotomontagem da Aldeia
Da autoria do grupo de trabalho do primeiro semestre (Cláudia Alves, Ana Sofia Ribeiro, Mariana Gonçalves)

Análise de Covide

F | 3.01 | Pág.10 | Localização da Aldeia de Covide
Imagem gerada IA
F | 3.02 | Pág.11 | Fotos da Aldeia de Covide
De autoria própria
F | 3.03 | Pág.13 | Enquadramento Territorial de Covide
Da autoria do grupo de trabalho do primeiro semestre (Cláudia Alves, Ana Sofia Ribeiro, Mariana Gonçalves)
F | 3.04 | Pág.14 | Gráfico da Faixa Etária da População da Aldeia
Da autoria do grupo de trabalho do primeiro semestre (Cláudia Alves, Ana Sofia Ribeiro, Mariana Gonçalves)
F | 3.05 | Pág.14 | Gráfico da Quantidade de População da Aldeia ao Longo dos Anos
Da autoria do grupo de trabalho do primeiro semestre (Cláudia Alves, Ana Sofia Ribeiro, Mariana Gonçalves)
F | 3.06 | Pág.15 | Gráfico da População Residente Empregada ou Estudante por Local
Da autoria do grupo de trabalho do primeiro semestre (Cláudia Alves, Ana Sofia Ribeiro, Mariana Gonçalves)
F | 3.07 | Pág.15 | Gráfico da População em Covide em Relação a Outras Aldeias
Da autoria do grupo de trabalho do primeiro semestre (Cláudia Alves, Ana Sofia Ribeiro, Mariana Gonçalves)
F | 3.08 | Pág.15 | Gráfico da Área Profissional da População de Covide
Da autoria do grupo de trabalho do primeiro semestre (Cláudia Alves, Ana Sofia Ribeiro, Mariana Gonçalves)
F | 3.09 | Pág.16 | Via da Geira
Da autoria do grupo de trabalho do primeiro semestre (Cláudia Alves, Ana Sofia Ribeiro, Mariana Gonçalves)
F | 3.10 | Pág.17 | Trilho Cidade da Calcedónia
Da autoria do grupo de trabalho do primeiro semestre (Cláudia Alves, Ana Sofia Ribeiro, Mariana Gonçalves)

F | 3.11 | Pág.17 | Trilho do Castelo
Da autoria do grupo de trabalho do primeiro semestre (Cláudia Alves, Ana Sofia Ribeiro, Mariana Gonçalves)
F | 3.12 | Pág.17 | Trilho de São Bento
Da autoria do grupo de trabalho do primeiro semestre (Cláudia Alves, Ana Sofia Ribeiro, Mariana Gonçalves)
F | 3.13 | Pág.17 | Trilho das Silhas das Ursas
Da autoria do grupo de trabalho do primeiro semestre (Cláudia Alves, Ana Sofia Ribeiro, Mariana Gonçalves)
F | 3.14 | Pág.19 | Mapa das Zonas de Caça e Pesca
Da autoria do grupo de trabalho do primeiro semestre (Cláudia Alves, Ana Sofia Ribeiro, Mariana Gonçalves)
F | 3.15 | Pág.21 | Mapa dos Aforados
Da autoria do grupo de trabalho do primeiro semestre (Cláudia Alves, Ana Sofia Ribeiro, Mariana Gonçalves)
F | 3.16 | Pág.23 | Levantamento dos Equipamentos Existentes na Aldeia
Da autoria do grupo de trabalho do primeiro semestre (Cláudia Alves, Ana Sofia Ribeiro, Mariana Gonçalves)
F | 3.17 | Pág.25 | Levantamento dos Edificios Ocupados e Desocupados da Aldeia
Da autoria do grupo de trabalho do primeiro semestre (Cláudia Alves, Ana Sofia Ribeiro, Mariana Gonçalves)
F | 3.18 | Pág.27 | Levantamento dos Materiais Utilizados nos Edificios da Aldeia
Da autoria do grupo de trabalho do primeiro semestre (Cláudia Alves, Ana Sofia Ribeiro, Mariana Gonçalves)

Definição da Estratégia de Intervenção e Princípios adotados em Património

F | 4.01 | Pág.30 | Planta de Localização da Zona de Intervenção
De autoria própria
F | 4.02 | Pág.31 | Esquema de Identificação dos Eixos Estruturantes da Aldeia
De autoria própria
F | 4.03 | Pág.33 | Levantamento dos Edificios Ocupados e Desocupados
Da autoria do grupo de trabalho do primeiro semestre (Cláudia Alves, Ana Sofia Ribeiro, Mariana Gonçalves)
F | 4.04 | Pág.34 | Esquema da Estratégia de Projeto
Imagem gerada por IA

F | 4.05 | Pág.35 | Identificação das Casas Permanentes Coletivas
De autoria própria
F | 4.06 | Pág.36 | Identificação das Casas Temporárias
De autoria própria
F | 4.07 | Pág.37 | Identificação das Casas com Autonomia Mínima
De autoria própria
F | 4.08 | Pág.38 | Identificação das Casas com Autonomia Mínima
De autoria própria
F | 4.09 | Pág.39 | Planta de Ocupação Depois da Intervenção
De autoria própria
F | 4.10 | Pág.40 | Planta de Mobilidade da Aldeia
De autoria própria

Ideia e Desenvolvimento do Projeto

F | 5.01 | Pág.50 | Esquema que Identifica as Casas a Intervir
De autoria própria
F | 5.02 | Pág.51 | Planta de Implantação - Relação Entre as Duas Habitações
De autoria própria
F | 5.03 | Pág.52 | Planta de Chão - Relação Entre as Duas Casas
De autoria própria
F | 5.04 | Pág.53 | Corte AA´
De autoria própria
F | 5.05 | Pág.53 | Corte BB´
De autoria própria
F | 5.06 | Pág.55 | Fotos da Casa Catalão
De autoria própria
F | 5.07 | Pág.56 | Fotos Fachada Sul da Casa e do Brasão Eclesiástico Respetivamente
De autoria própria
F | 5.08 | Pág.57 | Fotos do Volume de Ligação Entre a Capela e a Casa
De autoria própria
F | 5.09 | Pág.58 | Identificação dos Compartimentos da Casa Antes da Intervenção
De autoria própria
F | 5.10 | Pág.58 | Identificação dos Compartimentos da Casa Antes da Intervenção
De autoria própria

F | 5.11 | Pág.59 | Fotos do Palheiro em Ruínas
De autoria própria
F | 5.12 | Pág.59 | Fotos da Capela Agregada á Casa
De autoria própria
F | 5.13 | Pág.62 | Fotos da Segunda Casa a Reabilitar
De autoria própria
F | 5.14 | Pág.64 | Fachadas da Casa
De autoria própria
F | 5.15 | Pág.65 | Planta de Implantação da Casa Catalão - Antes da Intervenção
De autoria própria
F | 5.16 | Pág.66 | Planta do Piso Térreo da Casa Catalão - Antes da Intervenção
De autoria própria
F | 5.17 | Pág.67 | Planta do Piso Intermédio da Casa Catalão - Antes da Intervenção
De autoria própria
F | 5.18 | Pág.68 | Planta do Piso 1 da Casa Catalão - Antes da Intervenção
De autoria própria
F | 5.19 | Pág.69 | Alçado Nascente - Antes da Intervenção
De autoria própria
F | 5.20 | Pág.69 | Alçado Poente - Antes da Intervenção
De autoria própria
F | 5.21 | Pág.69 | Alçado Sul - Antes da Intervenção
De autoria própria
F | 5.22 | Pág.69 | Corte AA´ - Antes da Intervenção
De autoria própria
F | 5.23 | Pág.69 | Identificação dos Cortes - Antes da Intervenção
De autoria própria
F | 5.24 | Pág.70 | Corte BB´ - Antes da Intervenção
De autoria própria
F | 5.25 | Pág.70 | Corte CC´ - Antes da Intervenção
De autoria própria
F | 5.26 | Pág.70 | Corte EE´ - Antes da Intervenção
De autoria própria
F | 5.27 | Pág.70 | Corte DD´ - Antes da Intervenção
De autoria própria

F | 5.28 | Pág.70 | Identificação dos Cortes - Antes da Intervenção
De autoria própria
F | 5.29 | Pág.71 | Corte GG´ - Antes da Intervenção
De autoria própria
F | 5.30 | Pág.71 | Corte HH´ - Antes da Intervenção
De autoria própria
F | 5.31 | Pág.71 | Corte FF´ - Antes da Intervenção
De autoria própria
F | 5.32 | Pág.71 | Identificação dos Cortes - Antes da Intervenção
De autoria própria
F | 5.33 | Pág.75 | Planta de Implantação da Casa Catalão - Depois da Intervenção
De autoria própria
F | 5.34 | Pág.76 | Planta do Piso Térreo da Casa Catalão - Depois da Intervenção
De autoria própria
F | 5.35 | Pág.77 | Planta do Piso Intermédio da Casa Catalão - Depois da Intervenção
De autoria própria
F | 5.36 | Pág.78 | Planta do Piso 1 da Casa Catalão - Depois da Intervenção
De autoria própria
F | 5.37 | Pág.79 | Alçado Nascente - Depois da Intervenção
De autoria própria
F | 5.38 | Pág.79 | Alçado Poente - Depois da Intervenção
De autoria própria
F | 5.39 | Pág.79 | Alçado Sul - Depois da Intervenção
De autoria própria
F | 5.40 | Pág.79 | Corte AA´ - Depois da Intervenção
De autoria própria
F | 5.41 | Pág.79 | Identificação dos Cortes - Depois da Intervenção
De autoria própria
F | 5.42 | Pág.80 | Corte BB´ - Depois da Intervenção
De autoria própria
F | 5.43 | Pág.80 | Corte CC´ - Depois da Intervenção
De autoria própria
F | 5.44 | Pág.80 | Corte FF´ - Depois da Intervenção
De autoria própria

F | 5.45 | Pág.80 | Corte DD´ - Depois da Intervenção
De autoria própria
F | 5.46 | Pág.80 | Identificação dos Cortes - Depois da Intervenção
De autoria própria
F | 5.47 | Pág.81 | Corte GG´ - Depois da Intervenção
De autoria própria
F | 5.48 | Pág.81 | Corte FF´ - Depois da Intervenção
De autoria própria
F | 5.49 | Pág.81 | Corte HH´ - Depois da Intervenção
De autoria própria
F | 5.50 | Pág.81 | Identificação dos Cortes - Depois da Intervenção
De autoria própria
F | 5.51 | Pág.82 | Vermelhos e Amarelos - Planta do Piso Térreo da Casa Catalão
De autoria própria
F | 5.52 | Pág.83 | Vermelhos e Amarelos - Planta do Piso Intermédio da Casa Catalão
De autoria própria
F | 5.53 | Pág.84 | Vermelhos e Amarelos - Planta do 1 Intermédio da Casa Catalão
De autoria própria
F | 5.54 | Pág.85 | Vermelhos e Amarelos - Corte GG´ da Casa Catalão
De autoria própria
F | 5.55 | Pág.85 | Vermelhos e Amarelos - Corte FF´ da Casa Catalão
De autoria própria
F | 5.56 | Pág.85 | Identificação dos Cortes - Depois da Intervenção
De autoria própria
F | 5.57 | Pág.86 | Materialidade do Alçado Poente - Antes da Intervenção
De autoria própria
F | 5.58 | Pág.86 | Materialidade do Alçado Poente - Depois da Intervenção
De autoria própria
F | 5.59 | Pág.88 | Planta de Implantação da Segunda Casa a Intervir
De autoria própria
F | 5.60 | IPág.89 | dentificação dos Compartimentos da Segunda Casa - Antes da Intervenção
De autoria própria
F | 5.61 | Pág.89 | Identificação dos Compartimentos da Segunda Casa - Antes da Intervenção
De autoria própria

F | 5.62 | Pág.90 | Planta do Piso Térreo da Segunda Casa - Antes da Intervenção
De autoria própria
F | 5.63 | Pág.90 | Planta do Piso 1 da Segunda Casa - Antes da Intervenção
De autoria própria
F | 5.64 | Pág.91 | Identificação dos Cortes da Segunda Casa - Antes da Intervenção
De autoria própria
F | 5.65 | Pág.91 | Alçado Nascente - Segunda Casa - Antes da Intervenção
De autoria própria
F | 5.66 | Pág.91 | Alçado Poente - Segunda Casa - Antes da Intervenção
De autoria própria
F | 5.67 | Pág.91 | Alçado Norte - Segunda Casa - Antes da Intervenção
De autoria própria
F | 5.68 | Pág.91 | Alçado Sul - Segunda Casa - Antes da Intervenção
De autoria própria
F | 5.69 | Pág.91 | Corte JJ´ - Segunda Casa - Antes da Intervenção
De autoria própria
F | 5.70 | Pág.91 | Corte II´ - Segunda Casa - Antes da Intervenção
De autoria própria
F | 5.71 | Pág.93 | Planta do Piso Térreo - Segunda Casa - Depois da Intervenção
De autoria própria
F | 5.72 | Pág.93 | Planta do Piso 1 - Segunda Casa - Depois da Intervenção
De autoria própria
F | 5.73 | Pág.94 | Identificação dos Cortes - Depois da Intervenção
De autoria própria
F | 5.74 | Pág.94 | Alçado Nascente - Segunda Casa - Depois da Intervenção
De autoria própria
F | 5.75 | Pág.94 | Alçado Poente - Segunda Casa - Depois da Intervenção
De autoria própria
F | 5.76 | Pág.94 | Alçado Norte - Segunda Casa - Depois da Intervenção
De autoria própria
F | 5.77 | Pág.94 | Alçado Sul - Segunda Casa - Depois da Intervenção
De autoria própria

F | 5.78 | Pág.94 | Corte JJ´ - Segunda Casa - Depois da Intervenção
De autoria própria
F | 5.79 | Pág.94 | Corte II´ - Segunda Casa - Depois da Intervenção
De autoria própria
F | 5.80 | Pág.95 | Vermelhos e Amarelos - Planta do Piso Térreo da Segunda Casa
De autoria própria
F | 5.81 | Pág.95 | Vermelhos e Amarelos - Planta do Piso 1 da Segunda Casa
De autoria própria
F | 5.82 | Pág.96 | Identificação dos Cortes - Depois da Intervenção
De autoria própria
F | 5.83 | Pág.96 | Vermelhos e Amarelos - Corte II´ da Segunda Casa
De autoria própria
F | 5.84 | Pág.98 | Pormenor Construtivo - Antes da Intervenção
De autoria própria
F | 5.85 | Pág.98 | Pormenor Construtivo - Depois da Intervenção
De autoria própria
F | 5.86 | Pág.100 | Etapas de Produção do Linho
Imagem gerada por IA
F | 5.87 | Pág.101 | Etapas de Produção do Linho na Casa Catalão
De autoria própria
F | 5.88 | Pág.103 | Etapas de Produção do Linho
De autoria própria
F | 5.89 | Pág.106 | Planta do Piso Térreo - Casa Catalão - Rede de Abastecimento de Água
De autoria própria
F | 5.90 | Pág.107 | Planta do Piso 1 - Casa Catalão - Rede de Abastecimento de Água
De autoria própria
F | 5.91 | Pág.109 | Planta do Piso Térreo - Casa Catalão - Rede de Drenagem de Águas Residuais
De autoria própria
F | 5.92 | Pág.110 | Planta do Piso 1 - Casa Catalão - Rede de Drenagem de Águas Residuais
De autoria própria

F | 5.93 | Pág.112 | Planta do Piso Térreo - Casa Catalão - Rede de Distribuição Elétrica
De autoria própria
F | 5.94 | Pág.113 | Planta do Piso 1 - Casa Catalão - Rede de Distribuição Elétrica
De autoria própria

I. INTRODUÇÃO

Enquadramento ao Tema do Trabalho

Nas últimas décadas, os territórios rurais têm vindo a sofrer profundas transformações demográficas, económicas e sociais. O despovoamento, o envelhecimento da população e o abandono de habitações e equipamentos refletem uma tendência generalizada em muitas aldeias do interior, levantando questões sobre o seu futuro.

Perante este cenário, o presente trabalho procura investigar de que forma a reabilitação habitacional pode contribuir para a revitalização social e territorial de aldeias rurais afetadas pelo despovoamento. Mais especificamente, pretende-se compreender como a reorganização do espaço doméstico e a introdução de programas coletivos podem estimular novas formas de habitar, reforçar as relações de proximidade e valorizar os recursos existentes do território.

Metodologicamente, o trabalho desenvolve-se a partir de uma abordagem que articula investigação teórica, análise territorial e experimentação projetual. Numa primeira fase, recorre-se ao enquadramento do conceito de decrescimento e à sua aplicação aos territórios rurais. Seguidamente, realiza-se uma análise da aldeia de Covide, incidindo sobre as suas características demográficas, socioeconómicas, espaciais e patrimoniais, complementada por visitas ao local e levantamento do edificado existente. Com base nesta leitura, é definida uma estratégia de intervenção que orienta o desenvolvimento da proposta arquitetónica.

A intervenção dirige-se simultaneamente a diferentes perfis de utilizadores. Por um lado, procura criar condições para a fixação de novos residentes permanentes através da integração de habitações coletivas que promovem a partilha de espaços e recursos. Por outro, integra alojamentos de caráter temporário destinados a visitantes e utilizadores ocasionais, incentivando a sua participação nas dinâmicas locais. Complementarmente, a proposta incorpora um programa comunitário associado à Oficina do Linho, concebido como espaço de encontro, produção e transmissão de saberes, reforçando a ligação entre habitação, património e vida coletiva.

Neste enquadramento, o estudo centra-se na aldeia de Covide, no concelho de Terras de Bouro, inserida no Parque Nacional da Peneda-Gerês. O projeto propõe a reativação deste núcleo através da reabilitação de habitações desocupadas. Para o presente trabalho foram reabilitadas duas dessas habitações que funcionam como amostra do príncipio que se pretende adotar.

Estrutura do Trabalho

O presente trabalho estrutura-se em seis capítulos. Após esta introdução, o Capítulo II apresenta o enquadramento teórico, abordando o conceito de decrescimento, a sua relação com os territórios rurais e o papel da habitação e da arquitetura na promoção da qualidade de vida e da revitalização social.

O Capítulo III corresponde à análise da aldeia de Covide, incluindo o seu contexto territorial, caracterização demográfica e socioeconómica, identidade local e estrutura funcional, identificando os principais desafios que fundamentam a intervenção proposta.

No Capítulo IV é definida a estratégia de intervenção para o núcleo histórico de Covide, articulando a reabilitação do edificado existente com a introdução de novas tipologias habitacionais. O capítulo integra ainda uma reflexão sobre os princípios de intervenção em património arquitetónico e o posicionamento metodológico adotado.

O Capítulo V apresenta o desenvolvimento da proposta arquitetónica, desde a caracterização das habitações selecionadas até à definição das soluções espaciais, construtivas e programáticas, incluindo a Oficina do Linho como complemento funcional e social.

Por fim, o Capítulo VI reúne as considerações finais do trabalho, bem como as referências bibliográficas.

II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Decrescimento

O conceito de decrescimento surge como uma resposta crítica aos modelos de desenvolvimento económico e social baseados no crescimento ilimitado, questionando a centralidade do crescimento económico como principal indicador de progresso e bem-estar. Esta perspetiva propõe, não apenas a redução da atividade económica, mas uma mudança mais profunda de paradigma, orientada para a equidade social e a qualidade de vida das comunidades.

Neste sentido alguns economistas apresentam a sua visão sobre o tema, entre eles: Serge Latouche, um dos principais teóricos do decrescimento, Giorgos Kallis, que estuda os limites ecológicos do crescimento e a justiça social, e por fim, Tim Jackson, que questiona o crescimento económico como indicador de prosperidade, defendendo a sustentabilidade e a qualidade de vida.

Serge Latouche define o decrescimento como a necessidade de abandonar a religião do crescimento, defendendo que o progresso das sociedades deve ser medido pela qualidade de vida e pelo bem-estar coletivo, e não pelo aumento contínuo da produção ou do consumo[1]. De forma complementar, Giorgos Kallis sublinha que a procura constante por crescimento é incompatível com os limites ecológicos do planeta e contribui para a intensificação das desigualdades sociais. Para Kallis, o decrescimento deve ser concebido como uma transição justa, que garanta resiliência e equidade nas comunidades[2].

Tim Jackson reforça esta abordagem, defendendo que a prosperidade deve ser avaliada pela capacidade das sociedades de assegurar relações sociais de qualidade, condições de vida dignas e sustentabilidade ambiental, em vez de se basear exclusivamente em indicadores económicos[3].

1 Latouche, S. (2009). Farewell to growth. Polity Press.

2 Kallis, G. (2011). In defence of degrowth. Ecological Economics, 70(5), 873–880. https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2010.12.007

3 Jackson, T. (2009). Prosperity without growth: Economics for a finite planet. Earthscan.

Decrescimento e Territórios Rurais

Aplicado aos territórios rurais, o decrescimento oferece um enquadramento teórico para repensar o modo como se habita e organiza o espaço. A menor densidade populacional, a proximidade à natureza e a escala comunitária permitem o desenvolvimento de estilos de vida mais equilibrados. Contudo, estes territórios enfrentam inúmeros desafios, como o despovoamento, o envelhecimento demográfico e o abandono dos edifícios, que exigem estratégias de revitalização adequadas às suas especificidades.

A habitação surge como elemento central nesta reflexão. Mais do que fornecer abrigo, o espaço doméstico influencia diretamente o bem-estar individual e coletivo, a dinâmica social e a relação das comunidades com o território. A reocupação de edifícios devolutos, aliada à reorganização e adaptação do espaço doméstico a novas formas de viver, constitui uma estratégia para estimular relações de proximidade, fortalecer laços comunitários e atrair novos habitantes.

Ligação entre a Teoria e Intervenção Prática

Assim, o enquadramento do decrescimento aplicado aos territórios rurais fornece uma base conceptual para compreender como a habitação e a arquitetura podem intervir de forma estratégica na regeneração destas comunidades. Esta perspetiva sustenta o presente trabalho, que propõe explorar a reabilitação de edifícios existentes em Covide não só como forma de fornecer abrigo aos novos residentes, mas também para estimular novas dinâmicas sociais através da proposta de um programa que inclui uma cozinha comunitária, uma sala de refeições conjunta e também de uma oficina de artesanato relacionada com o linho, estando assim profundamente ligada à memória do lugar. Com a introdução deste tipo de programa propõe-se assim novos modos de habitar.

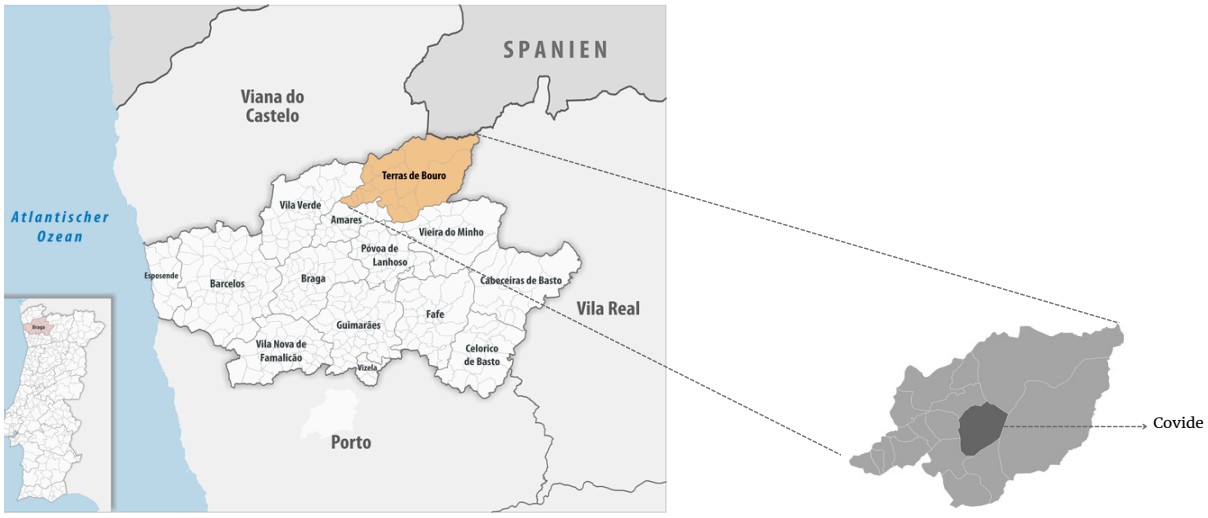


F | 2.01 | Fotomontagem da Aldeia

III. ANÁLISE DE COVIDE

Localização e Contexto Territorial

Covide situa-se no norte de Portugal, no concelho de Terras de Bouro, abrangendo cerca de 1809 hectares, e localiza-se na entrada do Parque Nacional da Peneda-Gerês. A aldeia ocupa uma posição estratégica enquanto ponto central do município e constitui também local de passagem para percursos turísticos e religiosos, como é o caso do trajeto para o Santuário de São Bento e o Bom Jesus de Porto de Mós.

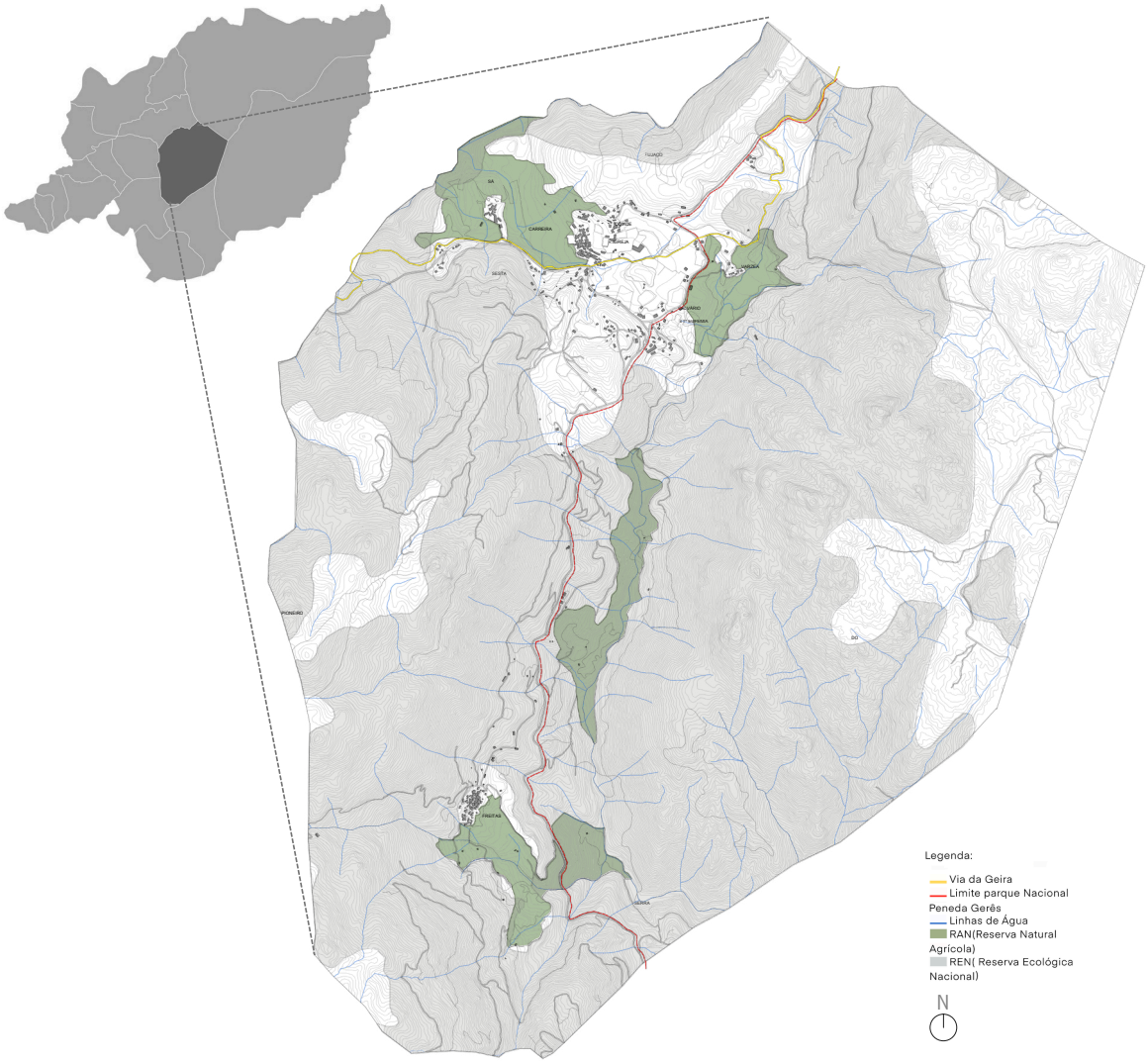


F | 3.01 | Localização da Aldeia de Covide



F | 3.02 | Fotos da Aldeia de Covide

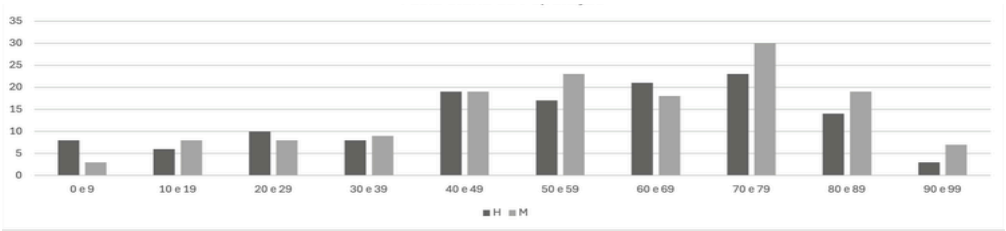
Grande parte do território está inserido na Reserva Ecológica Nacional (REN), e em alguns pontos na Reserva Natural Agrícola (RAN) refletindo valores ambientais e condicionando o uso do solo. No entanto, a zona onde o presente trabalho pretende intervir não se encontra abrangida por nenhuma destas condicionantes por corresponder a uma área sem características biofísicas que justifiquem a sua integração na REN, nem apresentar solos com elevada aptidão agrícola que a incluam na RAN, sendo possivelmente classificada como solo urbano ou urbanizável no âmbito do planeamento municipal.



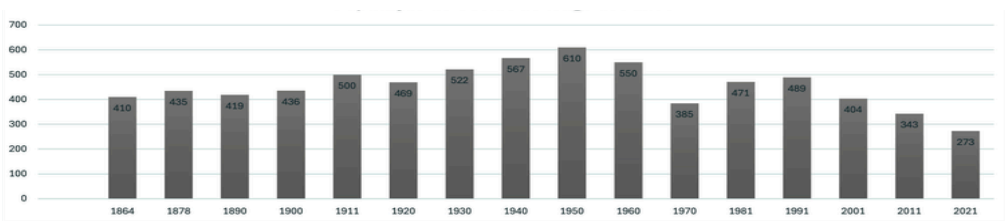
F | 3.03 | Enquadramento Territorial de Covide

Caracterização Demográfica e Socioeconómica

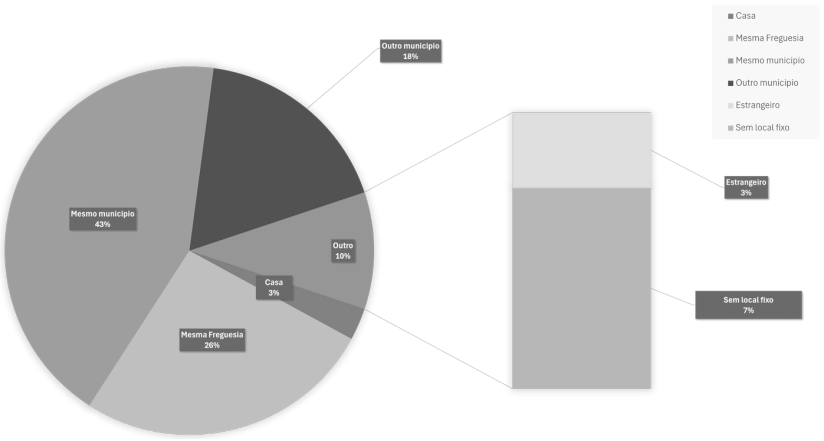
Segundo os dados dos Censos de 2021, a aldeia de Covide apresentava uma população de cerca de 273 habitantes, evidenciando um perfil demográfico envelhecido, característico das áreas rurais do interior de Portugal. A observação direta do local permitiu identificar um modo de vida tranquilo, assente predominantemente em atividades do setor primário, nomeadamente a agricultura, com destaque para a produção de milho, couves e batatas, e a pecuária, que inclui a criação de bovinos, suínos, ovinos e aves para a produção de bens alimentares e matérias-primas. Paralelamente, destacam-se outras atividades económicas, como o comércio local (cafés e restaurantes), o artesanato, especialmente associado ao linho, e o turismo rural. Apesar da existência de algumas oportunidades de emprego na aldeia, uma parte significativa da população ativa desloca-se diariamente para Terras de Bouro, Braga e outras localidades próximas, o que evidencia a necessidade de criar condições que favoreçam a fixação e atração de residentes. O nível de escolaridade predominante corresponde ao ensino básico e secundário, refletindo o perfil educativo típico destes territórios.



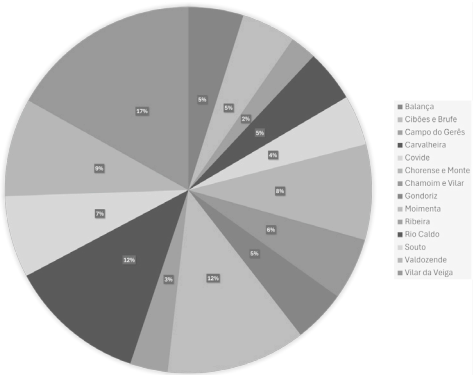
F | 3.04 | Gráfico da Faixa Etária da População da Aldeia



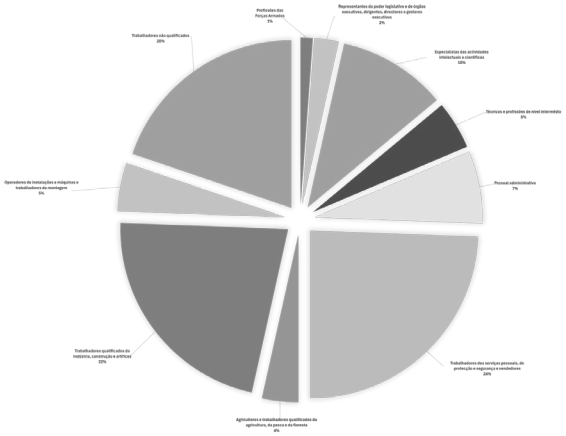
F | 3.05 | Gráfico da Quantidade de População da Aldeia ao Longo dos Anos



F | 3.06 | Gráfico da População Residente Empregada ou Estudante por Local

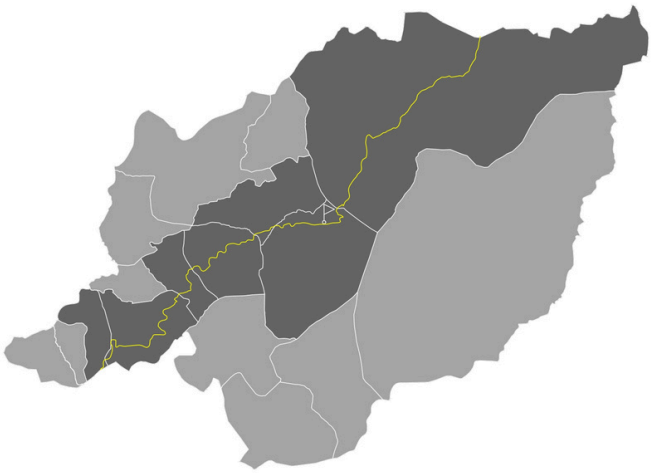


F | 3.07 | Gráfico da População em Covide em Relação a Outras Aldeias



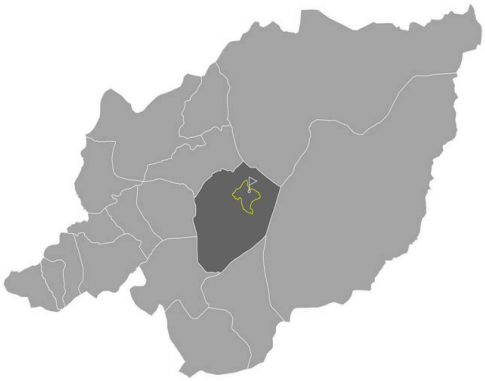
F | 3.08 | Gráfico da Área Profissional da População de Covide

Para além da sua localização estratégica, Covide apresenta diversos elementos que reforçam o seu potencial territorial. Apresenta um conjunto de trilhos, entre os quais se destaca a Via da Geira, uma antiga via romana que fazia a ligação entre Braga e Astorga, em Espanha, atravessando a região do Gerês e a Portela do Homem. Trata-se de uma das estradas romanas mais bem preservadas da Península Ibérica, onde ainda é possível observar vários marcos miliários. Ao longo da história, foi utilizada tanto pelos romanos como por peregrinos em direção a Santiago de Compostela. Atualmente, percorre o Parque Nacional da Peneda-Gerês, passando por Covide, onde subsistem troços originais e vestígios da antiga calçada.

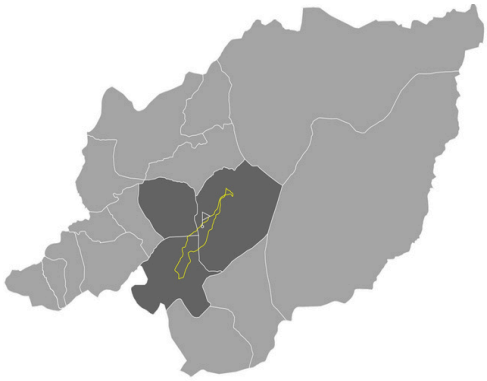


F | 3.09 | Via da geira

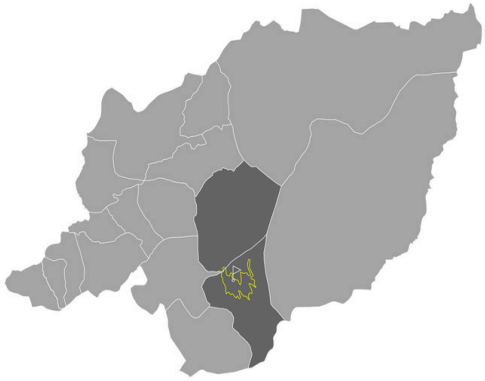
Este conjunto de trilhos, configura um potencial estratégico ainda pouco explorado para a fixação de população e dinamização económica local, uma vez que pode atrair visitantes interessados em turismo de natureza, cultural e religioso. A valorização e promoção destes percursos pode estimular a economia local através do aumento da procura por serviços de alojamento, restauração e comércio tradicional, bem como pela criação de atividades complementares, como visitas guiadas ou experiências interpretativas do território. Deste modo, os trilhos funcionam também como um elemento estruturante para o desenvolvimento do território, promovendo simultaneamente o contacto com a natureza e alinhando-se com os princípios do decrescimento.



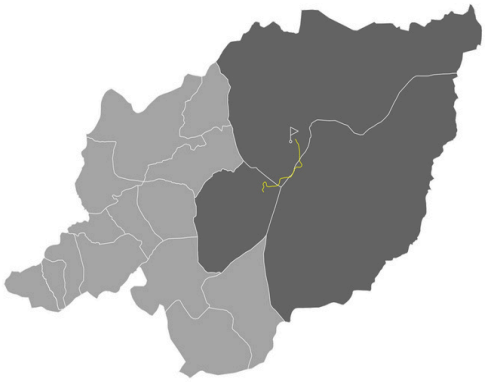
F | 3.10 | Trilho Cidade da Calcedónia



F | 3.11 | Trilho do Castelo



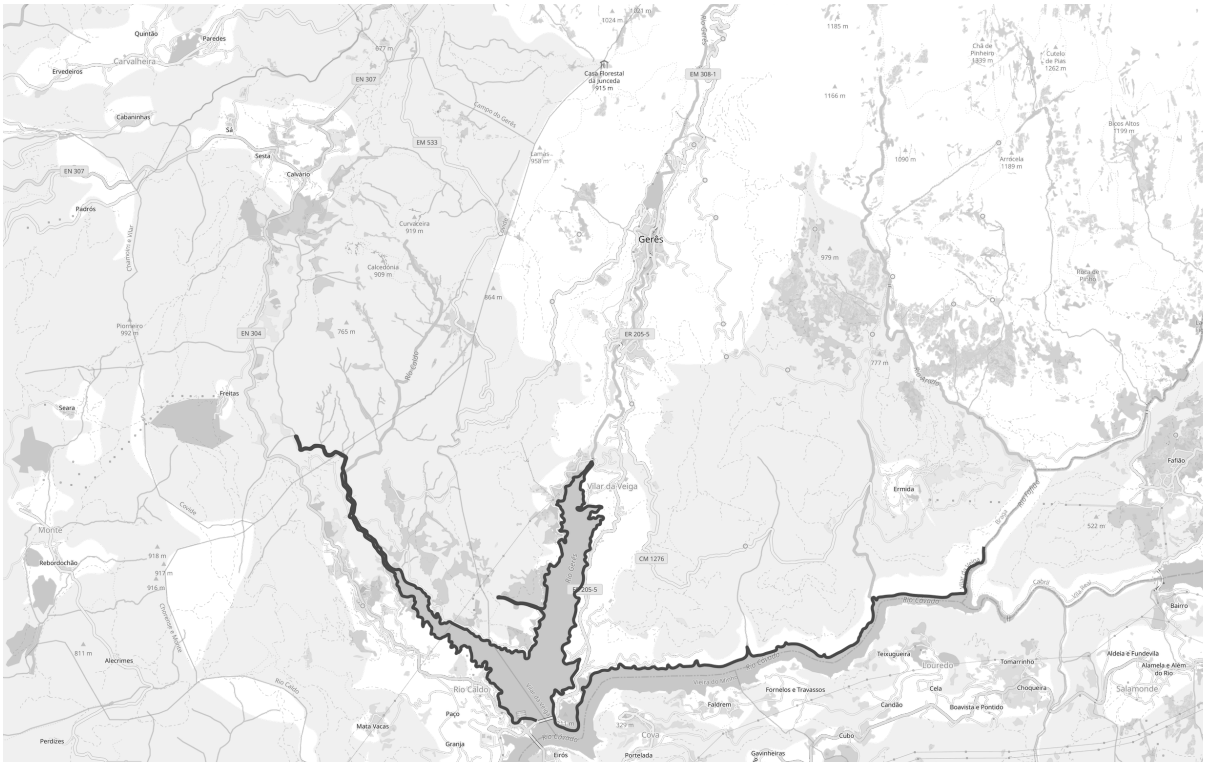
F | 3.12 | Trilho de São Bento



F | 3.13 | Trilho das Silhas das Ursas

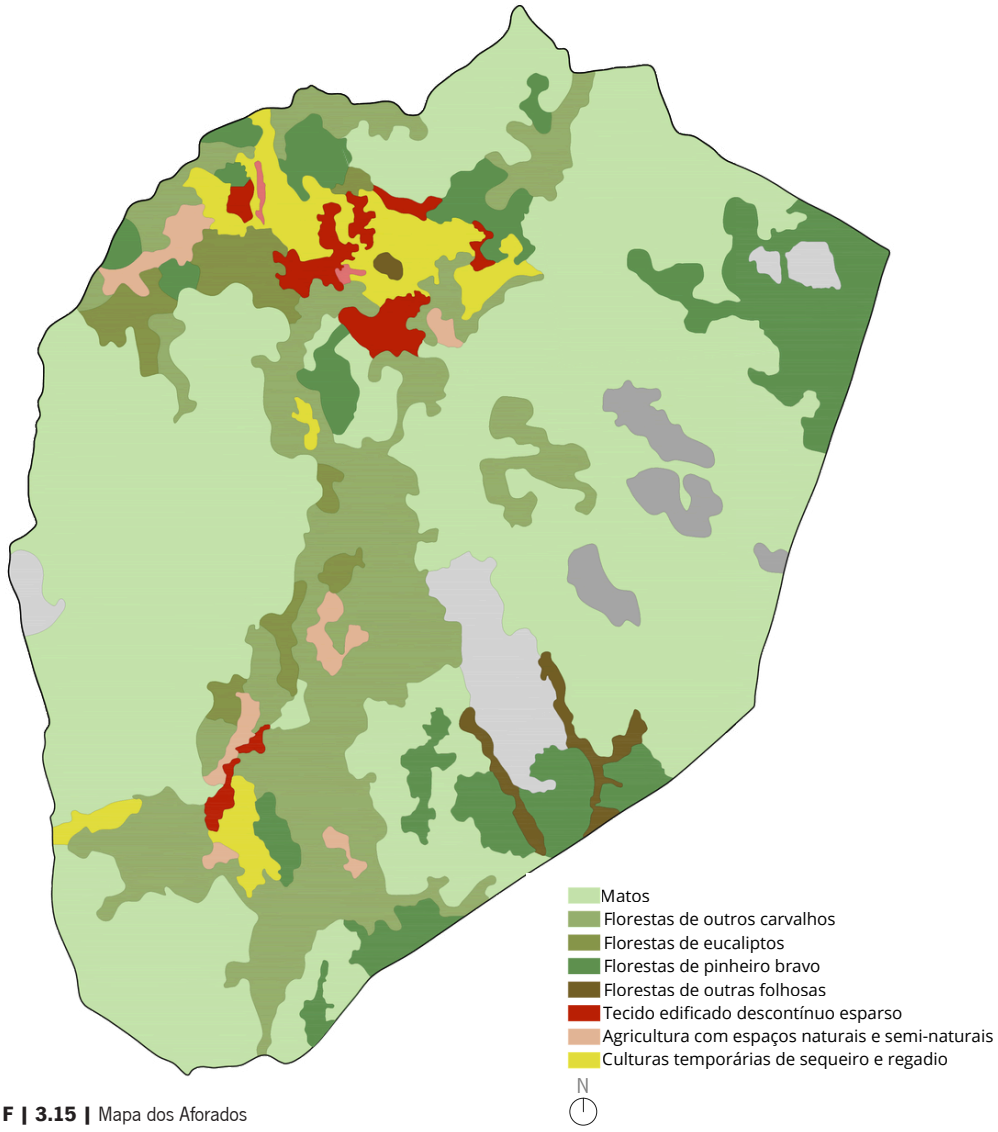
A aldeia conta igualmente com um Clube de Caça e Pesca, composto por cerca de nove membros, cuja área de atuação cobre aproximadamente 1700 hectares do território da mesma. Esta atividade, têm vindo a reduzir ao longo dos anos, embora ainda se realizem caçadas a javalis, perdizes e coelhos.

No passado, a caça incluía também espécies como veados e lobos, hoje ausentes. A prática desta atividade registou um decréscimo, em grande parte devido ao encerramento de determinadas zonas de pesca. Atualmente, são capturadas espécies como barbo, boga, escalo e truta, de acordo com um calendário sazonal regulamentado.



F | 3.14 | Mapa das Zonas de Caça e Pesca

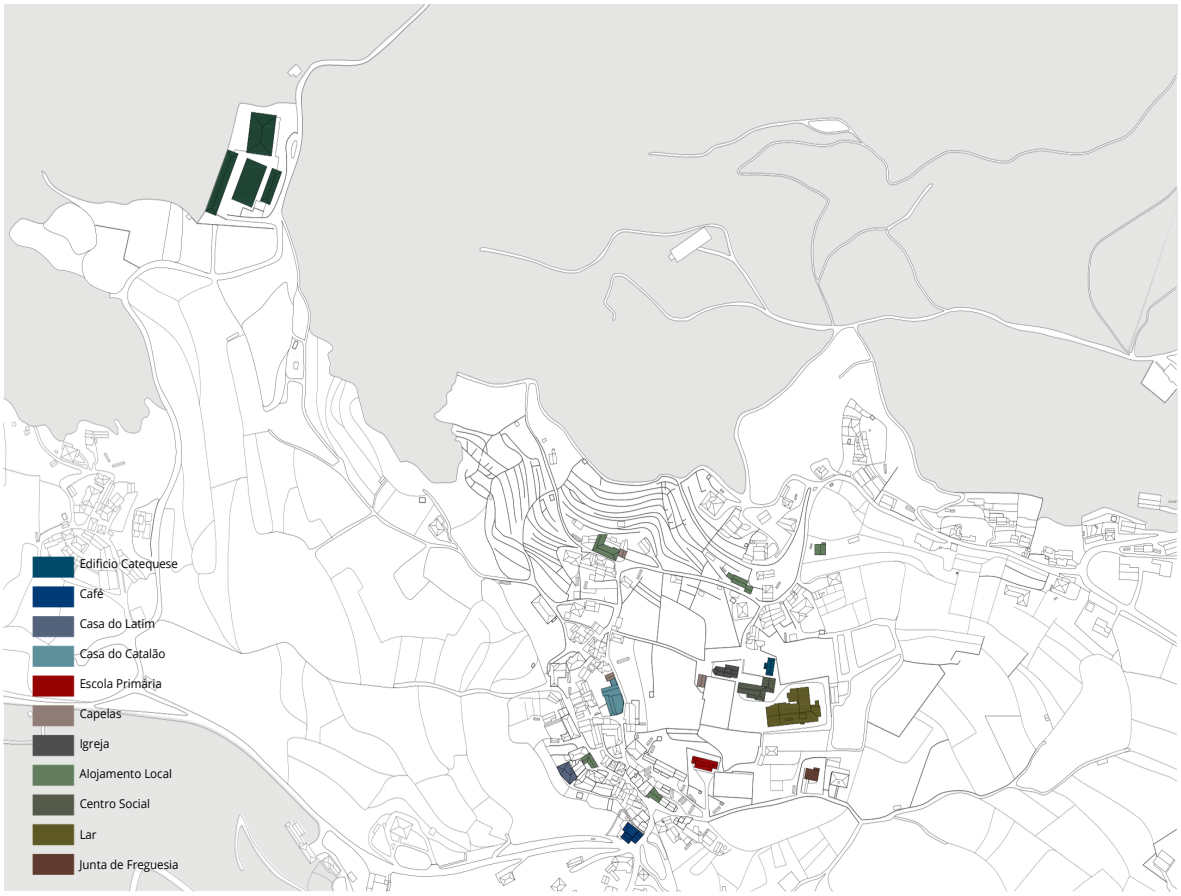
Em Covide, existe também uma Comissão de Aforados composta por aproximadamente onze membros, responsável pela gestão conjunta dos terrenos, embora apenas os proprietários ou herdeiros detenham autoridade sobre as suas parcelas. Estes terrenos abrangem cerca de 1500 hectares, representando uma parte significativa do território da aldeia. A atividade agrícola tem também diminuído ao longo dos anos, sobretudo devido ao afastamento das gerações mais jovens, sendo atualmente praticada principalmente pelos residentes mais idosos. No passado, cultivava-se uma grande diversidade de produtos agrícolas, mas atualmente apenas algumas permanecem em produção.



F | 3.15 | Mapa dos Aforados

Em termos de serviços, encontram-se atualmente em funcionamento alguns cafés e restaurantes, a igreja, o lar de idosos, alguns alojamentos locais e a junta de freguesia aberta uma vez por semana. Encontram-se encerrados a escola primária, o edifício onde era dada a catequese, o posto de saúde e serviços como caixas multibanco só se encontram disponíveis em localidades próximas, mas já fora de Covide.

A aldeia possui um conjunto de equipamentos culturais e identitários que estruturam a memória e o património da mesma. Destacam-se entre eles o Centro Interpretativo do Garrano, relacionado com a raça autóctone que suportou historicamente a economia local, a Fundação Calcedónia e a Fundação Seixos Brancos, associada ao património histórico e arqueológico, a Fenda Calcedónia, com relevância turística, e a Casa do Latim e do Catalão, ligadas à história educacional e patrimonial da aldeia respetivamente. Esta última casa possui importância relevante para o presente trabalho, como será referido posteriormente. Todos estes elementos reforçam a identidade cultural e proporcionam a integração entre habitação e turismo.

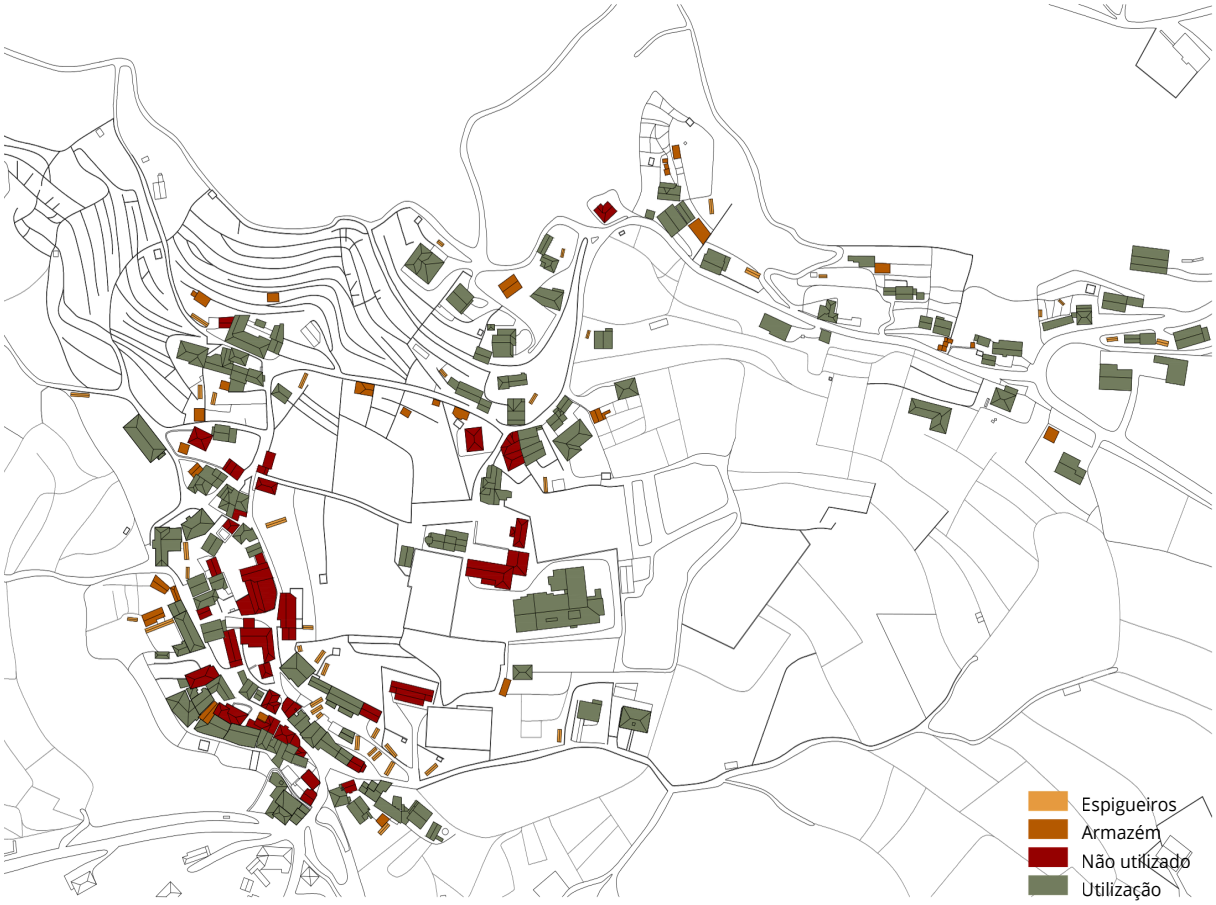


F | 3.16 | Levantamento dos Equipamentos Existentes na Aldeia

Estrutura Funcional da Aldeia e Desafios a Intervir

Tendo em conta o contexto já dado, a aldeia apresenta um conjunto de problemáticas associadas ao fenómeno do despovoamento, refletidas, sobretudo, no encerramento progressivo de serviços e no abandono dos edifícios. Apesar da informação, disponível em plataformas digitais, indicar a existência de diversas infraestruturas ativas, como o Centro Interpretativo do Garrano ou o Clube de Caça e Pesca, a observação direta do local revelou uma realidade distinta, marcada pela inatividade ou funcionamento residual de vários destes equipamentos.

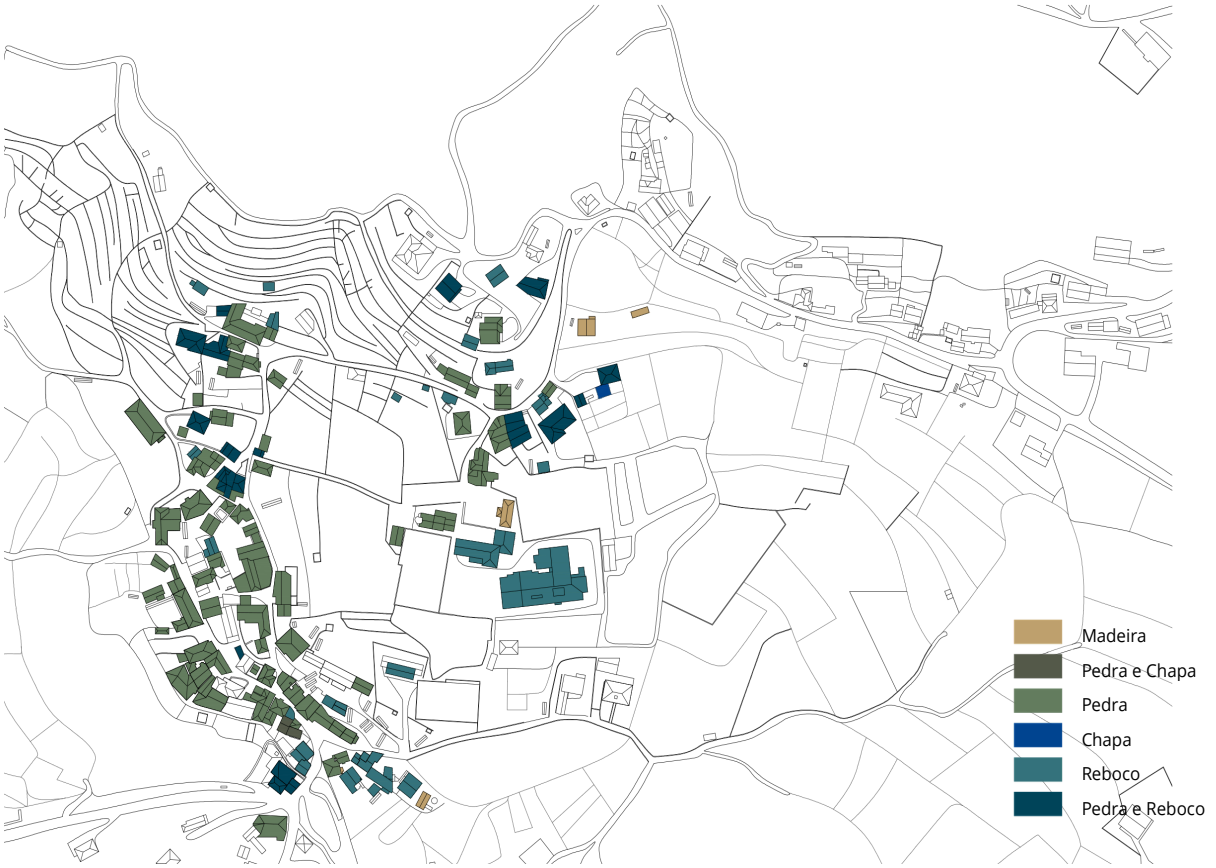
As visitas realizadas permitiram constatar a existência de um número significativo de edifícios devolutos, muitos dos quais em avançado estado de degradação, evidenciando um processo contínuo de abandono. Verifica-se, simultaneamente, uma clara diferenciação territorial entre as áreas de expansão mais recente, onde o edificado se mantém maioritariamente ocupado e funcional, e o núcleo histórico, que concentra a maioria das construções desocupadas e degradadas. Esta dualidade espacial reflete dinâmicas de transformação que têm vindo a desvalorizar progressivamente o património construído mais antigo.



F | 3.17 | Levantamento dos Edificios Ocupados e Desocupados da Aldeia

Do ponto de vista material, observa-se a predominância de soluções tradicionais, nomeadamente o uso de pedra, madeira e reboco, em coexistência com materiais industriais contemporâneos, como a chapa metálica, o que evidencia diferentes fases de construção e adaptação ao longo do tempo. Esta diversidade construtiva reforça a importância de uma abordagem informada e sensível na intervenção.

Neste contexto, a análise do núcleo histórico evidencia a necessidade de uma intervenção arquitetónica orientada para a reabilitação dos edifícios existentes, entendida como instrumento fundamental para a revitalização social, funcional e espacial da aldeia.



F | 3.18 | Levantamento dos Materiais Utilizados nos Edificios da Aldeia

IV. DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE INTEVENÇÃO E PRINCÍPIOS ADOTADOS EM PATRIMÓNIO

Definição da Estratégia de Intervenção

A opção pela intervenção no núcleo histórico da aldeia resulta do reconhecimento do seu valor enquanto estrutura consolidada, elemento central na identidade local, bem como da sua relevância enquanto espaço de vivência coletiva, onde se cruzam práticas culturais, económicas e sociais.

A escolha do programa habitacional surge como resposta direta à problemática do despovoamento, entendendo a habitação, não só como suporte físico para abrigar novos residentes e turistas, mas também para a reativação de dinâmicas sociais e económicas. Mais do que introduzir novas funções isoladas, pretende-se promover a reocupação permanente do território, contribuindo para a sua vitalidade e continuidade.

Deste modo, a estratégia de intervenção assenta na reabilitação dos edifícios existentes como suporte para novos modos de habitar, procurando conciliar preservação patrimonial com adaptação às exigências contemporâneas. O projeto articula habitação permanente, uso temporário e vida coletiva, entendendo a arquitetura como mediadora entre o território, a comunidade e os novos utilizadores, procurando assim, responder à necessidade de revitalização do núcleo histórico, criando condições para a sua reapropriação por novos habitantes e para o reforço das relações comunitárias. Além disso a reabilitação dos edifícios alinha-se com os princípios de decrescimento, pois reutiliza as infraestruturas já existentes, evitando desta forma a expansão da malha urbana.



F | 4.01 | Planta de Localização da Zona de Intervenção

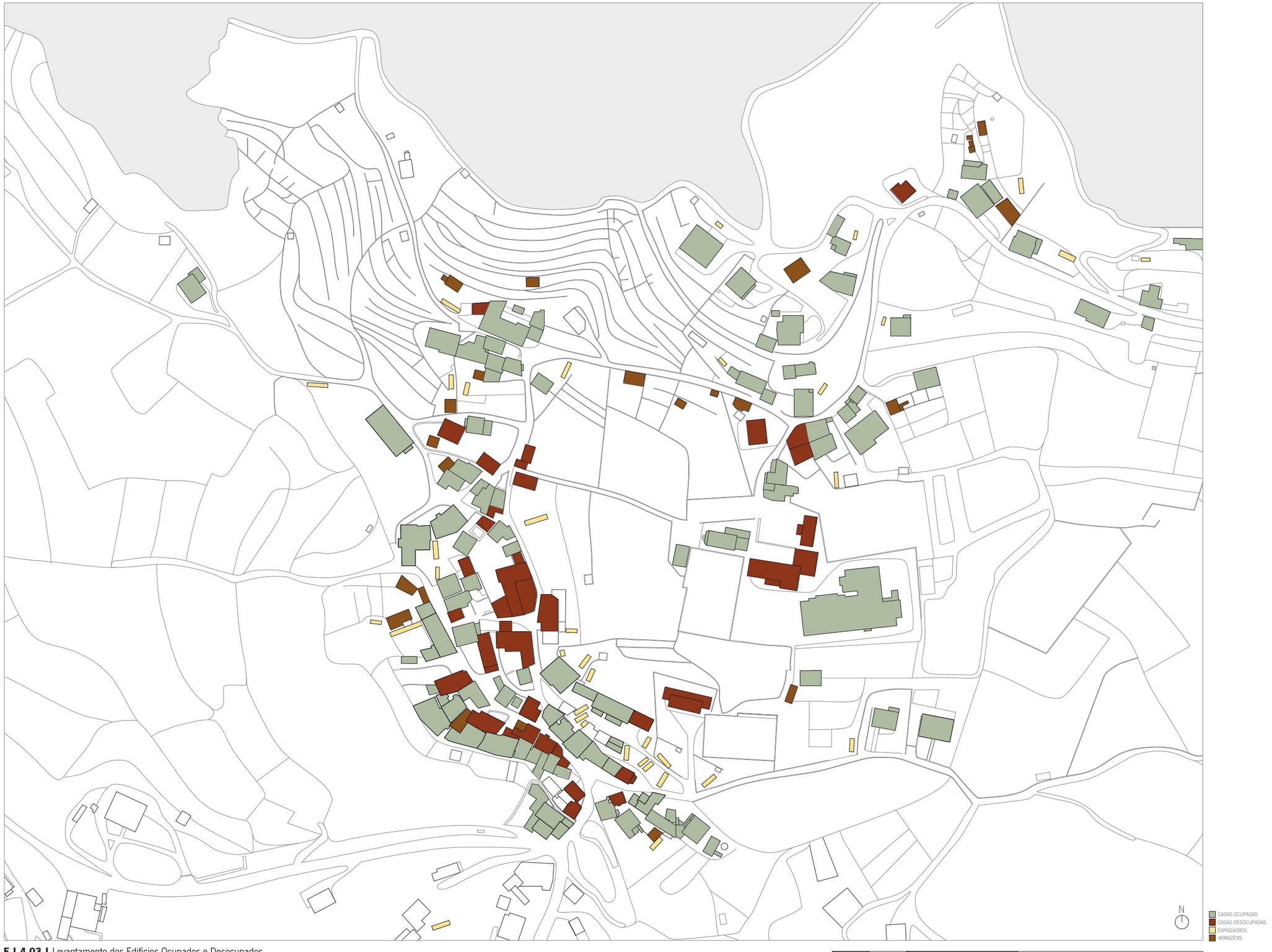
Neste enquadramento, a compreensão da estrutura física da aldeia revelou-se fundamental para sustentar as opções projetuais adotadas. Assim, a análise inicial incidiu na realização de um levantamento onde é possível observar a distinção entre edifícios ocupados e desocupados, permitindo, posteriormente, identificar os eixos estruturantes da aldeia, entendidos como a sua espinha dorsal. Foram reconhecidos dois eixos principais, responsáveis pela organização do tecido urbano, e um eixo secundário que estabelece a ligação entre eles. Estes eixos não só estruturam a circulação e a leitura espacial da aldeia, como também condicionam a forma e a implantação dos edifícios.



F | 4.02 | Esquema de Identificação dos Eixos Estruturantes da Aldeia

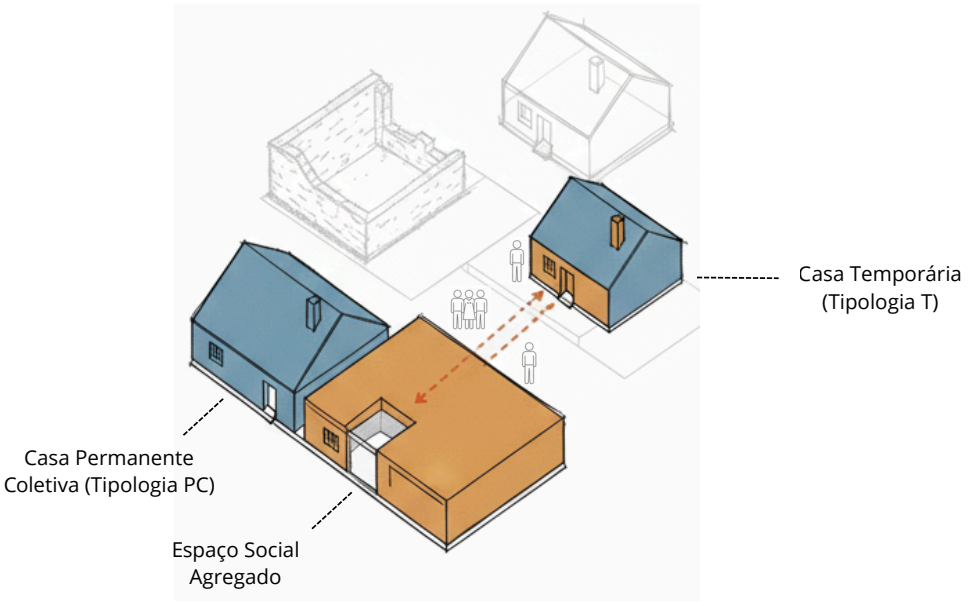
Paralelamente à análise morfológica, foi realizada uma leitura das tipologias habitacionais existentes, maioritariamente baseadas na casa tradicional unifamiliar, com programas completos e autônomos com cozinha, sala e restantes espaços domésticos, concentrados numa única unidade. Esta configuração revela-se funcional e adequada ao contexto da aldeia, assegurando a necessária autonomia e privacidade do quotidiano doméstico. No entanto, privilegiar uma organização mais individualizada, tende a oferecer menos oportunidades para a partilha e a interação entre habitantes, implicando também a duplicação de infraestruturas e consumos.

Neste sentido, não se pretende desvalorizar esta tipologia, mas antes reconhecer que a sua simples reprodução não responderia plenamente aos objetivos do projeto, que procuram fomentar novas formas de convivência e reforçar as dinâmicas coletivas.



F | 4.03 | Levantamento dos Edificios Ocupados e Desocupados

Deste modo, o projeto propõe a introdução de duas novas tipologias habitacionais principais. A primeira corresponde à *habitação permanente coletiva*, destinada a residentes fixos, integrando, para além dos espaços privados, um conjunto de espaços sociais e produtivos, como cozinha comunitária, uma sala híbrida que tanto pode ser utilizada para refeições como de repente ser utilizada para apresentações, convívios ou outros eventos, e por fim áreas destinadas a oficinas e atividades artesanais. Esta tipologia assume um papel estruturante na aldeia, sendo estrategicamente localizadas ao longo dos eixos principais da mesma, funcionando como elementos catalisadores da vida comunitária.

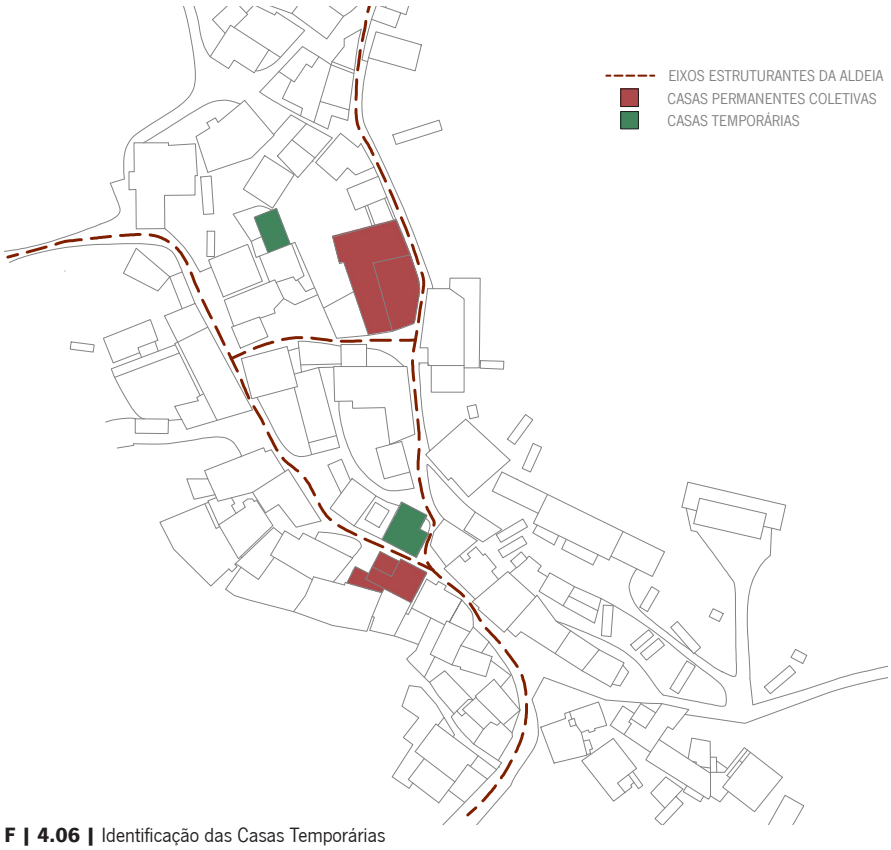


F | 4.04 | Esquema da Estratégia de Projeto



F | 4.05 | Identificação das Casas Permanentes Coletivas

A segunda tipologia corresponde à *habitação temporária*, destinada a turistas, cujo programa se limita essencialmente a espaços de descanso. Estas unidades reutilizam edifícios desocupados e são implantadas na proximidade das habitações permanentes coletivas, estabelecendo uma relação de dependência funcional e social, e em simultâneo promovem a integração dos visitantes na dinâmica da aldeia.



F | 4.06 | Identificação das Casas Temporárias

Contudo, reconhecendo que nem todas as situações habitacionais se enquadram nos extremos da habitação coletiva ou da habitação temporária, o projeto propõe três graus diferentes na tipologia *permanente coletiva*, sendo o primeiro grau as mais estruturantes, o segundo grau com um espaço semi-coletivo com potencial para ser um espaço social e de se adaptar aos usos e tempos, e o terceiro grau uma opção mais informal, com um patamar mais largo ou um banco exterior que potenciam relações de vizinhança. Estes dois últimos graus possuem autonomia mínima, não replicando integralmente o modelo da casa tradicional, evitando a excessiva individualização e em simultâneo não ficar totalmente dependente das casas permanentes coletivas, evitando a sobrecarga das mesmas e assegurando um equilíbrio funcional entre os diferentes tipos de utilizadores. No entanto, apenas as duas primeiras tipologias serão apresentadas em desenho pois são as únicas que envolvem mudanças pragmáticas no desenho do espaço.

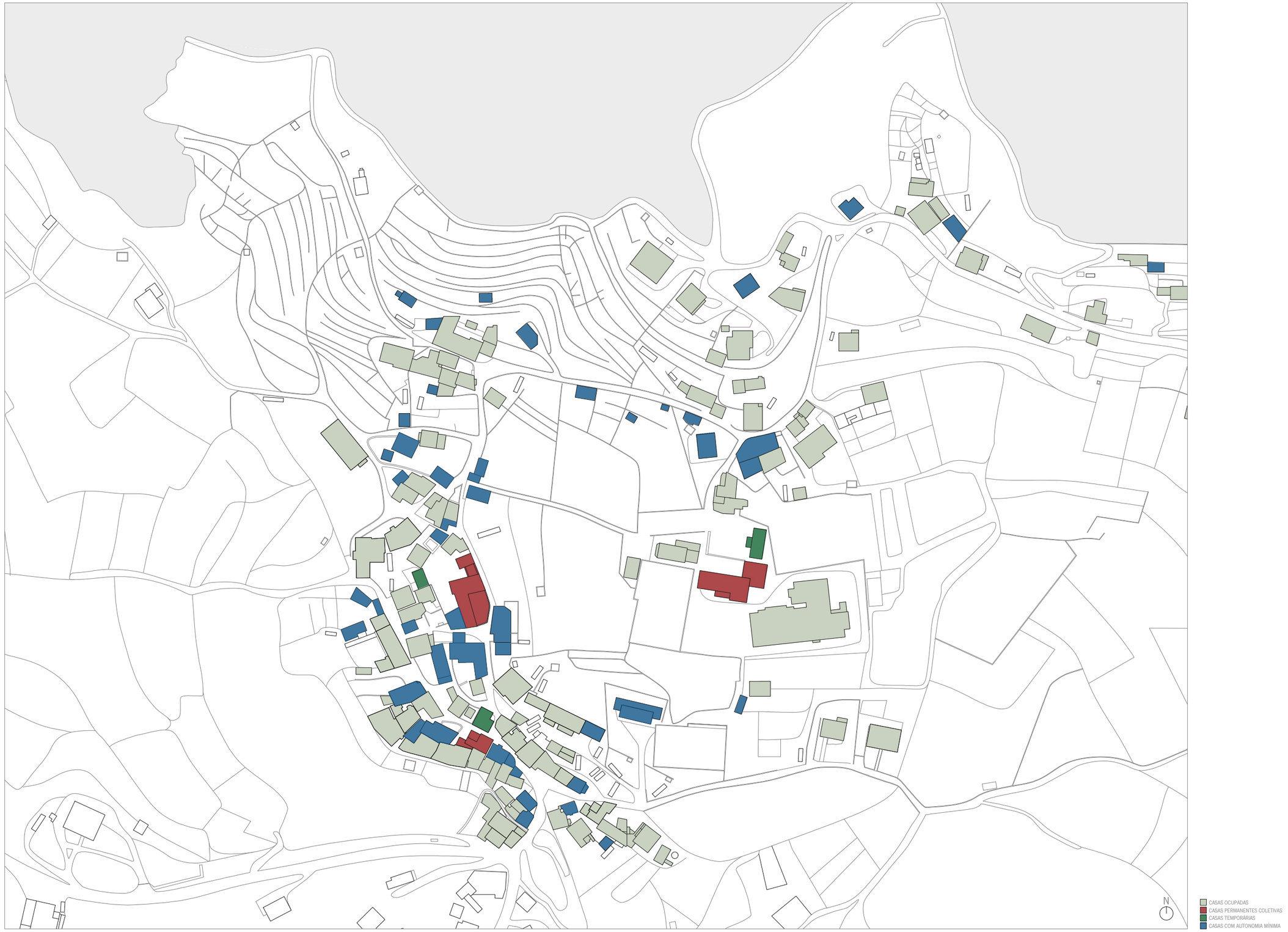
Mantém-se igualmente a presença das escadas exteriores, elemento recorrente na arquitetura da aldeia, que desempenha um papel fundamental na mediação entre o espaço privado da habitação e o espaço coletivo da rua, funcionando como um dispositivo de transição e de ativação do piso térreo, reforçando a relação entre o edifício e a vida comunitária.



F | 4.07 | Identificação das Casas com Autonomia Mínima



F | 4.08 | Identificação dos Fluxos de Movimento na Aldeia



F | 4.09 | Planta de Ocupação Depois da Intervenção



F | 4.10 | Planta de Mobilidade da Aldeia

Introdução à intervenção em património arquitetónico e princípios fundamentais de conservação e reabilitação

A intervenção em património arquitetónico constitui um dos campos mais complexos da prática arquitetónica contemporânea, na medida em que implica um equilíbrio delicado entre preservação e transformação. Ao contrário da construção nova, onde o projeto parte de uma liberdade quase total, aqui trabalha-se sempre a partir de preexistências que acumulam valor histórico, cultural e simbólico, exigindo uma leitura crítica do existente e uma tomada de decisão consciente sobre o que deve ser mantido, reinterpretado ou transformado (Feilden, 2003; Jokilehto, 1999).

No âmbito deste trabalho, que incide sobre uma aldeia em processo de despovoamento, a problemática da relação entre habitação e dinâmicas sociais ganha uma dimensão particularmente concreta. A intervenção em duas preexistências, uma casa nobre e uma segunda habitação, surge assim, não como um fim em si mesmo, mas como um campo de aplicação dos princípios que orientam o projeto. Neste contexto, as preexistências deixam de ser apenas objetos de estudo patrimonial para se assumirem como instrumentos ativos de reativação territorial. Ou seja, a intervenção não se limita à conservação do edifício enquanto testemunho do passado, mas procura também ativar o seu potencial enquanto suporte de novas formas de habitar e de regeneração social e económica. Neste sentido, intervir em património implica aqui assumir uma responsabilidade dupla: respeitar o existente e, simultaneamente, projetar a sua continuidade no presente (Feilden, 2003).

A base da prática em património foi sendo construída ao longo do século XX, através de um conjunto de princípios teóricos e operativos sistematizados em documentos internacionais como a Carta de Veneza, que estabelece orientações fundamentais para a conservação e o restauro de edifícios (ICOMOS, 1964). No entanto, mais do que um conjunto rígido de regras, estes princípios devem ser entendidos como instrumentos interpretativos, que ajudam a orientar decisões num campo onde raramente existem respostas únicas ou absolutas. A sua aplicação depende sempre da leitura do edifício, do contexto em que este se insere e do programa proposto (ICOMOS, 1964).

Entre esses princípios, o da autenticidade assume um papel central, na medida em que implica a preservação das características que definem a identidade do edifício, incluindo os seus materiais, técnicas construtivas, forma, uso e as transformações acumuladas ao longo do tempo. Neste contexto, a sua relação com o lugar traduz-se na forma como o edifício se integra no meio físico, cultural e social envolvente, contribuindo para a continuidade e reconhecimento do tecido onde se insere.

O princípio da reversibilidade surge frequentemente associado a uma ideia de cautela operativa, defendendo que as intervenções contemporâneas possam, sempre que possível, poder ser removidas sem comprometer o edifício original. No entanto, na prática arquitetónica este princípio raramente é cumprido na sua totalidade, funcionando mais como uma orientação do que como uma condição estritamente aplicável. Ainda assim, ele reforça a importância de escolhas construtivas ponderadas, sobretudo quando se intervém em estruturas com algum valor patrimonial.

Já o princípio da legibilidade introduz uma questão essencial no debate contemporâneo: a importância de distinguir o que pertence ao edifício original do que resulta da intervenção atual. Esta distinção contribui para manter a leitura histórica do objeto arquitetónico, permitindo compreender a sua evolução ao longo do tempo e as diferentes fases de construção, evitando assim interpretações ambíguas sobre a sua origem e transformação (Brandi, 2005; ICOMOS, 1964). Contudo, essa separação não implica necessariamente um contraste formal evidente, podendo ser explorada através de diferenças subtis de materiais, de modo a garantir a leitura das várias temporalidades sem comprometer a continuidade e a integração formal do conjunto arquitetónico.

Por fim, o princípio da mínima intervenção defende uma atitude de contenção, segundo a qual se procura intervir apenas no estritamente necessário para garantir a conservação e a funcionalidade do edifício. Esta atitude relaciona-se com o tema do decrescimento, atuando apenas no estritamente necessário e tomando uma posição critica perante o existente. Esta abordagem ganha especial relevância em contextos de baixa densidade e despovoamento, como o da aldeia em estudo, onde o valor do existente não reside apenas na sua forma, mas também na sua capacidade de sustentar novas formas de ocupação. Neste sentido, estabelece-se uma relação de continuidade entre a conservação patrimonial e a introdução de novos usos, na medida em que a preservação do edifício existente permite acolher transformações programáticas sem descaracterizar a sua identidade, promovendo assim a sua adaptação a novas dinâmicas de habitar.

Em síntese, estes princípios não devem ser entendidos como fórmulas fechadas, mas sim como instrumentos críticos de leitura e orientação das decisões de projeto. A sua aplicação depende sempre do contexto específico de cada intervenção, assumindo particular relevância em situações de despovoamento, onde a reabilitação do existente não se limita à conservação do edifício, mas se articula com a necessidade de o reativar enquanto suporte de novas dinâmicas de habitar e de vida coletiva.

Tipologias de intervenção

A escolha de uma abordagem de intervenção não é apenas técnica, mas sobretudo interpretativa, resultando de uma leitura crítica do edifício, do seu contexto e do papel que poderá assumir no futuro (Feilden, 2003). A partir desta leitura, podem ser mobilizadas diferentes tipologias de intervenção no património, como o restauro, a reabilitação, a reconversão e a reconstrução, consoante o estado de conservação do edifício, o seu valor histórico e os objetivos definidos para o projeto.

Estas categorias não devem ser entendidas como compartimentos estanques ou fechados, mas antes como estratégias operativas que frequentemente se sobrepõem numa mesma intervenção, refletindo a complexidade inerente ao trabalho sobre preexistências (Jokilehto, 1999).

No âmbito deste trabalho, que se desenvolve a partir da exploração de estratégias de reabilitação aplicadas a diferentes preexistências numa aldeia em processo de despovoamento, esta questão torna-se particularmente evidente, uma vez que diferentes elementos do tecido construído podem exigir abordagens de intervenção diferenciadas. Neste sentido, não se trata de aplicar uma única lógica de atuação, mas de articular várias estratégias de forma coerente, em função do valor de cada preexistência e do seu potencial para suportar novas formas de habitar e de promover dinâmicas sociais.

O restauro consiste numa intervenção orientada para a recuperação das características do edifício consideradas mais significativas, com base em evidências históricas, documentais e materiais (Brandi, 2005; ICOMOS, 1964). No entanto, em edifícios que resultam de sucessivas alterações ao longo do tempo, não existe um "estado original" único e facilmente identificável, mas sim uma sobreposição de fases construtivas. Esta condição implica que o restauro seja entendido como um processo de leitura crítica do existente, no qual se tomam decisões sobre quais elementos e momentos históricos devem ser preservados ou evidenciados, em função do valor atribuído a cada estrato temporal.

A reabilitação centra-se na adaptação do edifício às exigências contemporâneas de desempenho, incluindo condições térmicas e de conforto ambiental, eficiência energética, segurança estrutural e funcionalidade dos espaços, procurando simultaneamente manter os seus valores arquitetónicos (Feilden, 2003). Contudo, esta adaptação não é neutra, uma vez que a introdução de novas infraestruturas técnicas, como sistemas de climatização, redes de instalações ou reforços estruturais, pode influenciar significativamente a organização espacial, os materiais e a perceção do edifício. Deste modo, a intervenção exige um equilíbrio entre a melhoria das condições de uso e a preservação da identidade arquitetónica, sobretudo em contextos rurais em despovoamento.

A reconversão consiste na atribuição de novos usos a edifícios que perderam a sua função original (Cantacuzino, 1989). Esta estratégia é particularmente relevante, tanto em territórios rurais como territórios urbanos, permitindo reintegrar o património em dinâmicas contemporâneas. No entanto, deve ser entendida como uma negociação entre o novo programa e as condições espaciais existentes (Feilden, 2003).

Por fim, a reconstrução refere-se à reconstituição de elementos desaparecidos ou degradados, com base em documentação existente. É uma intervenção sensível, pois pode colocar em causa a fronteira entre conservação e recriação do passado, conduzindo a leituras idealizadas do edifício. Por isso, deve ser aplicada apenas quando existe base documental suficiente, sendo particularmente crítica em termos de autenticidade material e histórica (ICOMOS, 1964).

Posicionamento metodológico do projeto e aplicação dos princípios ao caso de estudo

Com base no enquadramento teórico e nos exemplos analisados ao longo do capítulo, o presente projeto assume um posicionamento metodológico que resulta de uma leitura dos princípios de intervenção em património. Este posicionamento não decorre da aplicação automática de regras, mas sim de uma interpretação, ajustada às características específicas das preexistências, ao contexto em que se inserem e do programa.

A intervenção orienta-se sobretudo pelo princípio da mínima intervenção, entendido como uma postura de contenção que privilegia a utilização do existente e a introdução apenas dos elementos estritamente necessários ao funcionamento e à adaptação do edifício. Neste sentido, intervir não significa reduzir a ação de projeto, mas sim calibrá-la em função do que o edifício já oferece, evitando intervenções excessivas ou redundantes.

Este princípio articula-se diretamente com os princípios do decrescimento, na medida em que promove a reutilização do edificado existente, a redução do consumo de novos recursos e a valorização de estruturas já construídas, contrariando lógicas de expansão e substituição. Assim, a intervenção assume-se como uma estratégia de otimização do existente, onde a transformação resulta mais da adaptação do que da adição.

Em termos de tipologia, o projeto situa-se predominantemente no campo da reabilitação, na medida em que procura preservar e valorizar as características arquitetónicas e espaciais dos edifícios existentes. No entanto, esta reabilitação não é entendida de forma puramente conservadora, mas sim de uma forma pragmática de forma que o edifício possa dar resposta de forma contemporânea às necessidades do presente.

Na verdade, o projeto incorpora também uma vertente de reconversão funcional, uma vez que os usos originais deixam de responder às dinâmicas atuais do território. Neste sentido, a antiga casa nobre e a segunda habitação são reinterpretadas para acolher novas formas de habitar, incluindo funções coletivas e espaços de uso partilhado. A antiga capela, por exemplo, é transformada numa oficina do linho, o que implica uma alteração programática significativa, mas fundamentada na intenção de manter o edifício ativo dentro de uma lógica contemporânea de ocupação.

Esta sobreposição de estratégias revela que a intervenção não se enquadra numa única tipologia rígida, mas sim numa combinação ajustada às diferentes partes do conjunto e aos seus níveis de valor e adaptabilidade.

Na relação entre o novo e o existente, o projeto não procura, nem a integração total nem o contraste absoluto, mas sim uma posição intermédia e crítica entre ambas as estratégias.

Por um lado, existe a intenção de respeitar a lógica espacial, a escala e a materialidade das preexistências, garantindo continuidade e coerência com o conjunto existente. Por outro, introduzem-se elementos contemporâneos que assumem a sua temporalidade própria, evitando qualquer tentativa de mimetismo histórico.

Esta dualidade não é entendida como contradição, mas como ferramenta de projeto. A tensão entre continuidade e diferenciação permite precisamente reforçar a leitura do edifício como um organismo com diferentes tempos e camadas.

De forma geral, o projeto não procura restaurar uma imagem idealizada do passado nem impor uma linguagem contemporânea autónoma. Pelo contrário, posiciona-se num território intermédio onde a intervenção é entendida como leitura, interpretação e continuidade crítica. Neste sentido, a arquitetura não é encarada como um gesto de substituição, mas como um processo de atualização do existente. A intervenção procura manter a memória e identidade dos edifícios, enquanto os reativa enquanto infraestrutura habitável, capaz de responder às necessidades contemporâneas de um território em perda demográfica.

Assim, mais do que uma operação de conservação ou de transformação isolada, o projeto assume-se como um exercício de equilíbrio entre permanência e mudança, onde cada decisão é tomada a partir do diálogo entre o valor do existente e a sua capacidade de adaptação ao presente.

V. IDEIA E DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Seleção e Caracterização das Habitações

A seleção das habitações a intervencionar resulta de um processo de análise do tecido construído da aldeia, considerando critérios como o uso, o estado de conservação, o acesso, o valor patrimonial, a localização e o potencial de reabilitação. A escolha recaiu sobre edifícios cujo processo de recuperação pudesse contribuir de forma significativa para a reativação do núcleo urbano.

As habitações selecionadas são entendidas como uma amostra representativa da aplicação do projeto no contexto da aldeia, funcionando como casos de estudo que demonstram, de forma concreta, como o programa proposto pode ser implementado. Através da sua intervenção, procura-se evidenciar o potencial destas estratégias para fomentar novas formas de habitar e incentivar a criação e o reforço de relações sociais no tecido comunitário existente.

Neste sentido, foram selecionadas duas habitações com relevância dentro dos eixos estruturantes da aldeia. Foi selecionada a Casa do Catalão, que se destaca no conjunto edificado, para integrar a tipologia de *habitação permanente coletiva*, (representada a vermelho). Paralelamente, selecionou-se uma segunda habitação, localizada próxima do ponto de chegada da aldeia e igualmente inserida na sua espinha dorsal, destinada à tipologia de *habitação temporária*, (representada a verde).



F | 5.01 | Esquema que Identifica as Casas a Intervir

Casa Catalão

A denominada "Casa do Catalão" constitui um dos elementos mais relevantes do conjunto edificado da aldeia, destacando-se não apenas pela sua dimensão e complexidade espacial, mas também pelo seu valor histórico e simbólico. Embora não seja possível determinar com precisão a data da sua construção, sabe-se que o edifício já existia em 1851, ano em que terá dado abrigo ao comandante Marechal Saldanha[1], durante a sua fuga em direção à Galiza. Este episódio sugere a existência de uma estrutura habitacional já consolidada em meados do século XIX, sendo provável que a sua origem remonte a um período anterior.

1 Marechal Saldanha foi um comandante militar proeminente e uma das figuras políticas mais influentes de Portugal no século XIX. Como Marechal do Exército português, liderou as forças liberais, destacando-se na Guerra Civil Portuguesa e na batalha de Almoster.



F | 5.06 | Fotos da Casa Catalão

Segundo entrevista com o atual proprietário da casa[1], a evolução da propriedade ao longo do tempo revela uma história familiar marcada por particularidades que ajudam a compreender a configuração atual do edifício. Apesar de não se conhecerem os proprietários originais, sabe-se que, numa determinada fase, a casa foi habitada por um casal com quatro filhos, três rapazes e uma rapariga. Os filhos seguiram a vida eclesiástica, tornando-se padres e não deixando descendência. Um deles assumiu funções de elevada importância, sendo cónego e juiz da cúria eclesiástica, facto que poderá justificar a presença de um brasão eclesiástico na fachada principal do edifício.

1 A informação histórica e funcional apresentada resulta de entrevista realizada ao atual proprietário da Casa do Catalão (2026).



F | 5.07 | Fotos Fachada Sul da Casa e do Brasão Eclesiástico Respetivamente

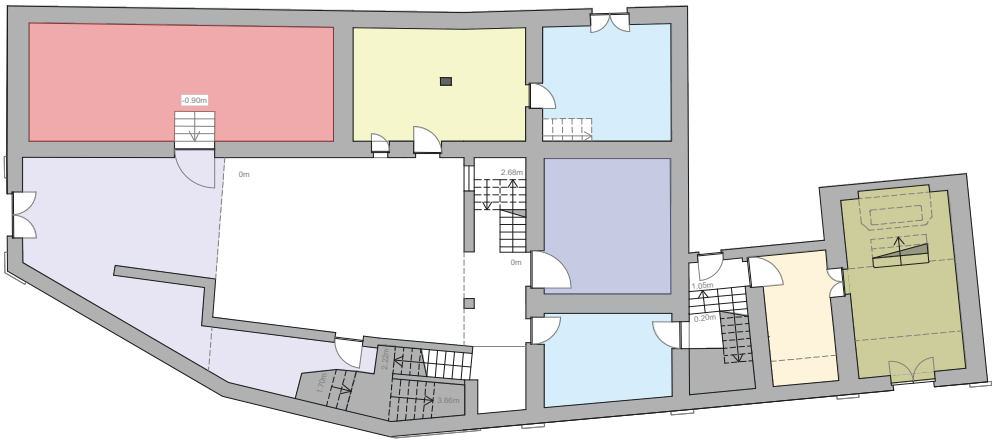
Mais tarde, a filha do casal dá à luz um menino, Sebastião da Silva Freitas, mas ela própria faleceu durante o parto. Sebastião Freitas torna-se consequentemente herdeiro da casa e mais tarde forma-se em medicina. Anos depois, a casa é vendida ao seu meio-irmão, avô do atual proprietário da casa. A partir desse momento, a casa permaneceu na posse da família Catalão, de onde deriva a designação pela qual é atualmente conhecida.

Do ponto de vista construtivo, as alterações registadas ao longo do tempo foram relativamente pontuais, destacando-se o alteamento de parte da laje que divide o piso térreo do piso superior. A organização espacial evidencia uma clara distinção funcional entre pisos: o piso superior assumia uma função predominantemente doméstica, integrando quartos, cozinha e instalações sanitárias, enquanto o piso térreo concentrava funções produtivas e de apoio, espaços de armazenamento de palha e produtos agrícolas, áreas destinadas ao abrigo de animais (como vacas e porcos) e uma divisão associada à produção de vinho.

Um dos elementos que constitui o conjunto é o volume que estabelece a ligação entre a casa e a capela, atualmente a céu aberto, mas originalmente fechado. Este espaço funcionava, no piso inferior, como uma espécie de pré-sacristia, enquanto no piso superior integrava um corredor que ligava diretamente a habitação ao coro da capela e ainda neste mesmo piso existia também um quarto virado a poente.



F | 5.08 | Fotos do Volume de Ligação Entre a Capela e a Casa



F | 5.09 | Identificação dos Compartimentos da Casa Antes da Intervenção

PALHEIRO
QUARTO
COZINHA
WC
SALA DE JANTAR
CAPELA



F | 5.10 | Identificação dos Compartimentos da Casa Antes da Intervenção

PALHEIRO
CORTE PARA ANIMAIS
COZINHA
SALA DE APOIO
PRODUÇÃO DE VINHO
PRÉ- SACRISTIA
CAPELA

O antigo palheiro, hoje em ruína, servia para armazenamento de palha e, no piso superior, para guardar utensílios agrícolas e um tear de grandes dimensões, associado à produção de linho.



F | 5.11 | Fotos do Palheiro em Ruínas

A casa distingue-se claramente das restantes construções da aldeia pela sua escala e por um conjunto de elementos identitários marcantes, nomeadamente a presença do passadiço, que estabelece a ligação entre a casa e os terrenos da frente, a capela privada e o brasão eclesiástico. Estes elementos reforçam o seu carácter singular e a sua importância no contexto local.



F | 5.12 | Fotos da Capela Agregada á Casa

Relativamente à ocupação, não é possível determinar com exatidão o número de habitantes ao longo do tempo, mas admite-se que, em determinados períodos, a casa terá acolhido agregados familiares numerosos, podendo ter chegado a albergar um casal com oito filhos. Este dado reforça a dimensão e capacidade funcional do edifício.

Por fim, subsistem ainda memórias e narrativas associadas à casa que contribuem para o seu valor imaterial. Entre estas, destaca-se o ambiente de misticismo associado a um arruamento contíguo, historicamente pouco iluminado, onde os padres se deslocavam à noite com velas em direção à paróquia, num período anterior à existência de eletricidade, contribuindo para a construção de um imaginário coletivo em torno do local.

O material que constitui a Casa do Catalão é predominantemente alvenaria de pedra, tendo sido originalmente concebida com a pedra à vista e, posteriormente, rebocada em várias superfícies, numa lógica de melhoramento formal e construtivo, tendo também estatuto por pertencer a um proprietário com maior capacidade financeira. Atualmente, verifica-se um processo de degradação desse revestimento, encontrando-se diversas zonas ainda com reboco, e outras onde volta a ser exposta a construção pétrea do edifício.

Segunda Casa a Intervir

A segunda habitação selecionada insere-se numa tipologia vernacular mais comum no tecido da aldeia, distinguindo-se da Casa do Catalão pela sua simplicidade construtiva e ausência de elementos arquitetónicos singulares.

Trata-se de uma construção de dois pisos, cuja organização funcional obedece a um modo de vida tradicional. O piso inferior, com acesso direto à cota da rua, terá sido utilizado predominantemente para funções de apoio, nomeadamente o abrigo de animais e armazenamento associado à atividade agrícola. O piso superior constitui a área de habitação propriamente dita, sendo acessível através de uma escada exterior que estabelece a ligação entre o espaço público e o espaço doméstico.

Ao longo do tempo, a casa manteve essencialmente a sua função habitacional, não sendo conhecidas alterações significativas na sua estrutura ou utilização. Atualmente encontra-se desocupada e em estado de abandono, apresentando o desgaste naturalmente associado à falta de manutenção. Ainda assim, a sua configuração simples e a sua relação direta com o espaço público conferem-lhe potencial para uma intervenção no âmbito da proposta de habitação temporária.

Esta habitação mantém uma aparência mais diretamente resultante dos seus processos de construção, sendo igualmente executada em alvenaria de pedra.





F | 5.13 | Fotos da Segunda Casa a Reabilitar

Conceito e Desenvolvimento do Projeto

Casa do Catalão | Antes

Previamente ao desenvolvimento da proposta de reabilitação, foi realizado o levantamento arquitetónico da casa, com o objetivo de compreender a configuração espacial, os sistemas construtivos existentes, o estado de conservação do edifício e as relações estabelecidas entre os diferentes volumes que o compõem. Este processo permitiu identificar elementos identitários e condicionantes espaciais que vieram a fundamentar as opções de intervenção adotadas.

A análise do edifício existente revelou uma organização espacial fortemente marcada pela sua evolução ao longo do tempo, evidenciando adaptações sucessivas e relações funcionais específicas associadas aos modos de habitar e às atividades produtivas anteriormente desenvolvidas. Neste sentido, o levantamento constituiu uma ferramenta essencial para a definição da estratégia de mínima intervenção, permitindo distinguir os elementos a preservar, adaptar ou transformar.

Apresentam-se de seguida os desenhos do levantamento arquitetónico do edifício existente, incluindo plantas, cortes e alçados, que permitiram fundamentar a leitura e compreensão do conjunto.



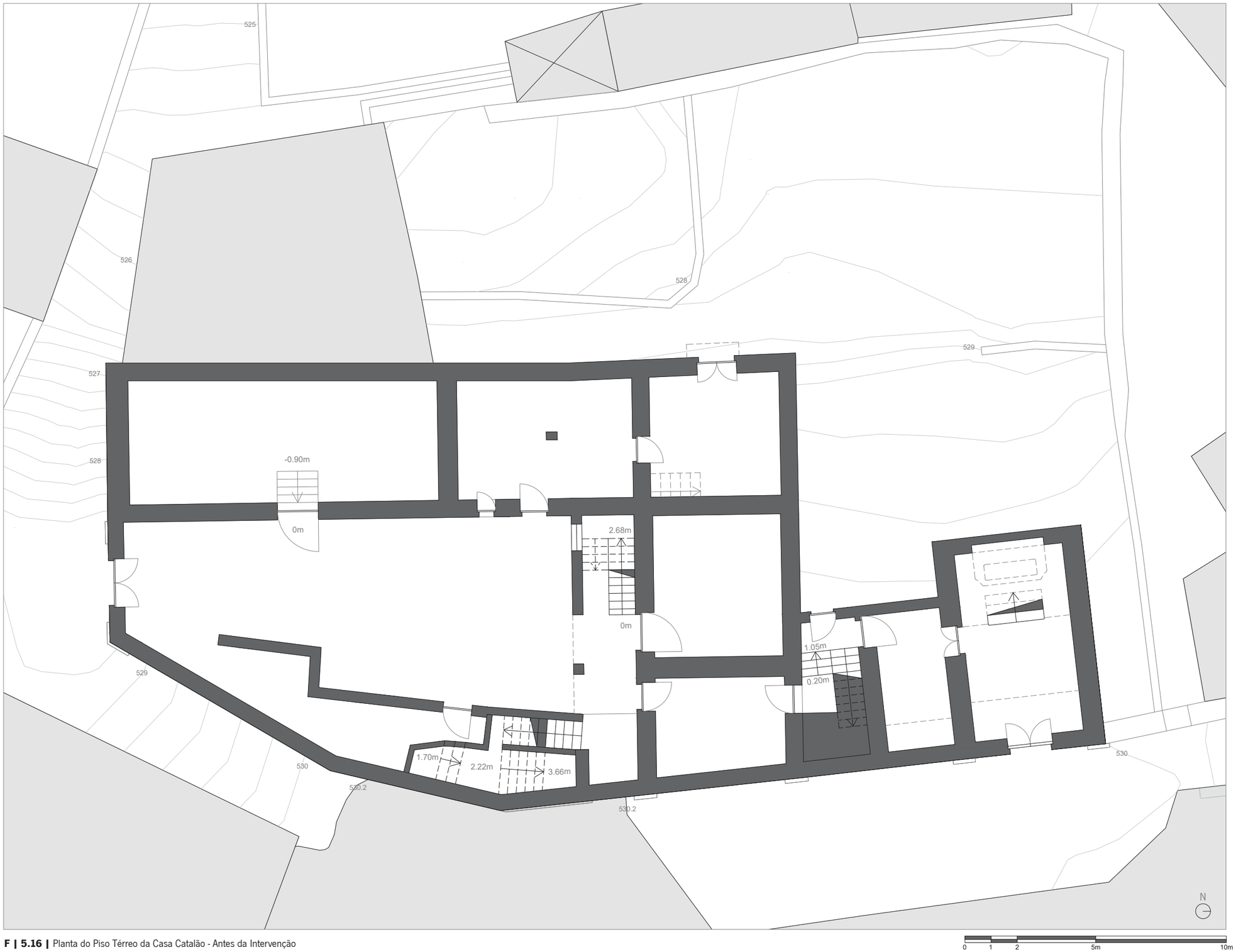




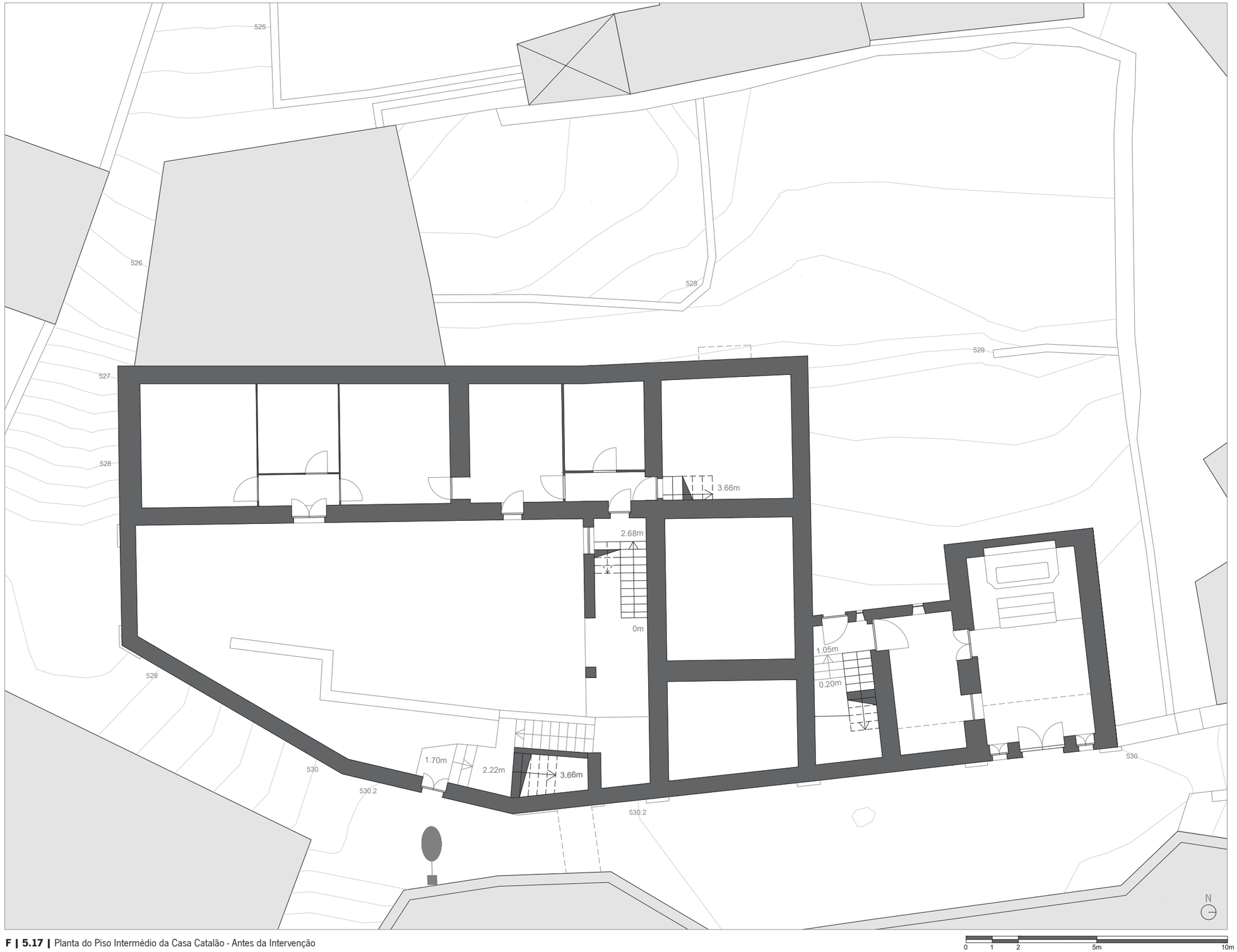
F | 5.14 | Fachadas da Casa



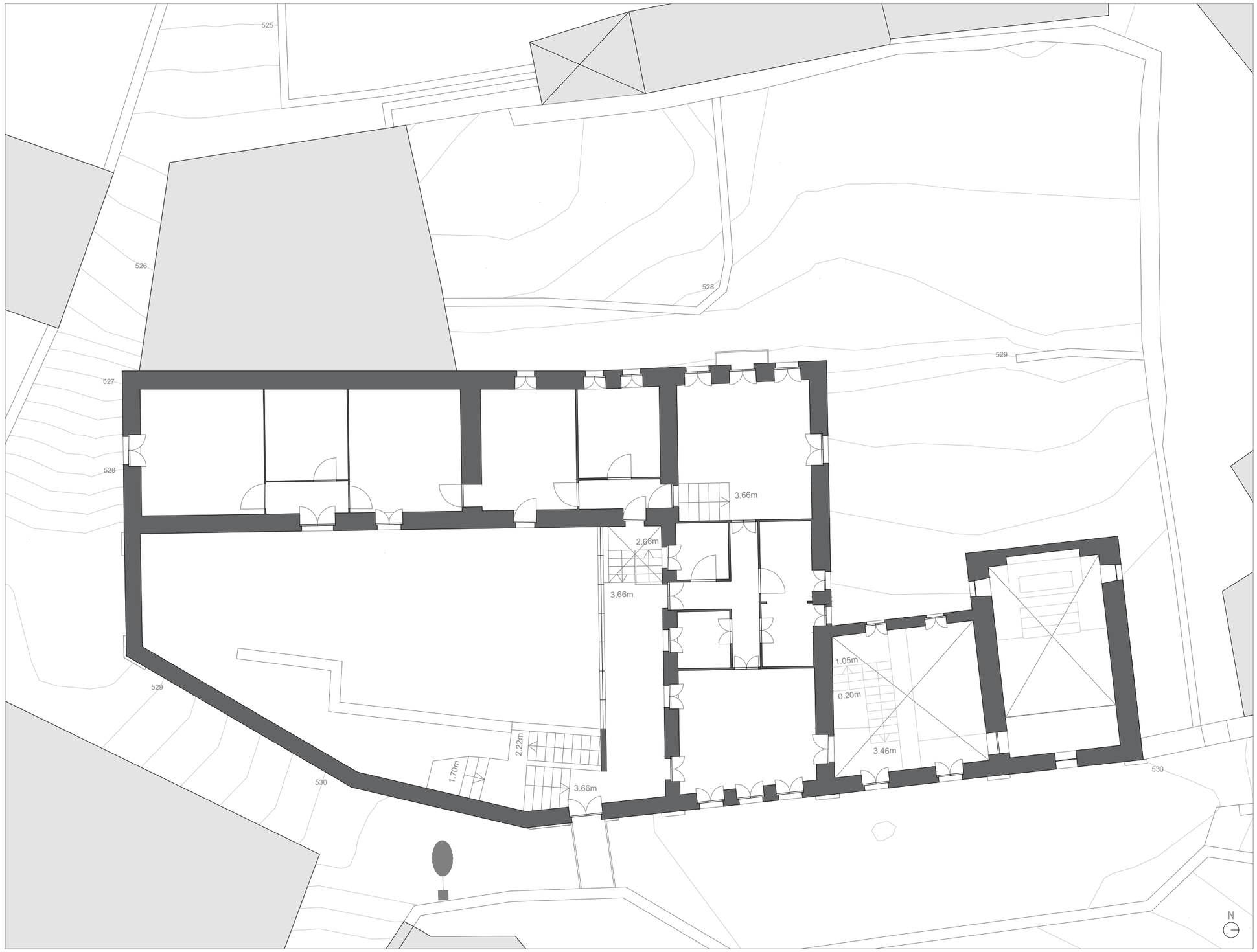
F | 5.15 | Planta de Implantação da Casa Catalão - Antes da Intervenção



F | 5.16 | Planta do Piso Térreo da Casa Catalão - Antes da Intervenção



F | 5.17 | Planta do Piso Intermédio da Casa Catalão - Antes da Intervenção



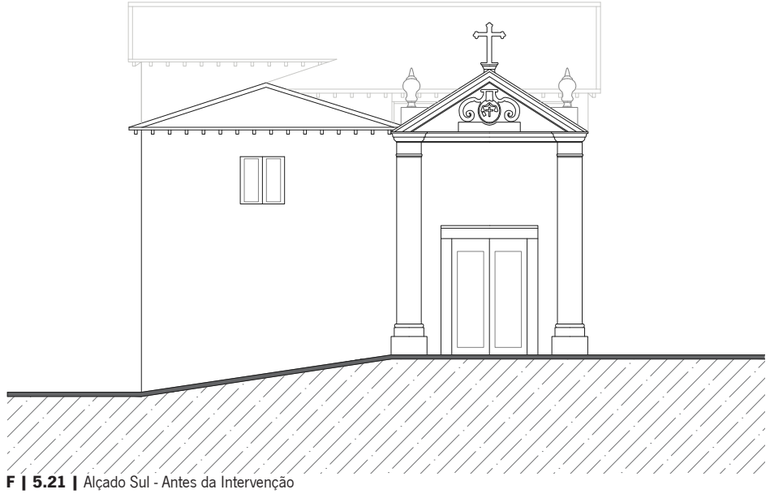
F | 5.18 | Planta do Piso 1 da Casa Catalão - Antes da Intervenção



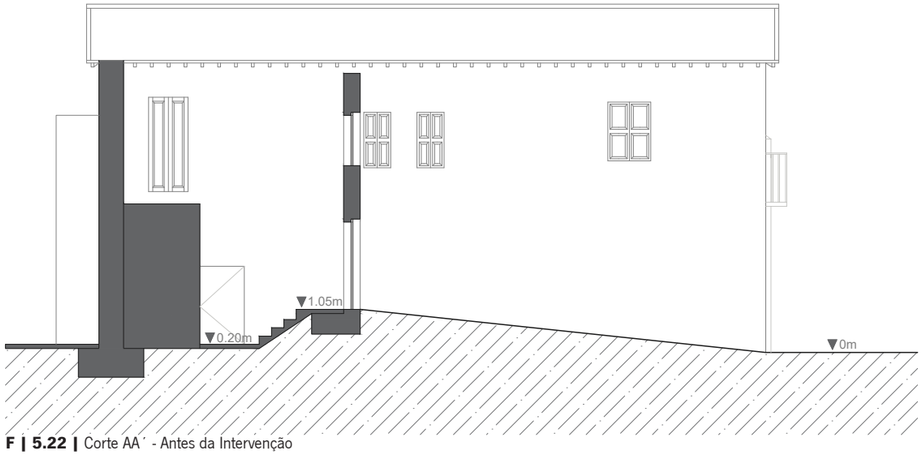
F | 5.19 | Alçado Nascente - Antes da Intervenção



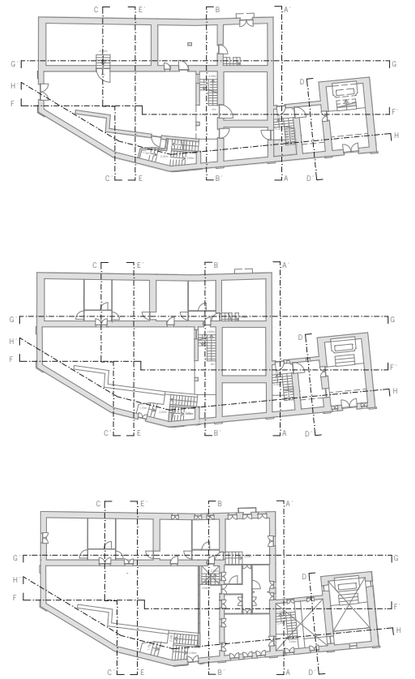
F | 5.20 | Alçado Poente - Antes da Intervenção



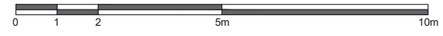
F | 5.21 | Alçado Sul - Antes da Intervenção

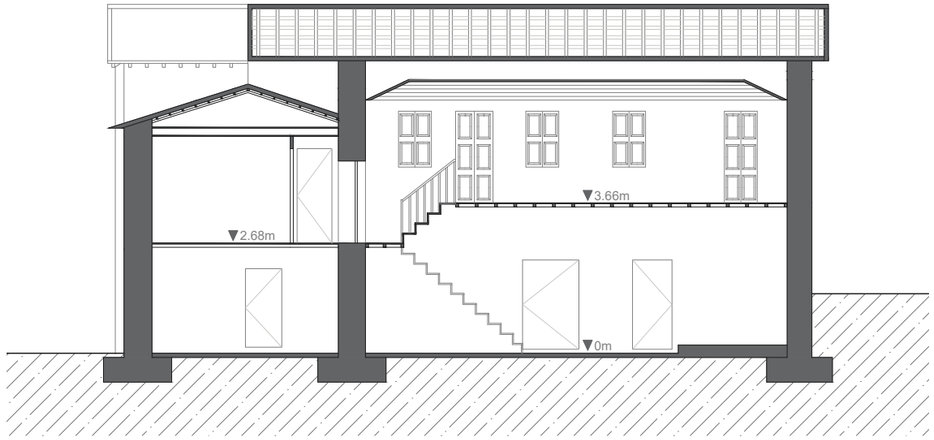


F | 5.22 | Corte AA´ - Antes da Intervenção

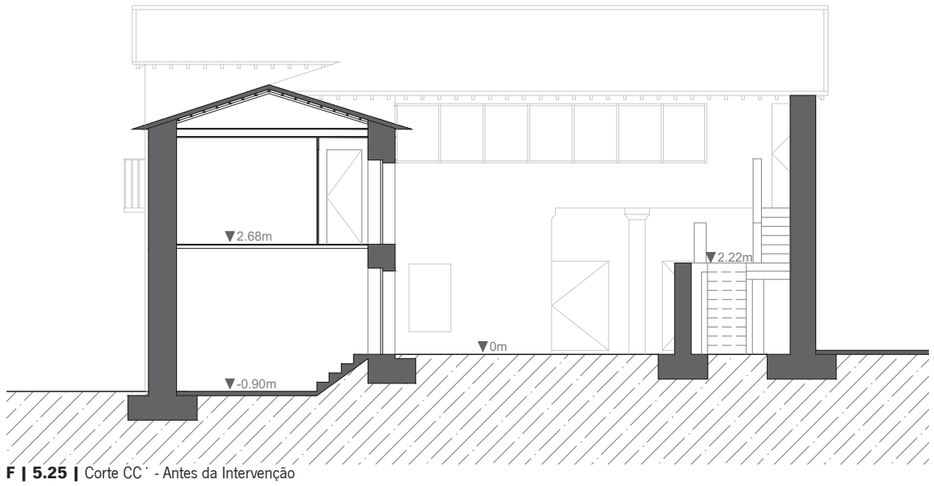


F | 5.23 | Identificação dos Cortes - Antes da Intervenção

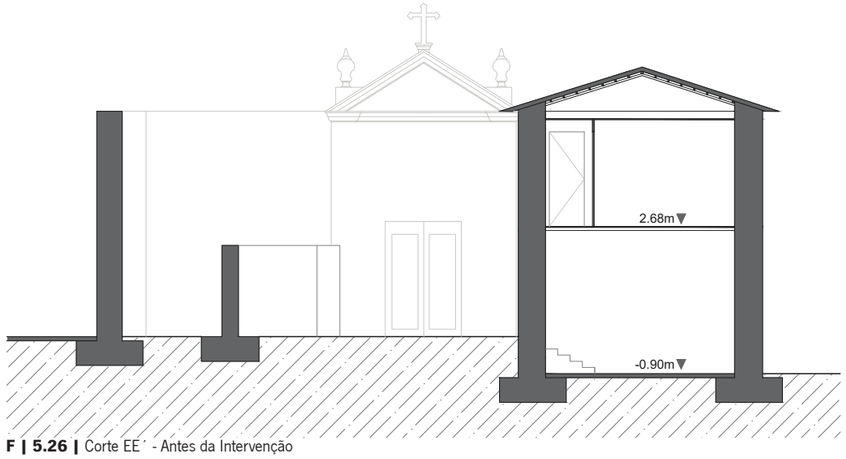




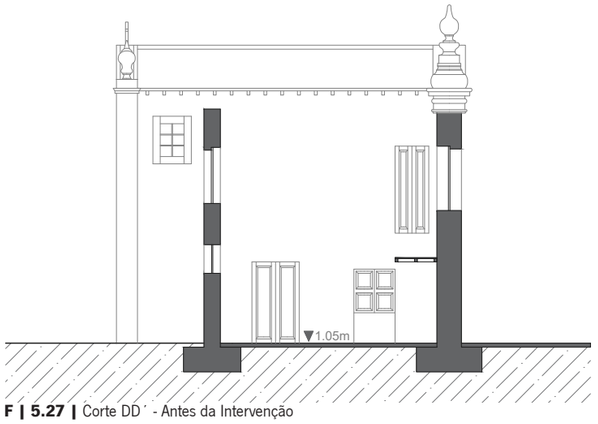
F | 5.24 | Corte BB´ - Antes da Intervenção



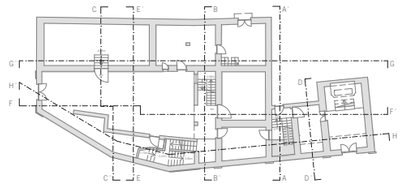
F | 5.25 | Corte CC´ - Antes da Intervenção

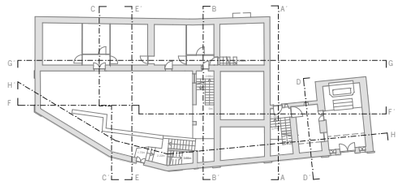


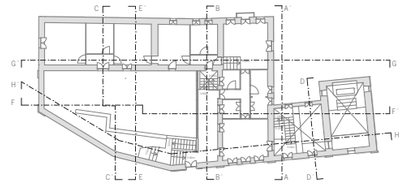
F | 5.26 | Corte EE´ - Antes da Intervenção



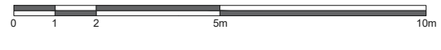
F | 5.27 | Corte DD´ - Antes da Intervenção

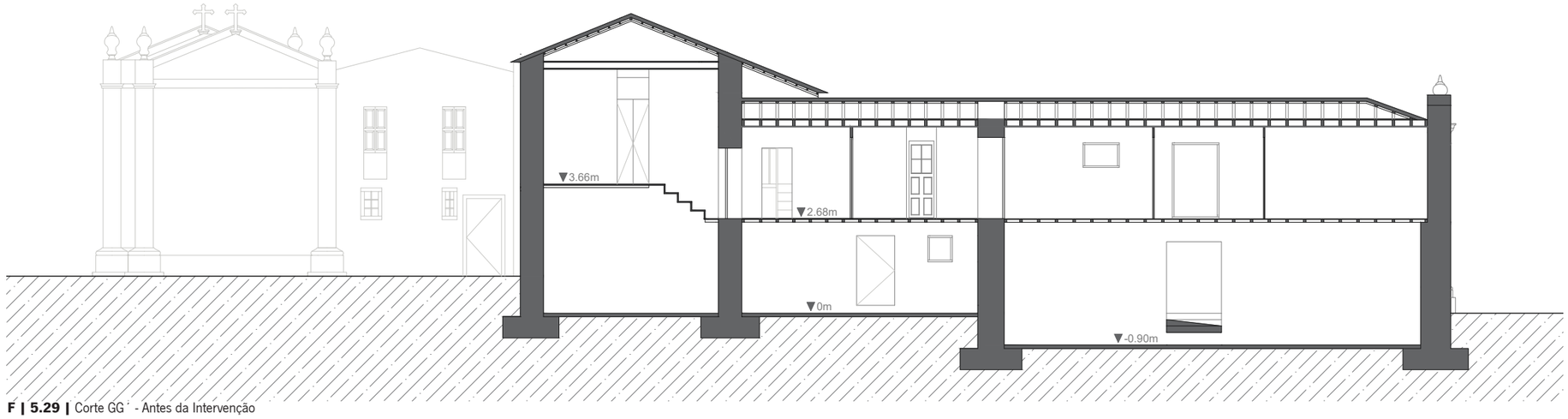




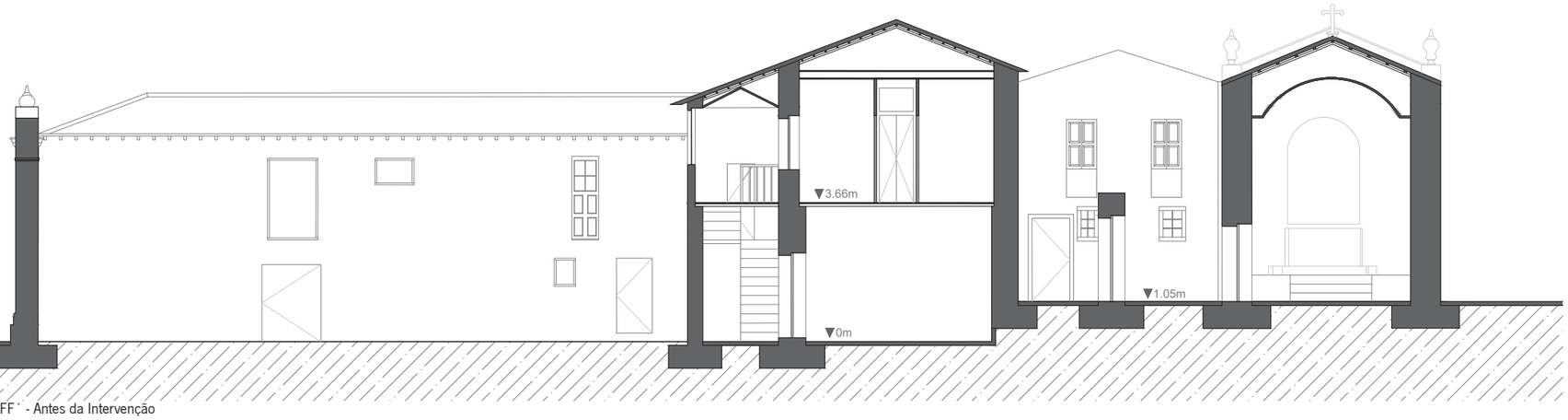


F | 5.28 | Identificação dos Cortes - Antes da Intervenção

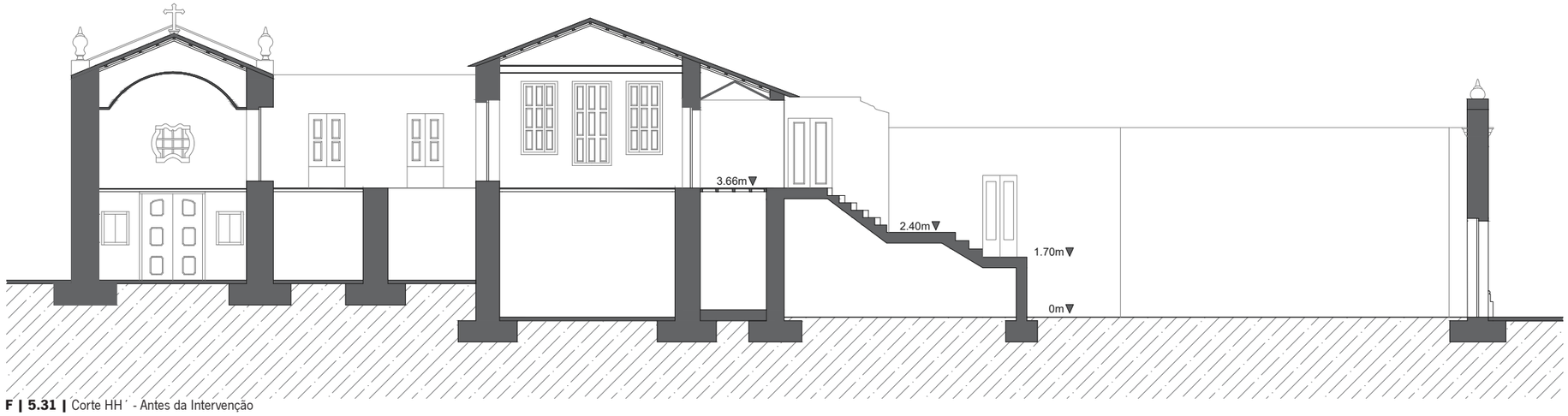




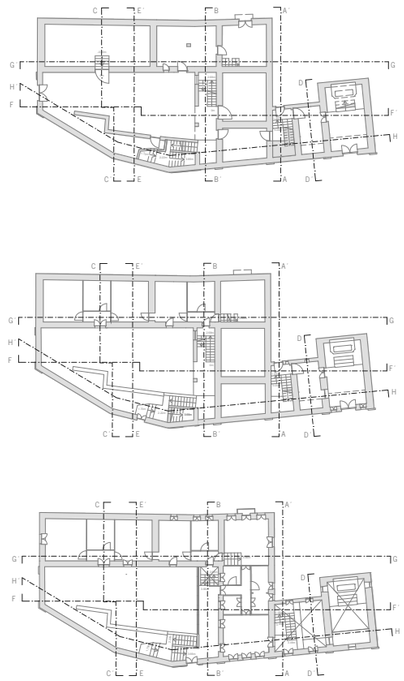
F | 5.29 | Corte GG´ - Antes da Intervenção



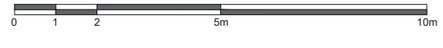
F | 5.30 | Corte FF´ - Antes da Intervenção



F | 5.31 | Corte HH´ - Antes da Intervenção



F | 5.32 | Identificação dos Cortes - Antes da Intervenção



A leitura do estado existente e a compreensão das características espaciais, construtivas e funcionais do edifício constituíram a base para o desenvolvimento da proposta de reabilitação. A partir do levantamento realizado, procurou-se definir uma estratégia de intervenção no edifício assente na valorização das preexistências, conciliando a preservação da identidade arquitetónica do conjunto com a adaptação do mesmo a novas formas de habitar e de utilização coletiva.

O projeto de reabilitação da Casa do Catalão/ Casa do Passadiço, assenta no "princípio da mínima intervenção", entendido não como a preservação acrítica do existente, mas como uma estratégia seletiva que privilegia a manutenção das estruturas, aberturas e relações espaciais preexistentes, intervindo apenas quando necessário para responder às novas exigências programáticas e habitacionais. Neste sentido, procurou-se conservar a integridade das paredes exteriores e das aberturas existentes, introduzindo pontualmente novos vãos com o objetivo de melhorar as condições de iluminação natural e reforçar relações de continuidade espacial e visual. As lajes mantêm a sua posição original, tendo sido complementadas com camadas técnicas que integram isolamento acústico e infraestruturas.

O edifício insere-se de forma integrada na malha urbana envolvente, não sendo precedido por um espaço público amplo ou por uma praça que o destaque formalmente. Ainda assim, afirma-se pela sua escala e pela sua expressão arquitetónica, particularmente na fachada sul, onde se localiza a entrada principal. Esta fachada é marcada pela presença de um brasão eclesiástico, tal como referido anteriormente, e a fachada voltada a nascente destaca-se pela integração de antiga capela, reforçando o caráter singular do edifício no contexto local. Evidenciam-se ainda as aberturas em arco ogival, orientadas também a nascente, que contribuem para o carater arquitetónico do conjunto.

O projeto propõe uma reinterpretação da casa enquanto estrutura híbrida, articulando dimensões sociais e domésticas, e promovendo novas formas de habitar baseadas na partilha, na convivência e na relação com a comunidade. Esta intenção traduz-se numa organização programática clara: o piso térreo assume um caráter coletivo e aberto, integrando uma cozinha comunitária, uma "sala híbrida", apta para acolher refeições, workshops ou apresentações, uma oficina do linho, associada à memória local, e as respetivas instalações sanitárias de apoio. Complementarmente, o piso superior destina-se a cinco unidades habitacionais. Esta organização programática visa promover a convivência e a partilha ao nível do piso social, enquanto garante condições de privacidade e conforto na esfera doméstica.

O acesso ao edifício realiza-se, assim, a partir da fachada sul, através de um elemento de transição definido por um gradeamento permeável, em aço, que assegura condições de segurança, sobretudo no período noturno, sem comprometer a permeabilidade visual. Esta solução permite estabelecer uma relação de continuidade com o espaço público, sugerindo o caráter semi-público do piso térreo e convidando à entrada, enquanto delimita o espaço.

Este acesso conduz a um espaço de entrada que funciona simultaneamente como zona de receção e elemento estruturador da organização interna, assumindo o papel de "coluna vertebral" do projeto. Este espaço articula-se com um pátio central descoberto, resultante da reinterpretação do antigo palheiro. Este pátio localiza-se à mesma cota da cozinha comunitária, potenciando uma forte relação entre interior e exterior, permitindo a extensão das atividades domésticas para o espaço aberto, como refeições ou momentos de convívio. Desta forma, é a partir deste pátio central que se organiza a distribuição dos espaços circundantes. Já no piso superior, este vazio assume a configuração de um claustro, reforçando a continuidade espacial e visual entre níveis.

A valorização das relações entre interior e exterior constitui um dos princípios orientadores do projeto, tendo sido determinante na localização do programa social no piso térreo. Para além da continuidade estabelecida entre o pátio e a cozinha, também a "sala híbrida", apesar de se encontrar a uma cota inferior, mantém uma ligação direta com o exterior, permitindo a sua extensão para o pátio e reforçando a flexibilidade de uso. Acresce ainda a presença de um espaço coberto exterior, semelhante a um alpendre, associado à área da oficina do linho. Estas relações espaciais contribuem para uma maior fluidez entre espaços e para uma vivência mais dinâmica e adaptável do conjunto.

Relativamente à sua configuração atual, foram introduzidos ajustes pontuais, nomeadamente a demolição da escada existente no volume que divide a antiga capela da casa, cuja presença comprometia a continuidade espacial e gerava conflitos entre os espaços sociais e domésticos. Em contrapartida, foram mantidos os principais acessos verticais, preservando a lógica original do edifício. Foi igualmente criado um acesso direto entre este espaço e a zona de fiação e penteação, facilitando a logística do processo produtivo do linho.

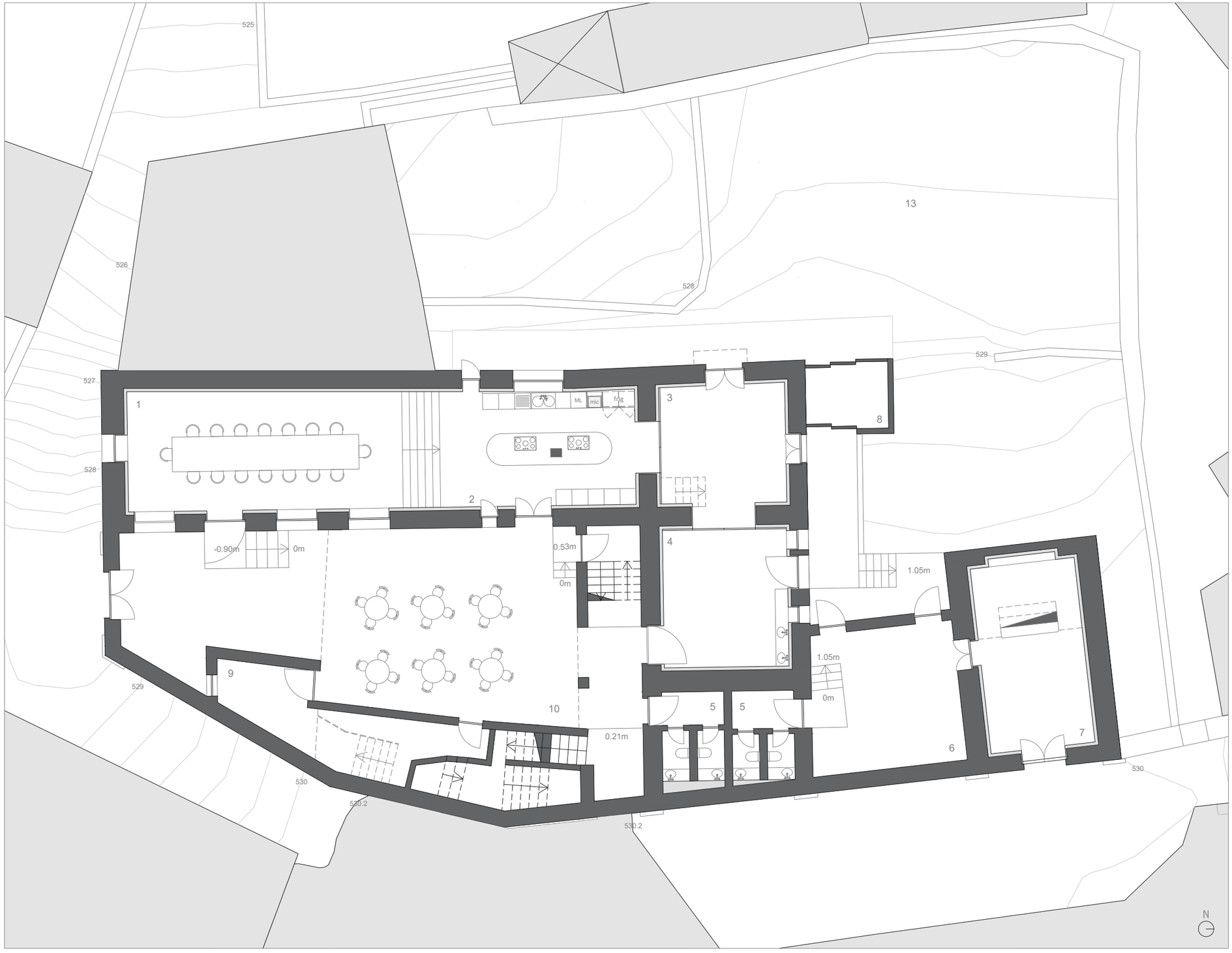
Os terrenos localizados atrás da casa (voltados a poente) são também integrados na proposta como hortas comunitárias, destinadas à produção de alimentos por parte dos habitantes, promovendo dinâmicas de cooperação e partilha. Neste sentido, e como resposta às necessidades funcionais associadas a esta utilização, foi previsto, ao nível do piso inferior, um pequeno anexo de apoio. Este espaço destina-se ao armazenamento de ferramentas e materiais agrícolas, garantindo a sua proteção face às condições climatéricas e assegurando a sua proximidade às áreas de cultivo.

O piso superior corresponde à área doméstica do projeto. Cada unidade habitacional inclui uma instalação sanitária, um quarto principal com arrumação, um espaço complementar de uso flexível, que pode funcionar como quarto adicional ou área de trabalho, e uma pequena sala de estar. A ausência de cozinhas nas unidades privadas é estratégica, incentivando a utilização dos espaços comuns do piso térreo e promovendo dinâmicas de partilha.

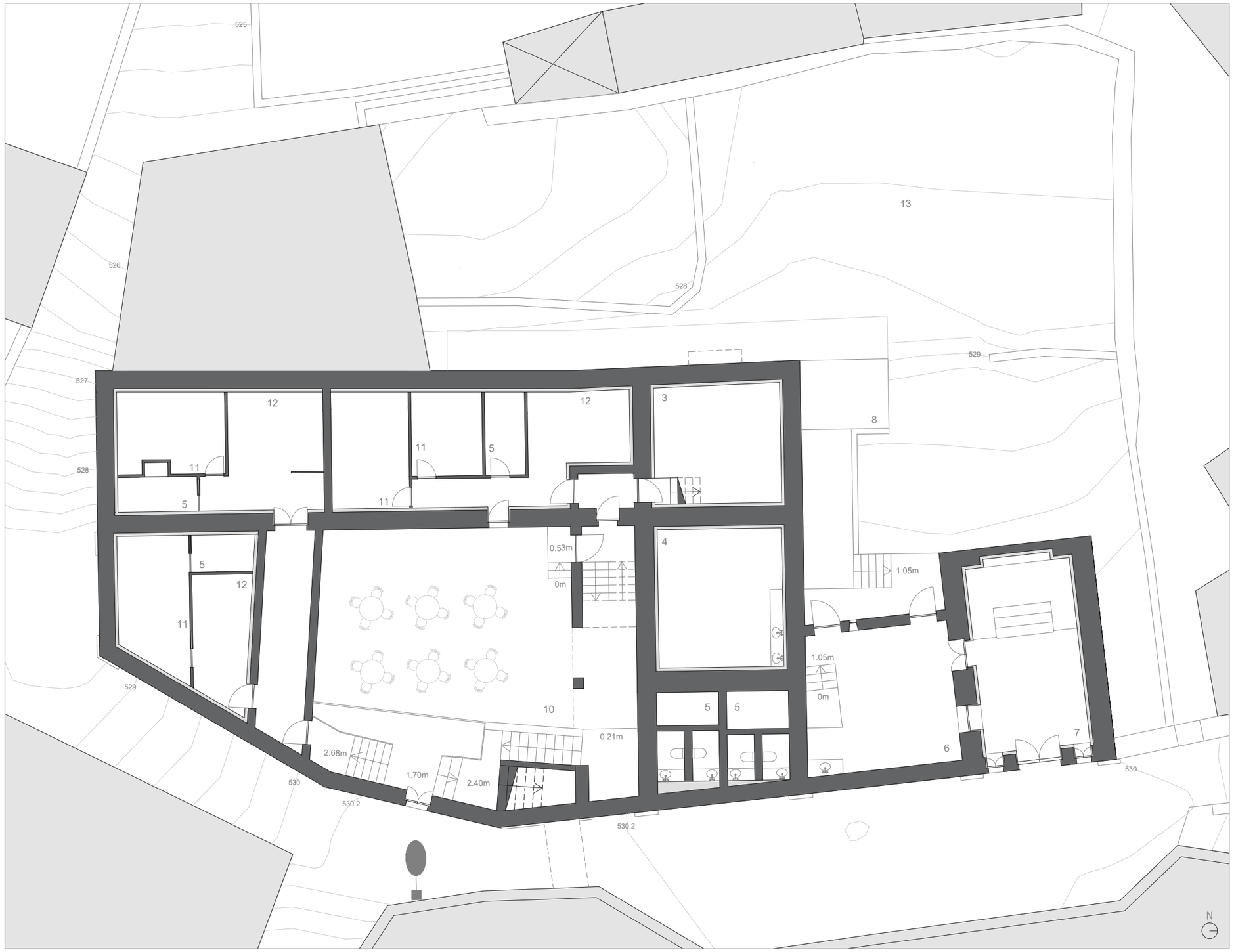
Em termos de acessos, para além da entrada principal, mantém-se a ligação ao passadiço existente, que estabelece a relação com os terrenos fronteiros. Este elemento, preservado enquanto parte da identidade do conjunto, assume um papel relevante pois estabelece o acesso da casa ao terreno que está associado à produção do linho, permitindo aos visitantes compreender as diferentes etapas do processo.



F | 5.33 | Planta de Implantação da Casa Catalão - Depois da Intervenção

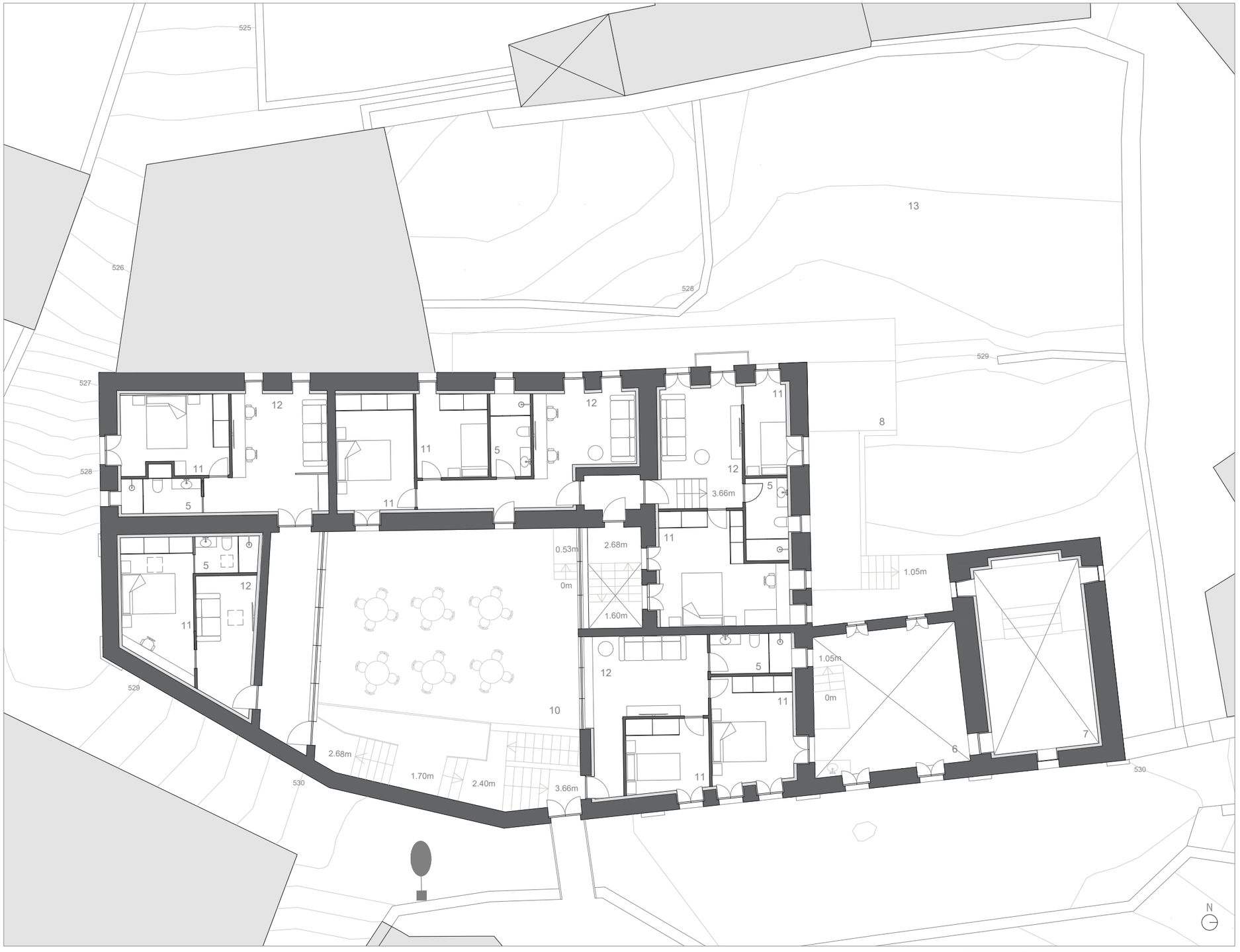


F | 5.34 | Planta do Piso Térreo da Casa Catalão - Depois da Intervenção



1 - SALA HÍBRIDA
2 - COZINHA
3 - SALA DE TECELAGEM
4 - SALA DE PENTEAÇÃO/ FIAÇÃO
5 - INSTALAÇÕES SANITÁRIAS
6 - ESPAÇO DA SEGUNDA SECAGEM
7 - SALA DE ESPADELAGEM
8 - ARMAZÉM DE APOIO AGRÍCOLA
9 - ARRUMOS
10 - PÁTIO EXTERIOR
11 - QUARTO/ ESPAÇO DE TRABALHO
12 - ZONA DE ESTAR
13 - HORTAS

F | 5.35 | Planta do Piso Intermédio da Casa Catalão - Depois da Intervenção



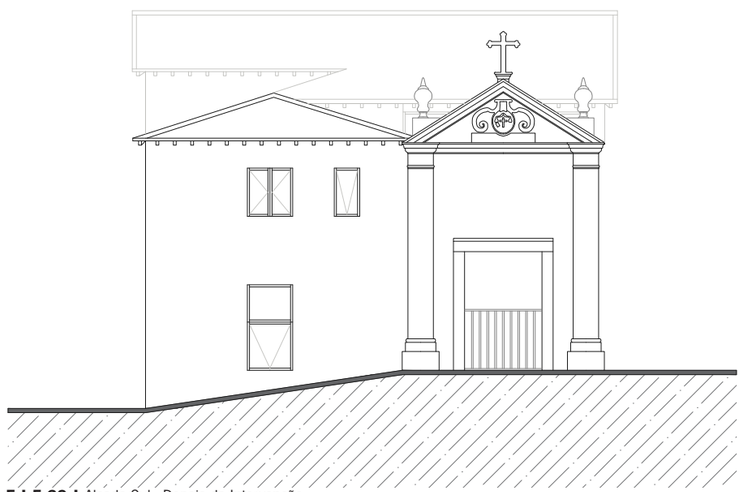
F | 5.36 | Planta do Piso 1 da Casa Catalão - Depois da Intervenção



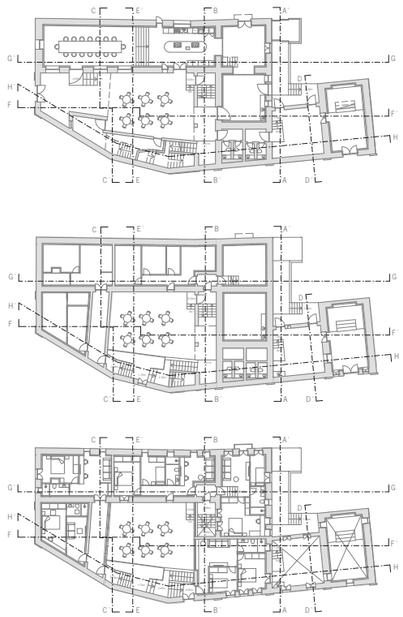
F | 5.37 | Alçado Nascente - Depois da Intervenção



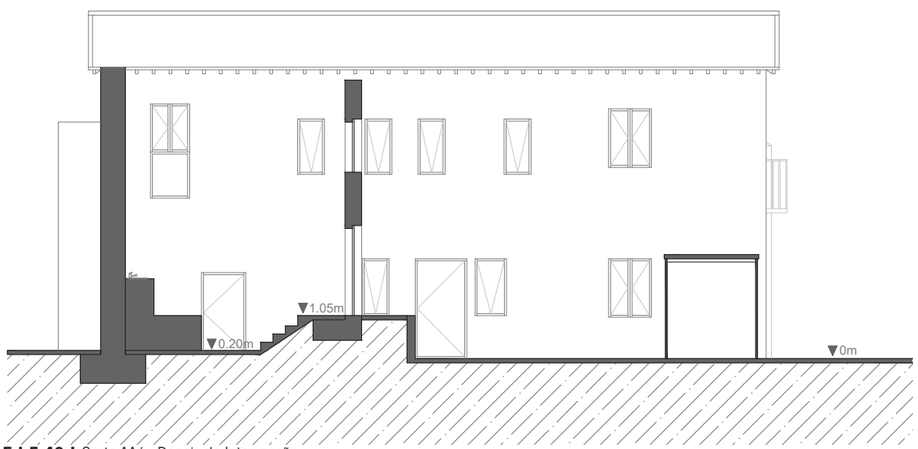
F | 5.38 | Alçado Poente - Depois da Intervenção



F | 5.39 | Alçado Sul - Depois da Intervenção

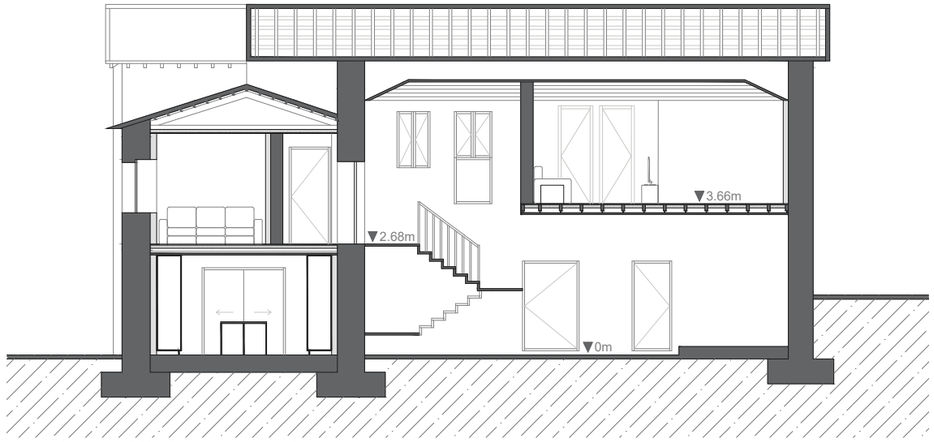


F | 5.41 | Identificação dos Cortes - Depois da Intervenção

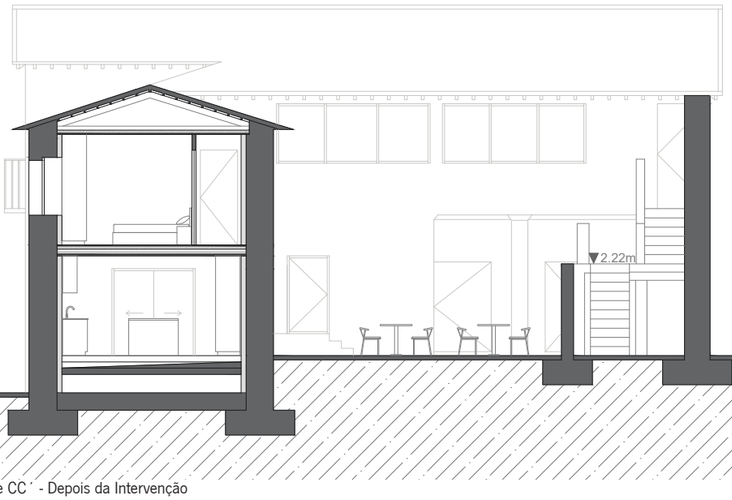


F | 5.40 | Corte AA´ - Depois da Intervenção

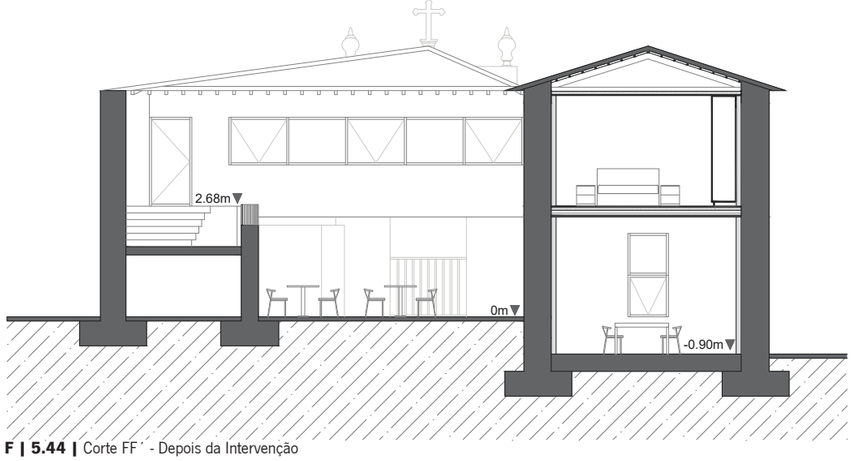




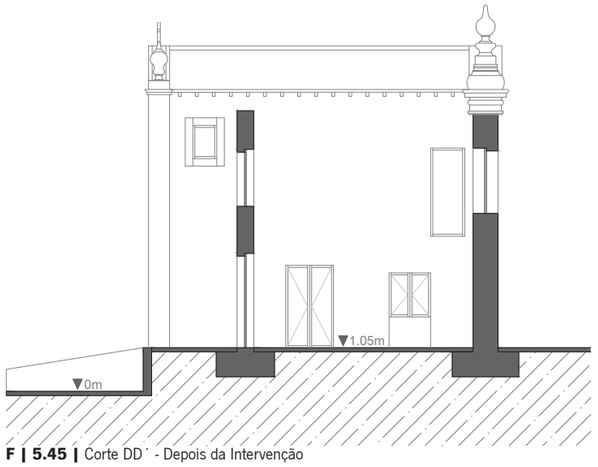
F | 5.42 | Corte BB´ - Depois da Intervenção



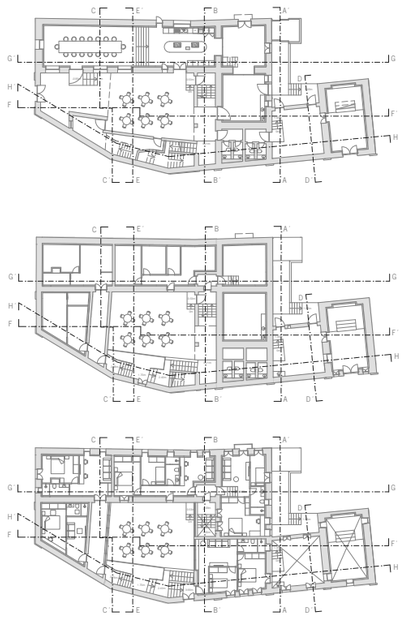
F | 5.43 | Corte CC´ - Depois da Intervenção



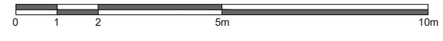
F | 5.44 | Corte FF´ - Depois da Intervenção

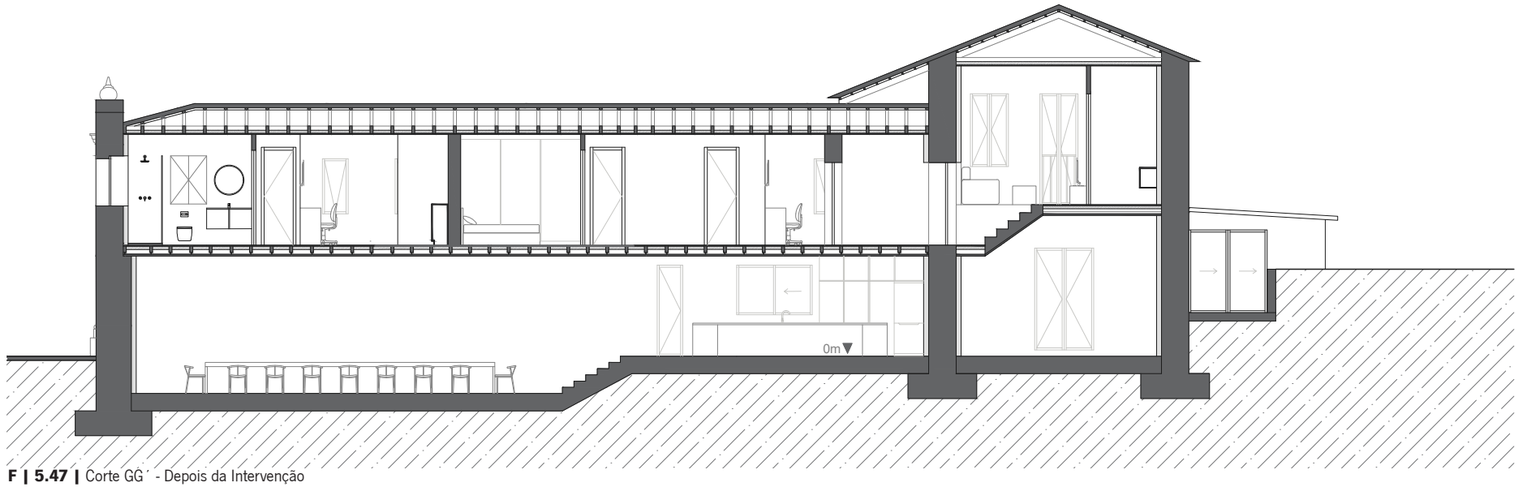


F | 5.45 | Corte DD´ - Depois da Intervenção

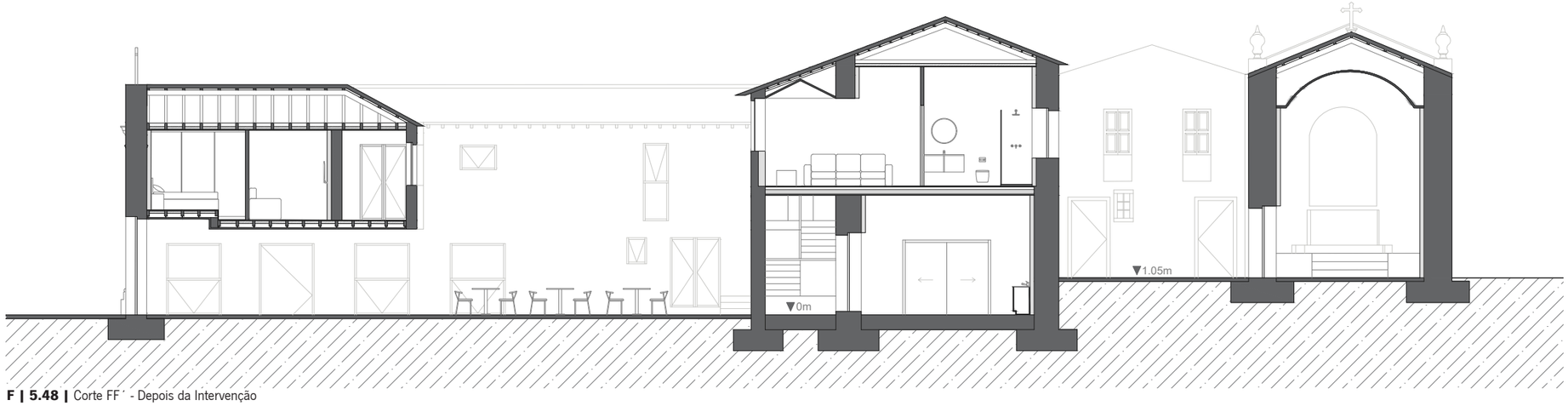


F | 5.46 | Identificação dos Cortes - Depois da Intervenção

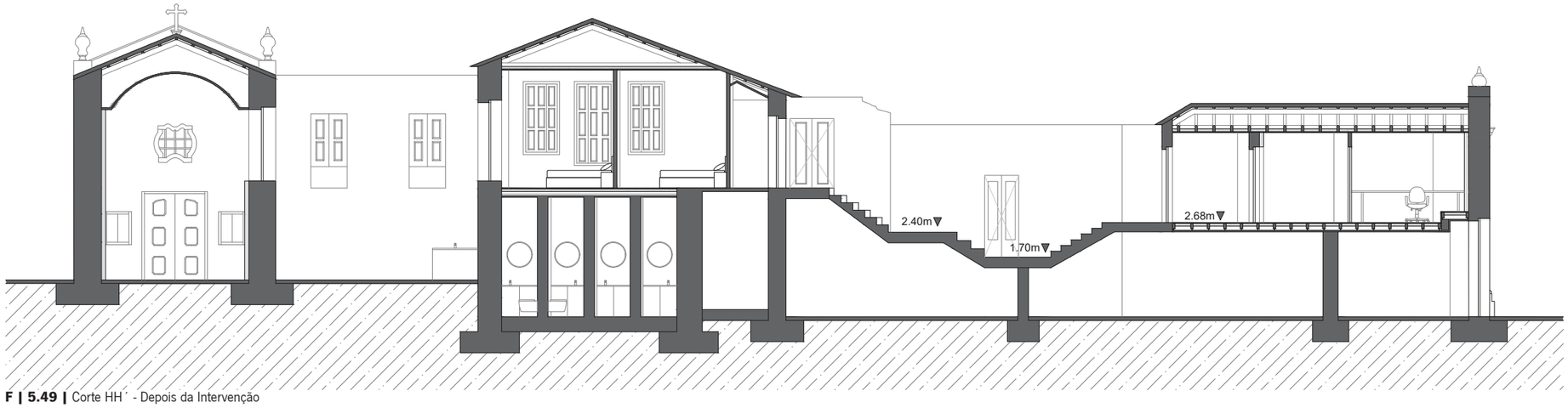




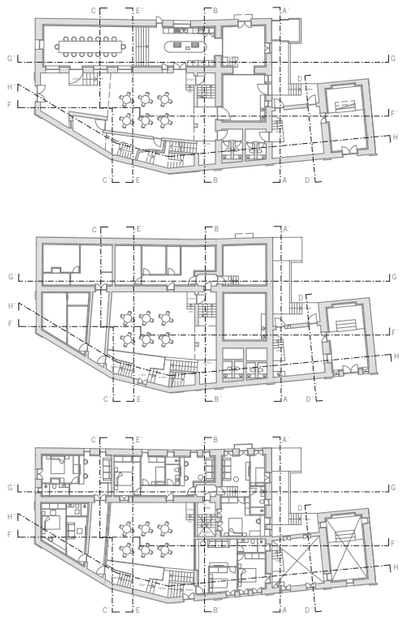
F | 5.47 | Corte GG´ - Depois da Intervenção



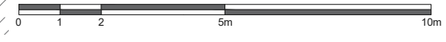
F | 5.48 | Corte FF´ - Depois da Intervenção

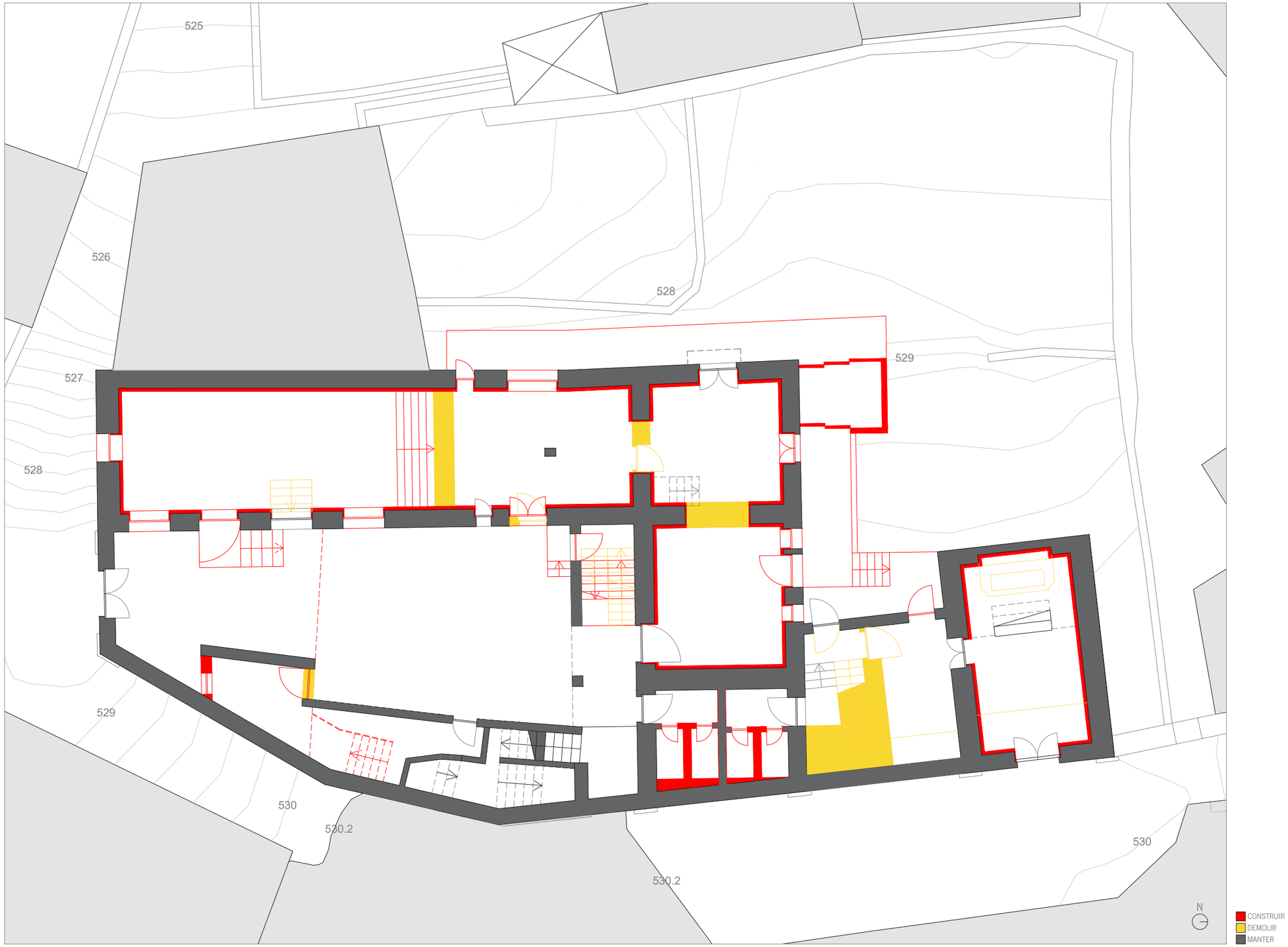


F | 5.49 | Corte HH´ - Depois da Intervenção

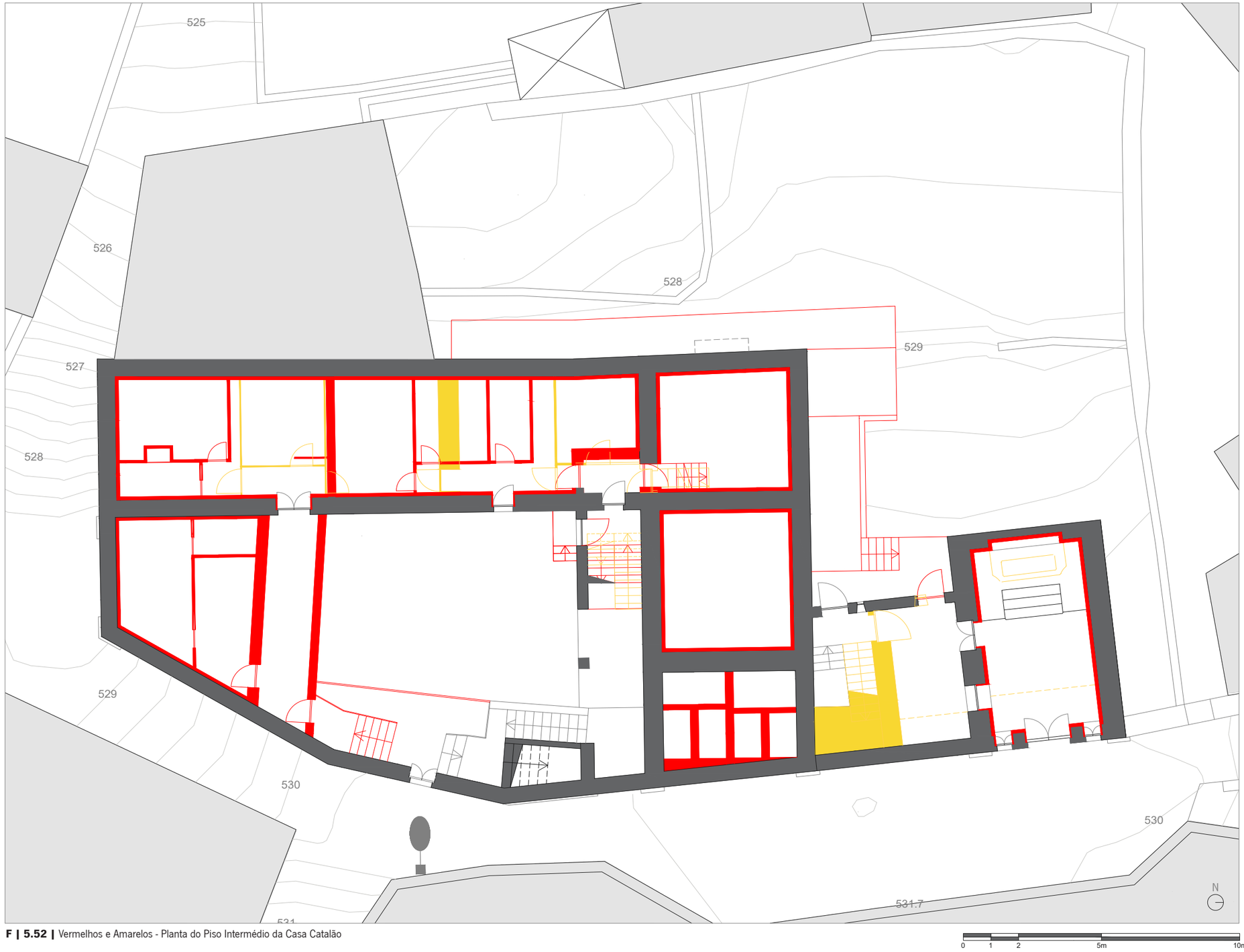


F | 5.50 | Identificação dos Cortes - Depois da Intervenção





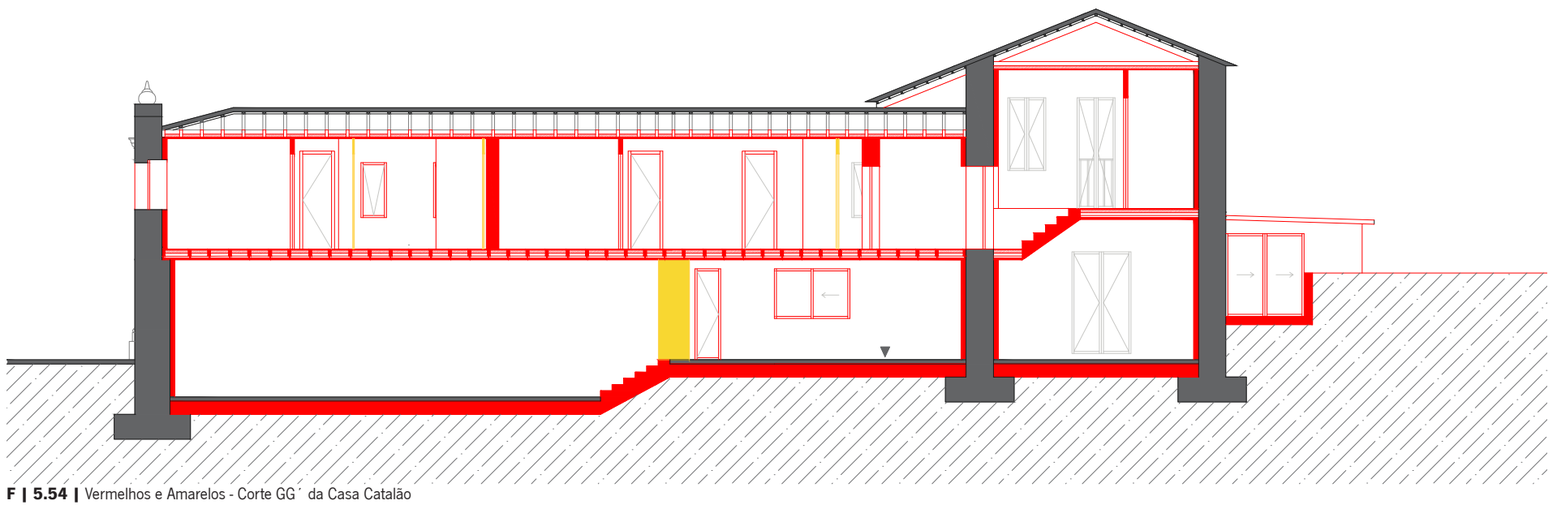
F | 5.51 | Vermelhos e Amarelos - Planta do Piso Térreo da Casa Catalão



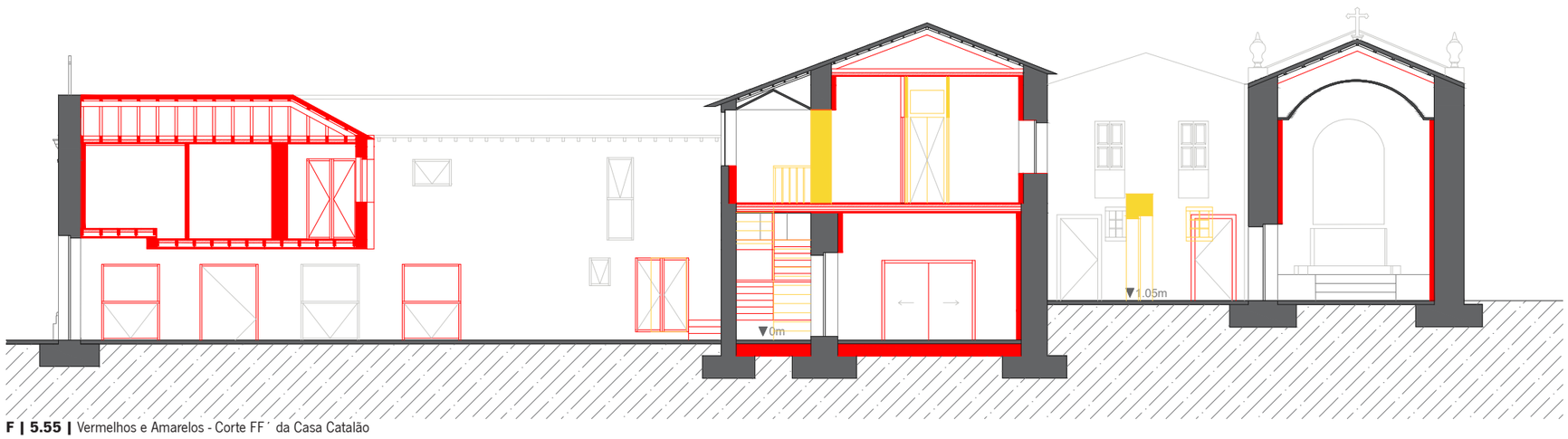
F | 5.52 | Vermelhos e Amarelos - Planta do Piso Intermédio da Casa Catalão



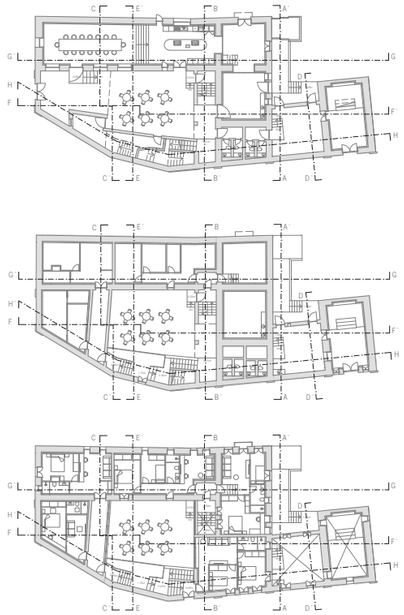
F | 5.53 | Vermelhos e Amarelos - Planta do 1 Intermédio da Casa Catalão



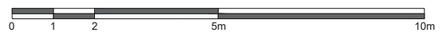
F | 5.54 | Vermelhos e Amarelos - Corte GG´ da Casa Catalão



F | 5.55 | Vermelhos e Amarelos - Corte FF´ da Casa Catalão

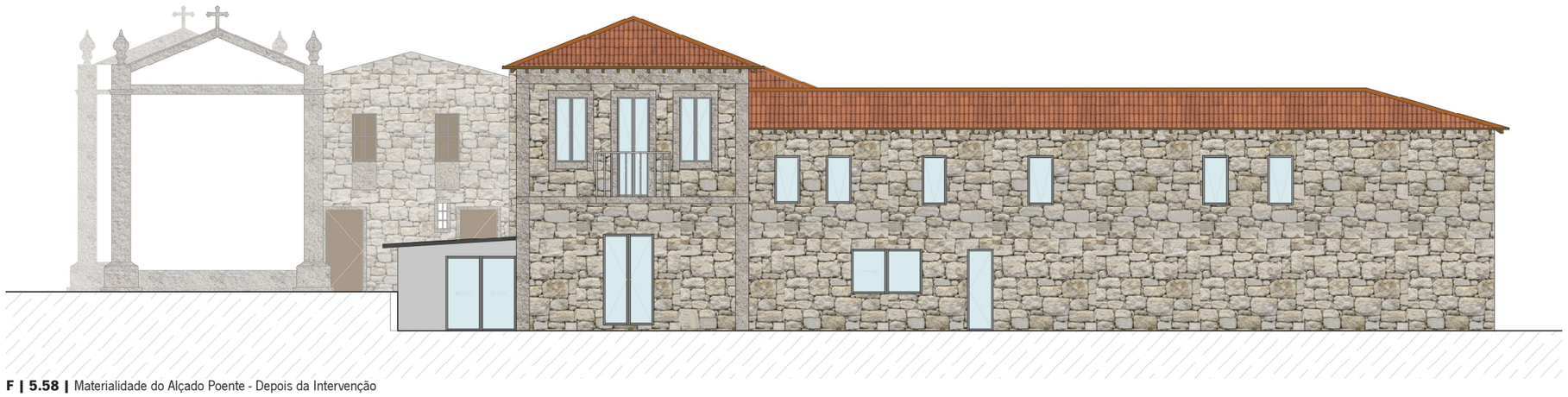


F | 5.56 | Identificação dos Cortes - Depois da Intervenção

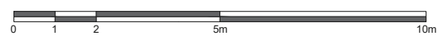




F | 5.57 | Materialidade do Alçado Poente - Antes da Intervenção



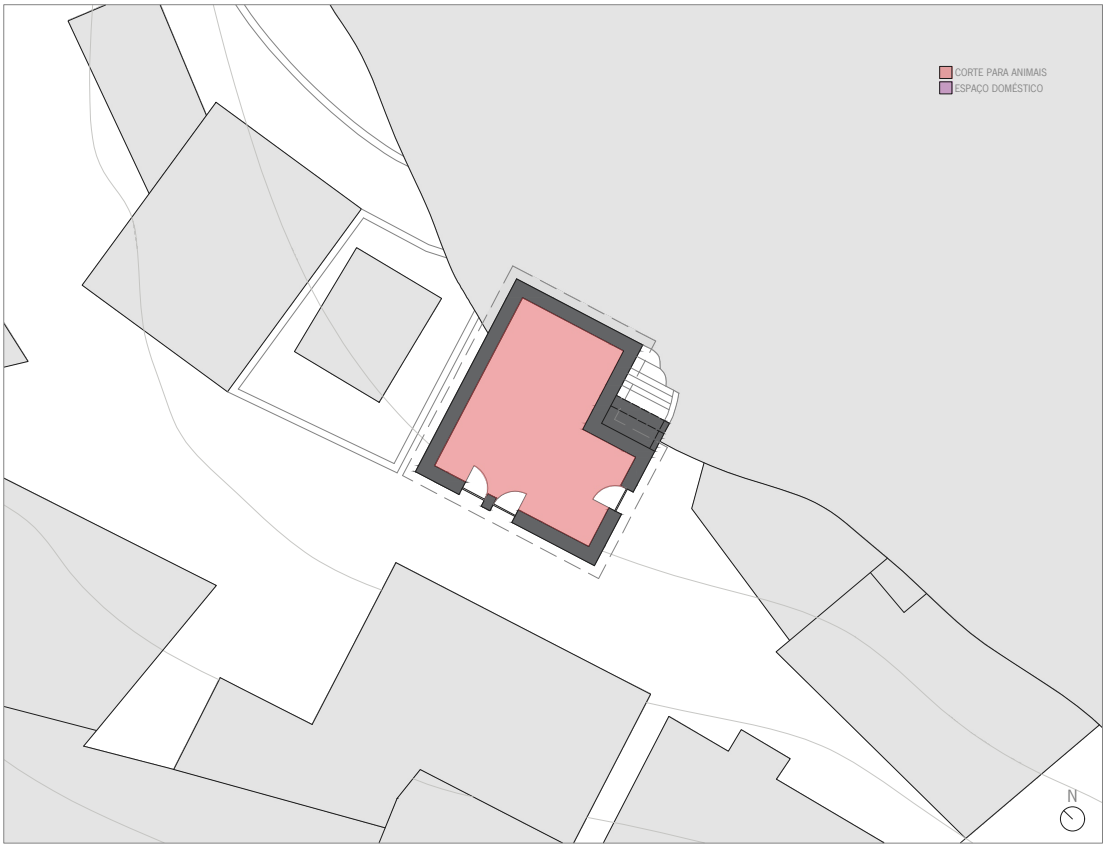
F | 5.58 | Materialidade do Alçado Poente - Depois da Intervenção



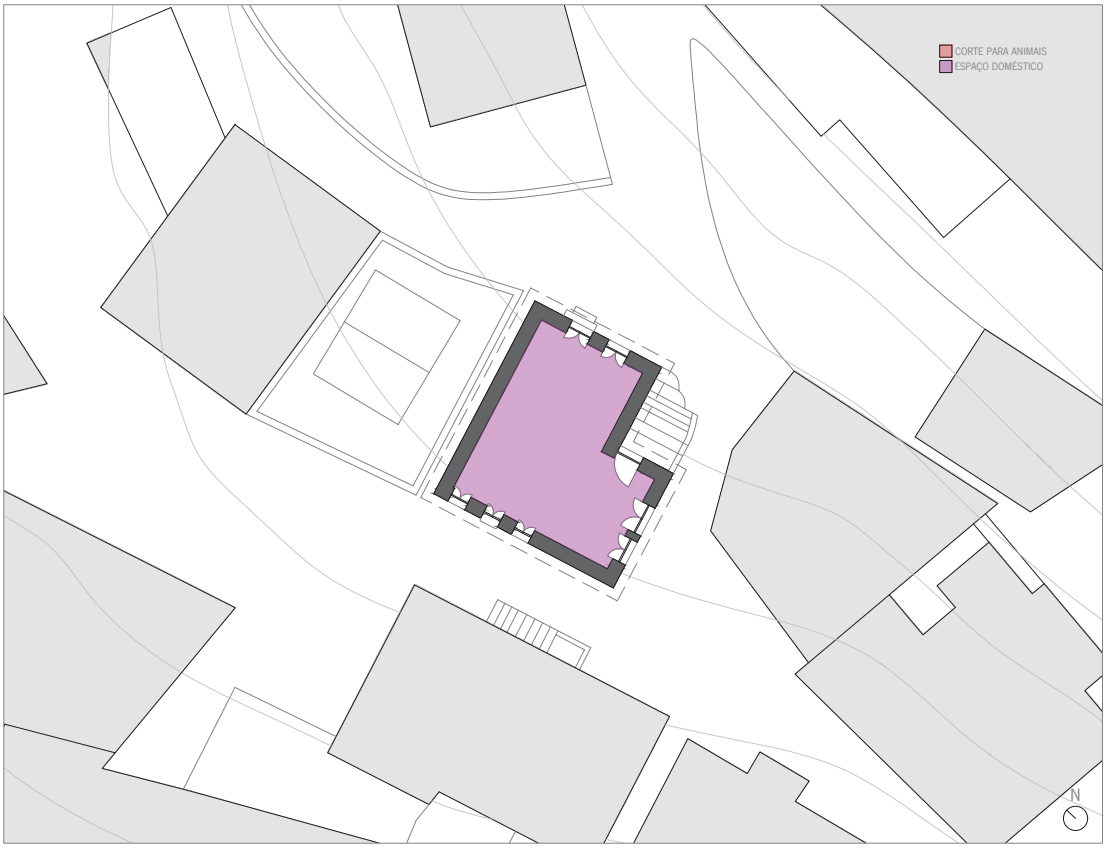
Antes da definição da proposta de intervenção, foi realizado o levantamento da segunda casa a intervir. Este processo permitiu compreender a sua configuração espacial, sistema construtivo e relação com o contexto envolvente, constituindo uma base fundamental para a identificação dos elementos a preservar e das condições existentes a considerar no desenvolvimento do projeto, orientando também uma abordagem assente no princípio da "mínima intervenção". O edifício mantém uma relação discreta com a malha urbana envolvente, reforçando a continuidade da linguagem arquitetónica local e integrando-se de forma equilibrada no conjunto edificado.



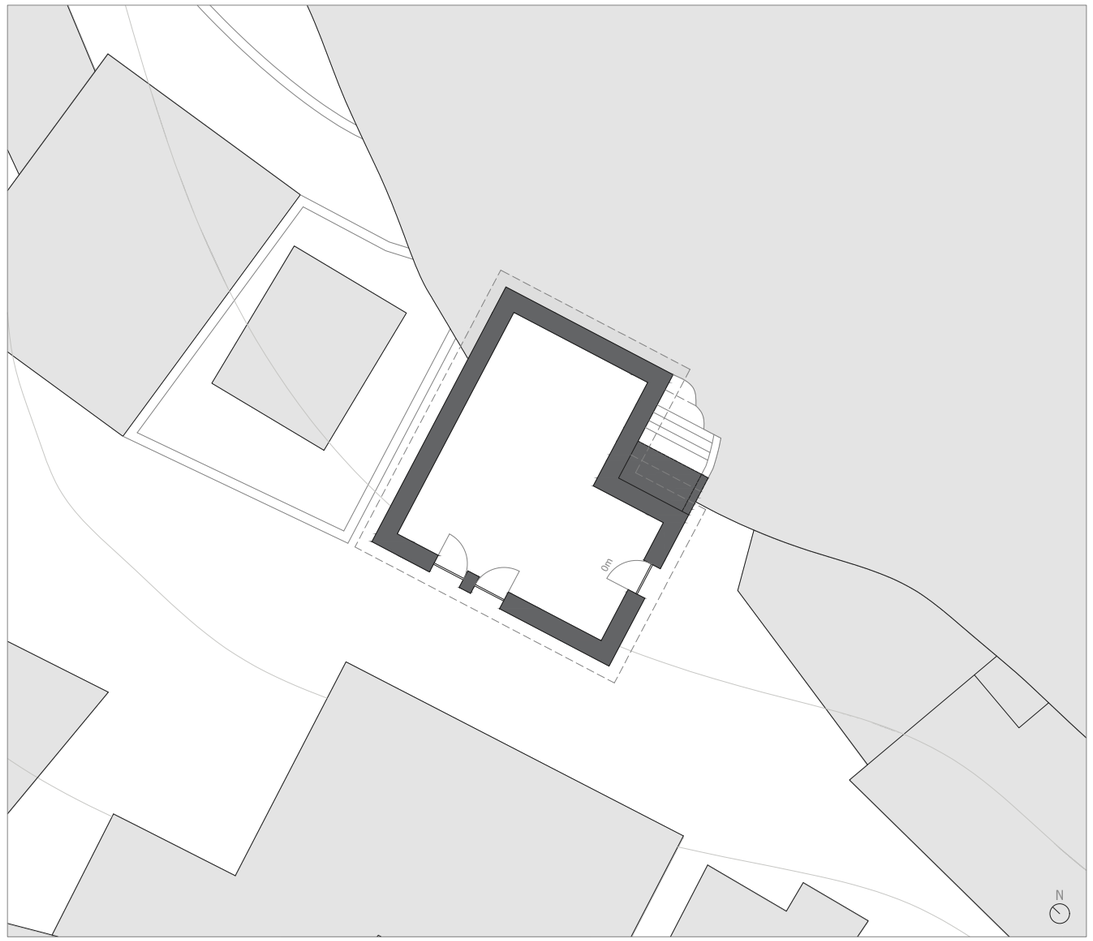
F | 5.59 | Planta de Implantação da Segunda Casa a Intervir



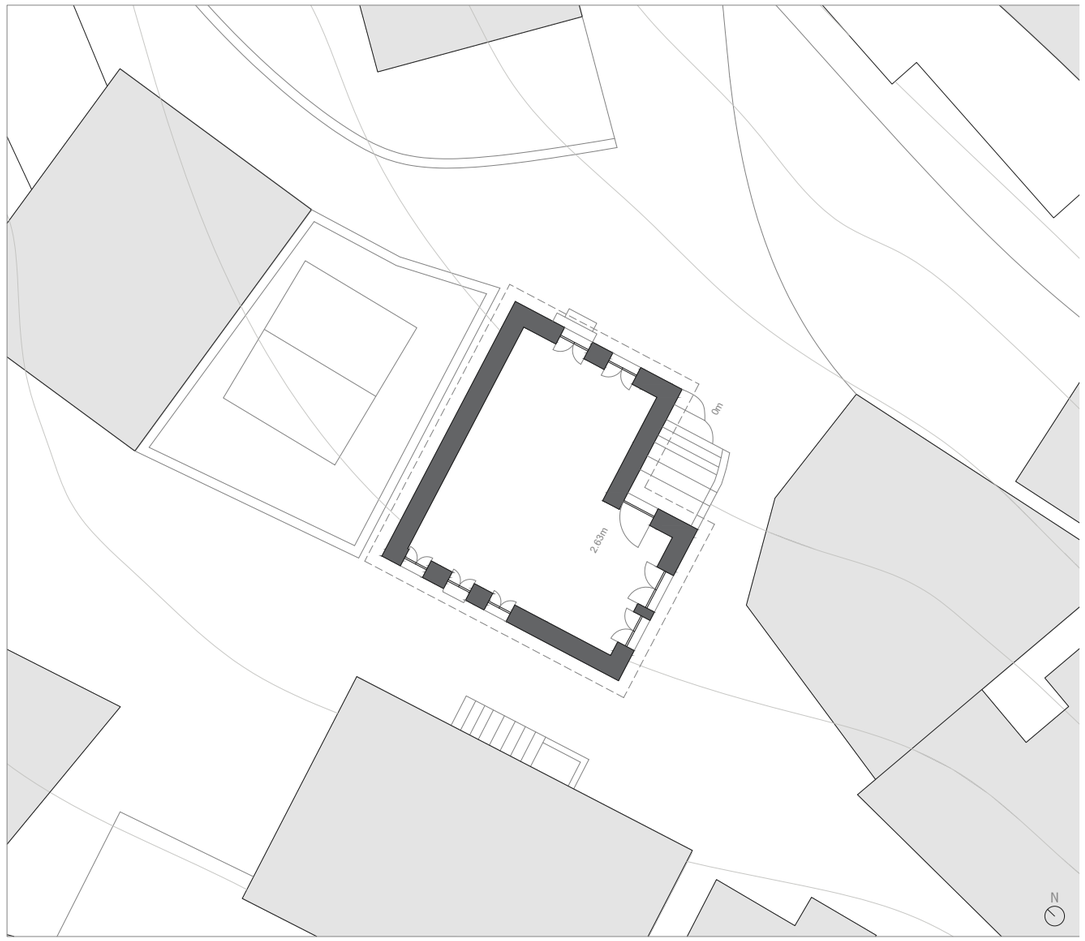
F | 5.60 | Identificação dos Compartimentos da Segunda Casa - Antes da Intervenção



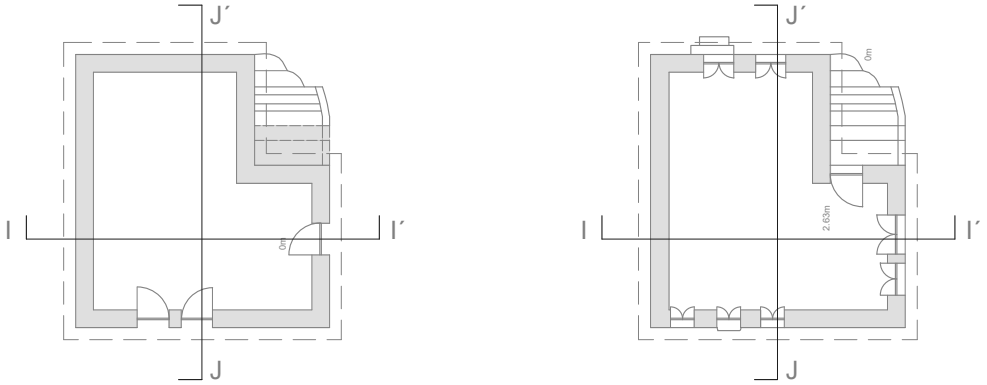
F | 5.61 | Identificação dos Compartimentos da Segunda Casa - Antes da Intervenção



F | 5.62 | Planta do Piso Térreo da Segunda Casa - Antes da Intervenção



F | 5.63 | Planta do Piso 1 da Segunda Casa - Antes da Intervenção



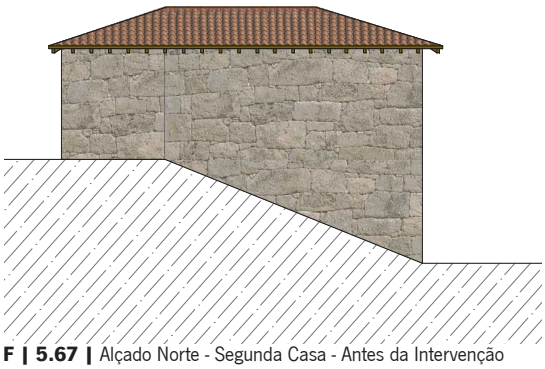
F | 5.64 | Identificação dos Cortes da Segunda Casa - Antes da Intervenção



F | 5.65 | Alçado Nascente - Segunda Casa - Antes da Intervenção



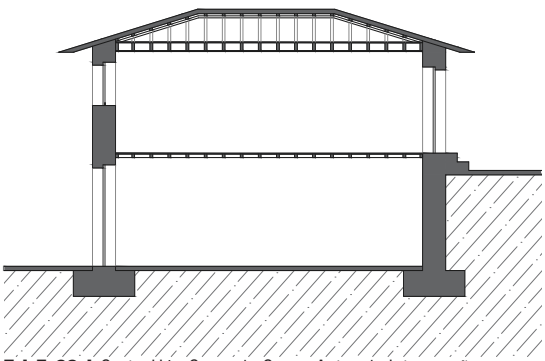
F | 5.66 | Alçado Poente - Segunda Casa - Antes da Intervenção



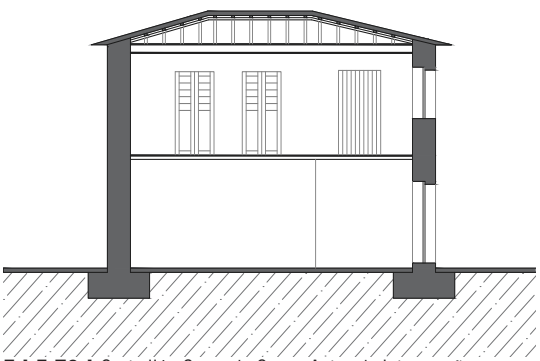
F | 5.67 | Alçado Norte - Segunda Casa - Antes da Intervenção



F | 5.68 | Alçado Sul - Segunda Casa - Antes da Intervenção



F | 5.69 | Corte JJ´ - Segunda Casa - Antes da Intervenção

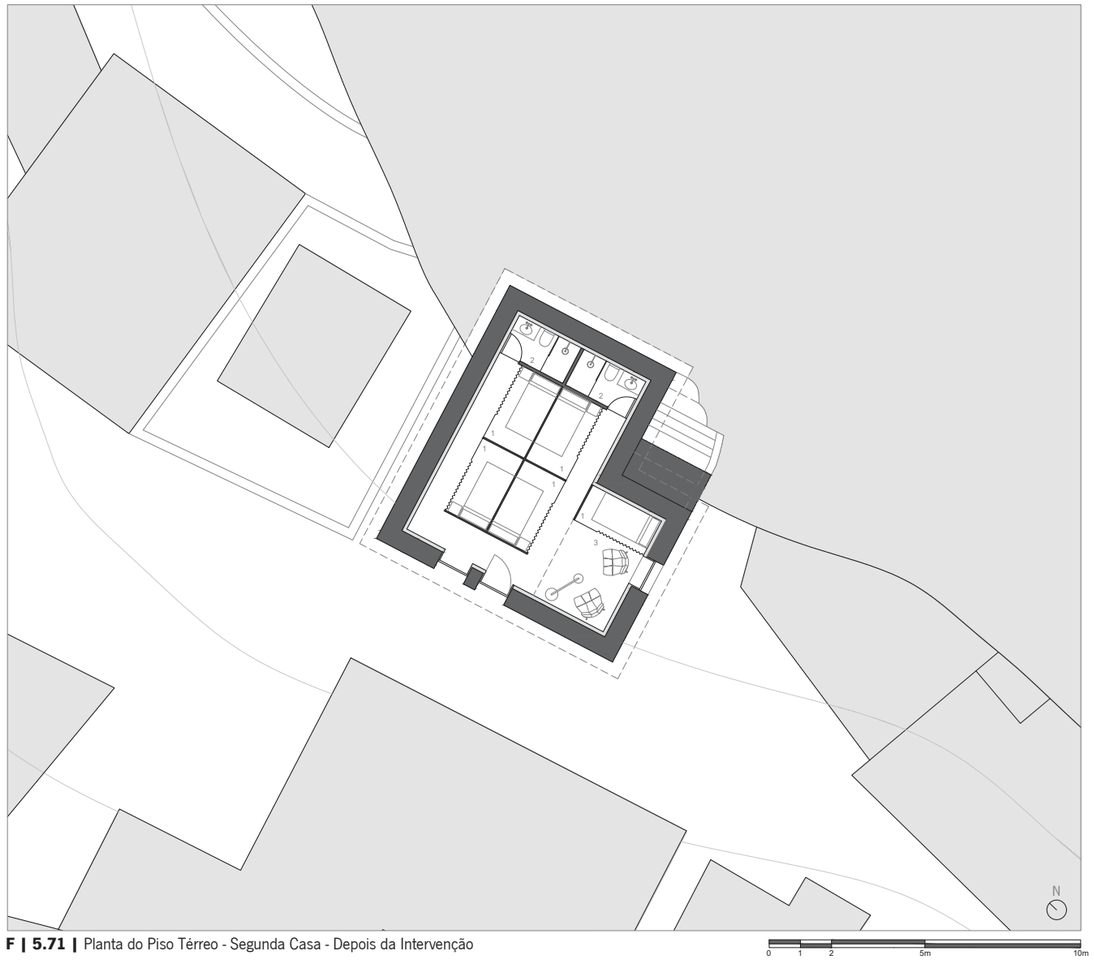


F | 5.70 | Corte II´ - Segunda Casa - Antes da Intervenção



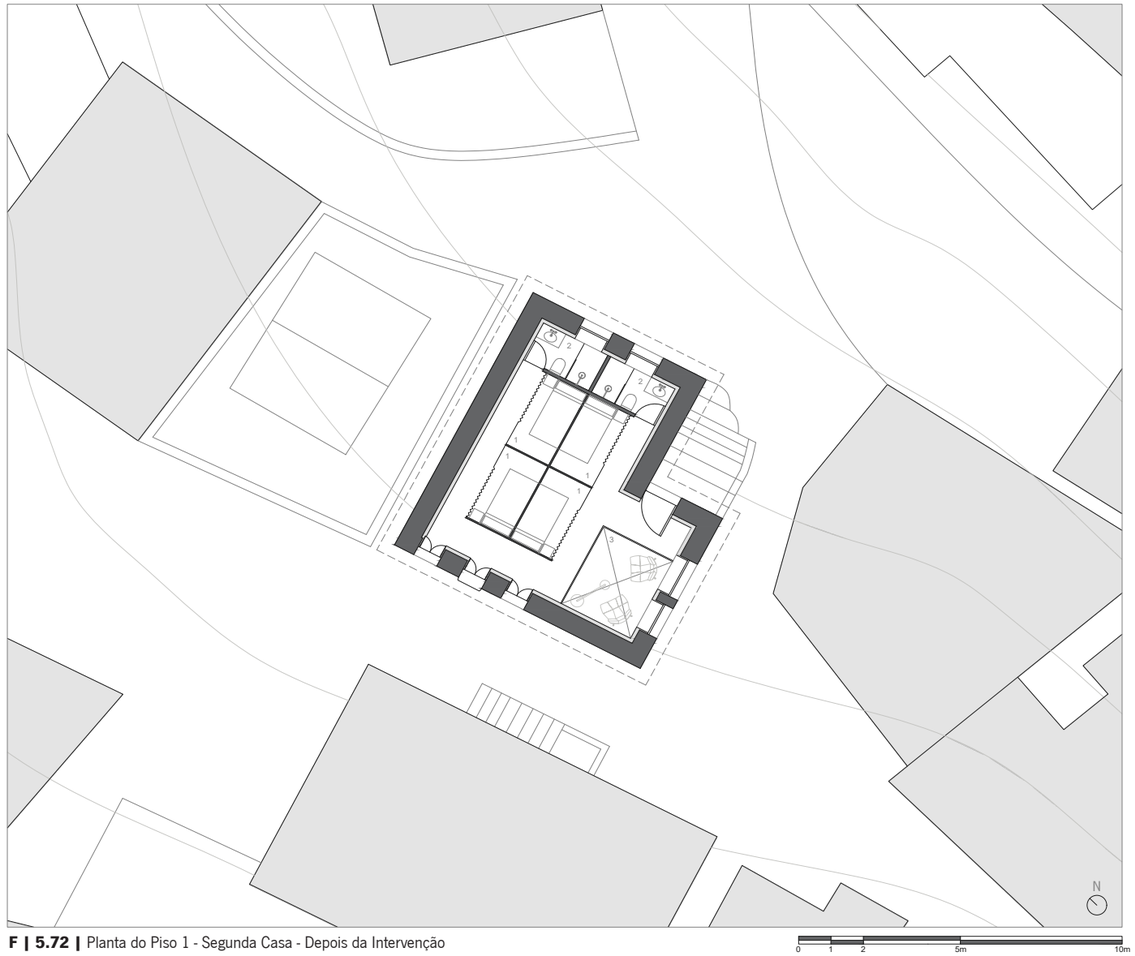
O projeto prevê uma ocupação temporária, sendo concebido para estadias de curta duração. Ao contrário do caso anterior, não integra espaços de estar privados, zona de cozinha e áreas de arrumação significativas, limitando-se às funções essenciais de descanso e higiene. Esta opção reforça a dependência da unidade em relação à habitação permanente coletiva, incentivando desta forma a utilização e o encontro na casa principal.

A organização espacial estrutura-se a partir de um núcleo central composto por módulos de descanso individuais, concebidos como cápsulas, que garantem um nível básico de privacidade através de soluções leves, como cortinas. As circulações desenvolvem-se á volta do núcleo central, permitindo um funcionamento claro e eficiente. Cada piso integra duas instalações sanitárias de uso coletivo, diferenciadas por género, respondendo às necessidades de um uso partilhado.



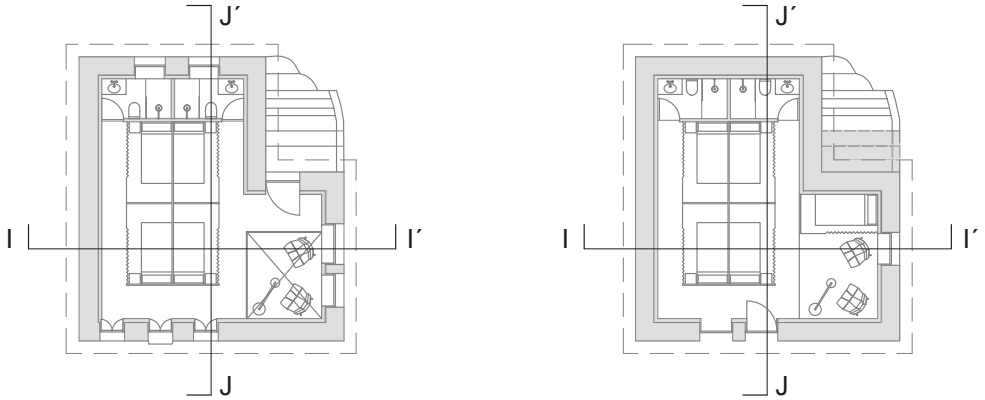
F | 5.71 | Planta do Piso Térreo - Segunda Casa - Depois da Intervenção

1 - BOXES DE DESCANSO
2 - INSTALAÇÕES SANITÁRIAS
3 - ZONA DE ESTAR COMUM

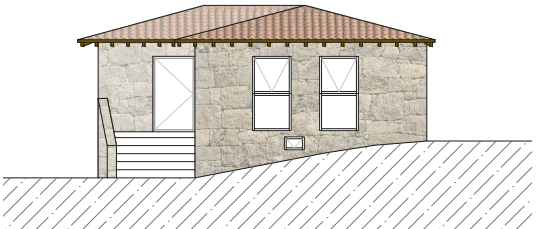


F | 5.72 | Planta do Piso 1 - Segunda Casa - Depois da Intervenção

1 - BOXES DE DESCANSO
2 - INSTALAÇÕES SANITÁRIAS
3 - ZONA DE ESTAR COMUM



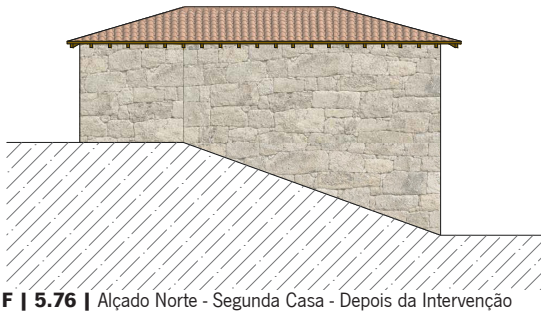
F | 5.73 | Identificação dos Cortes - Depois da Intervenção



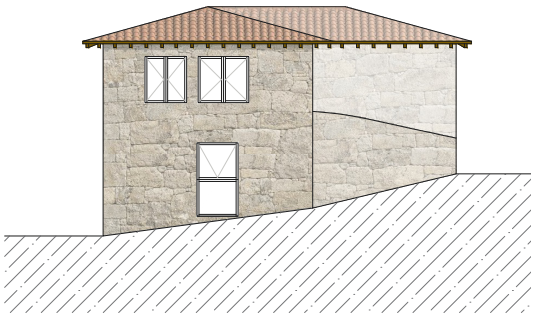
F | 5.74 | Alçado Nascente - Segunda Casa - Depois da Intervenção



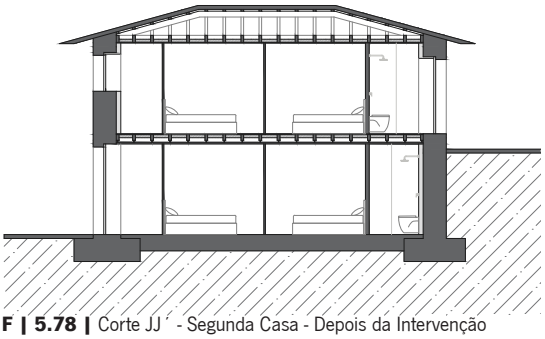
F | 5.75 | Alçado Poente - Segunda Casa - Depois da Intervenção



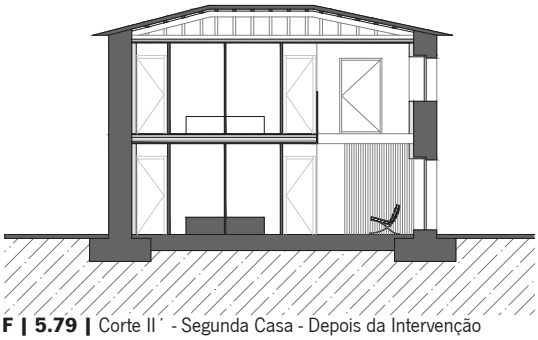
F | 5.76 | Alçado Norte - Segunda Casa - Depois da Intervenção



F | 5.77 | Alçado Sul - Segunda Casa - Depois da Intervenção

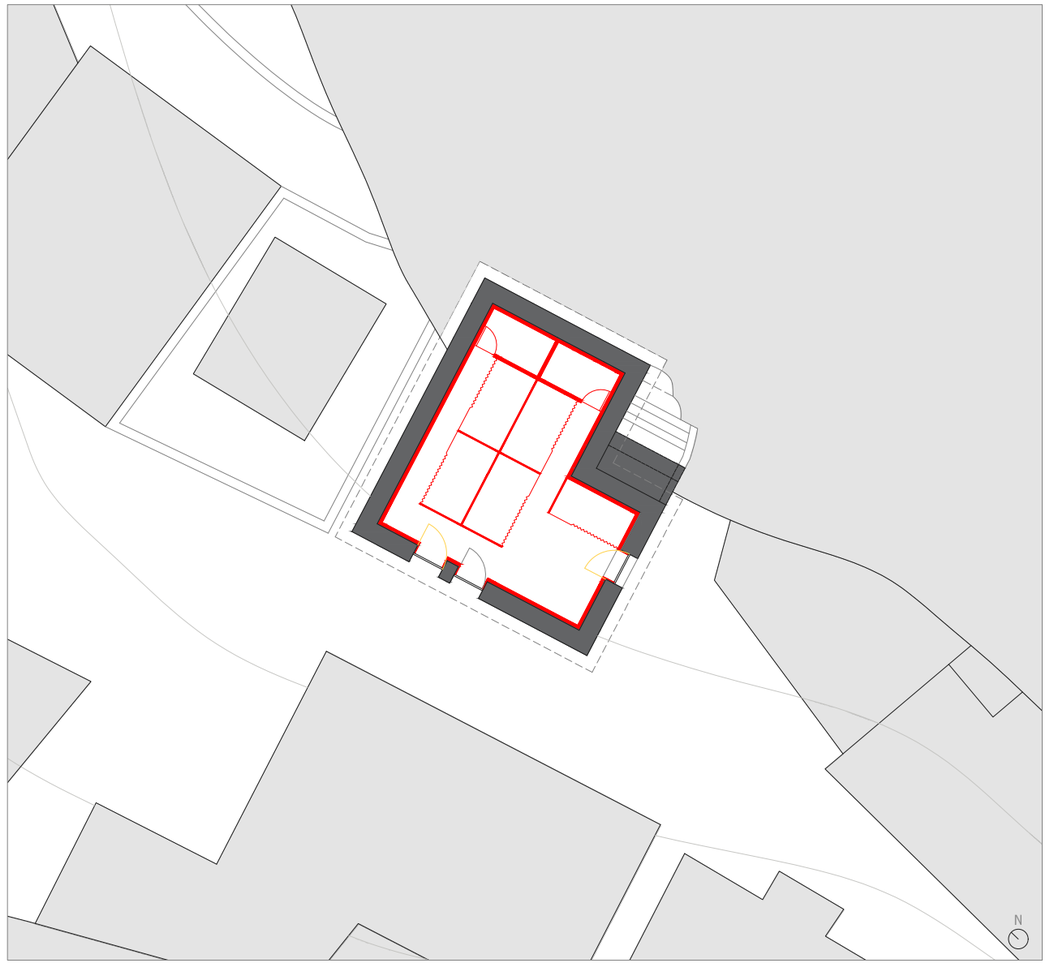


F | 5.78 | Corte JJ´ - Segunda Casa - Depois da Intervenção

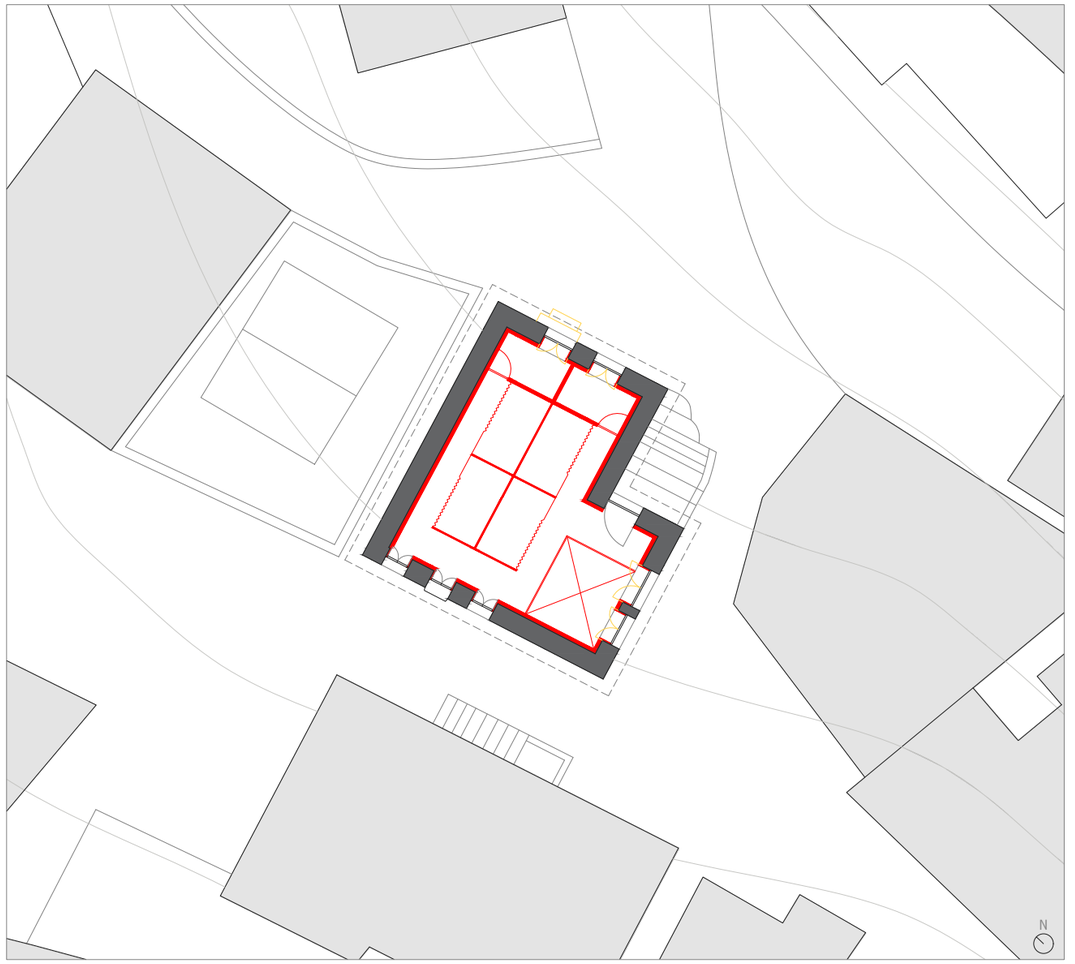


F | 5.79 | Corte II´ - Segunda Casa - Depois da Intervenção

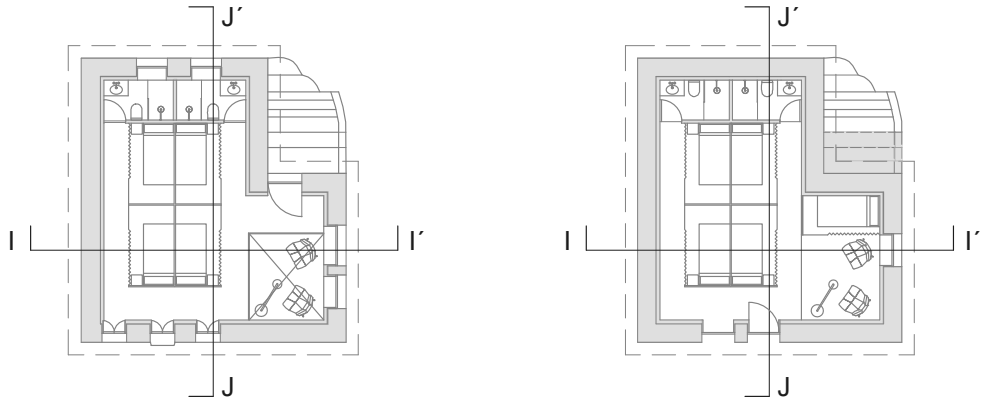




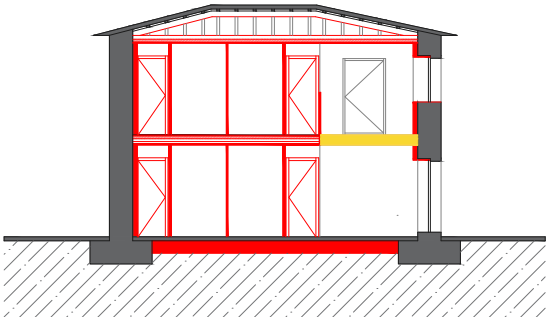
F | 5.80 | Vermelhos e Amarelos - Planta do Piso Térreo da Segunda Casa



F | 5.81 | Vermelhos e Amarelos - Planta do Piso 1 da Segunda Casa



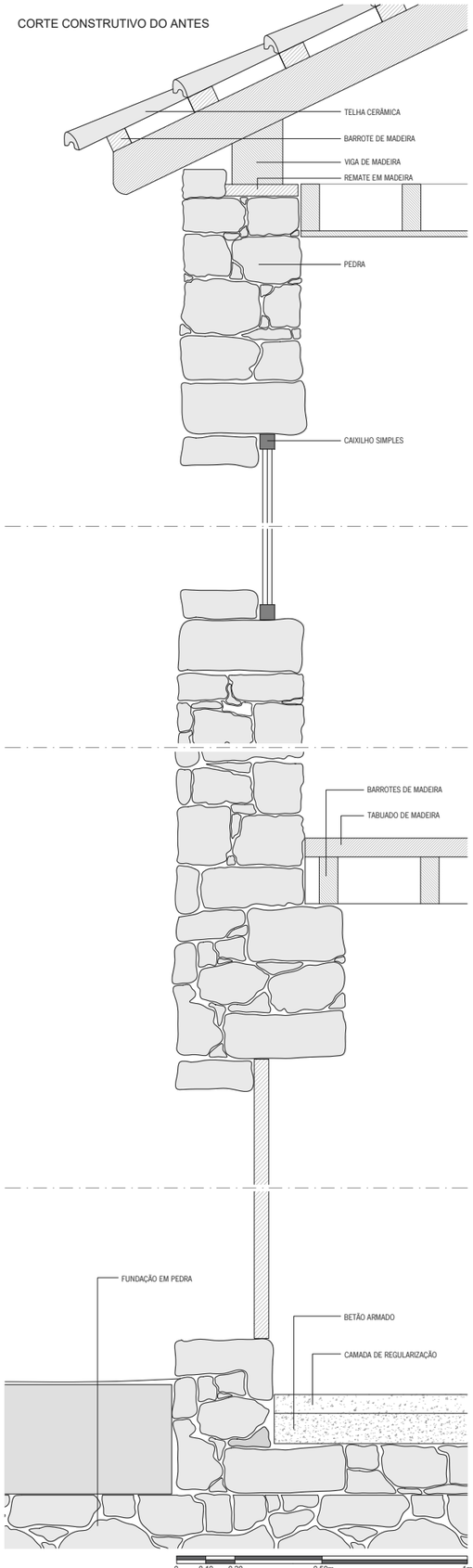
F | 5.82 | Identificação dos Cortes - Depois da Intervenção



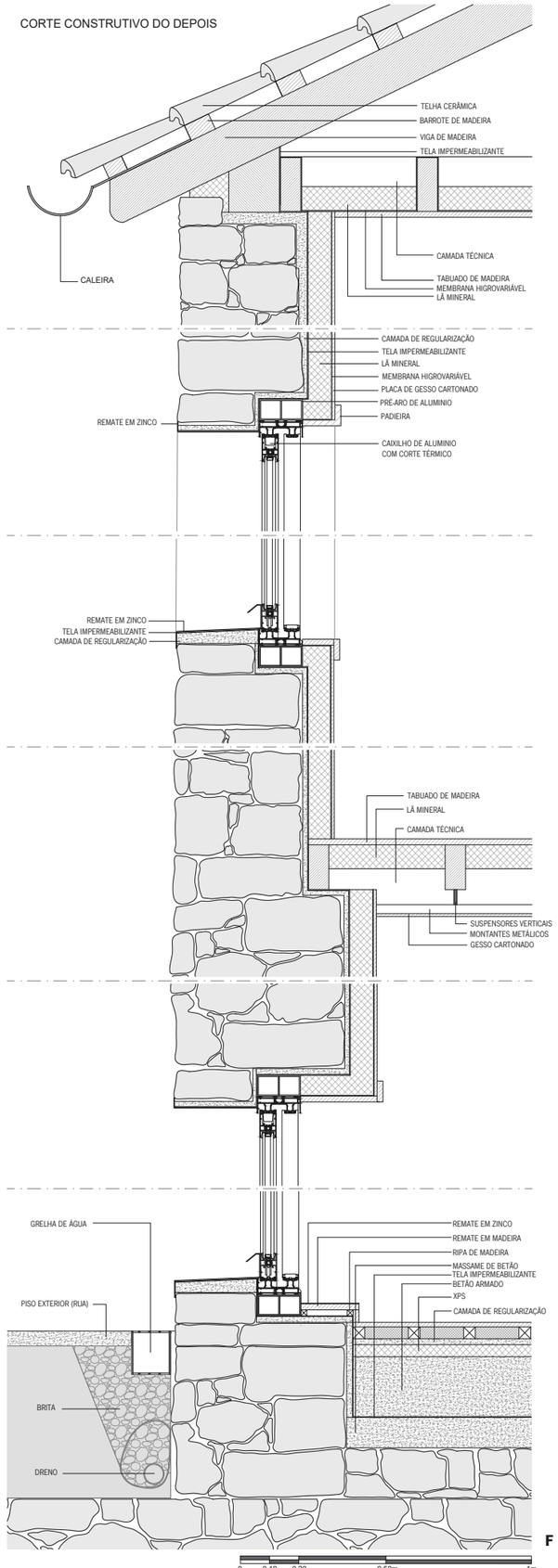
F | 5.83 | Vermelhos e Amarelos - Corte II´ da Segunda Casa



No que diz respeito aos materiais, o projeto parte de uma leitura atenta dos edifícios existentes, no qual se observa uma predominância de construções em pedra, maioritariamente desprovidas de qualquer sistema de isolamento, coexistindo com edifícios onde a pedra é parcialmente substituída por alvenaria de blocos de betão, posteriormente revestida a reboco. Face a este contexto, a estratégia material a adotar seria a manutenção dos materiais originais, entendidos como elemento fundamental da identidade arquitetónica local e da arquitetura vernacular da aldeia. A opção pela preservação das fachadas em pedra responde, não apenas a uma lógica de continuidade formal e cultural, mas também aos critérios de decrescimento, valorizando e reutilizando os materiais existentes, reduzindo assim a necessidade de novas matérias-primas. Além disso optou-se por deixar a construção pétrea á vista por questões de fácil manutenção em comparação com outros matérias. Paralelamente a esta ideia, o projeto introduz melhorias significativas ao nível do desempenho térmico e da proteção contra a entrada de água, através da incorporação de soluções construtivas compatíveis com o edifício existente, garantindo melhores condições de conforto e durabilidade.



F | 5.84 | Pormenor Construtivo - Antes da Intervenção



F | 5.85 | Pormenor Construtivo - Depois da Intervenção

Programa Específico Oficina do Linho

A introdução da Oficina do Linho no programa resulta de uma intenção de reativação social do território. Está diretamente relacionada com a tradição da produção de linho na aldeia de Covide, historicamente associada às práticas agrícolas e artesanais da região, ainda hoje presente, embora em escala reduzida. Instituições locais e elementos do território, como a Fenda da Calcedónia e a Fundação dos Seixos Brancos, evidenciam essa ligação, reforçando o linho enquanto componente identitária da aldeia.

Para além da sua dimensão territorial, a própria Casa do Catalão apresenta indícios dessa atividade, nomeadamente a existência de um antigo tear localizado no piso superior do antigo palheiro, atualmente em ruínas, conforme referido pelo proprietário. Este dado reforça a pertinência da introdução deste programa no edifício, não como elemento estranho, mas como continuidade de práticas anteriormente existentes no local.

A integração da oficina no programa assume um papel ativo na promoção da interação entre habitantes e visitantes, funcionando também como espaço de transmissão de conhecimento entre gerações, e partilha de saberes. Paralelamente, introduz uma dimensão económica complementar, valorizando os produtos locais e a dinamização do território.

Neste sentido, o projeto propõe a reativação de parte dos terrenos fronteiros à habitação para o desenvolvimento das etapas iniciais do processo de produção do linho. A presença de um tanque, alimentado por uma nascente de caudal estável levanta a hipótese da sua utilização passada em processos associados ao linho, para além da lavagem doméstica. Este elemento é integrado no projeto como infraestrutura de apoio, nomeadamente para a rega dos campos e para as fases de curtimento.

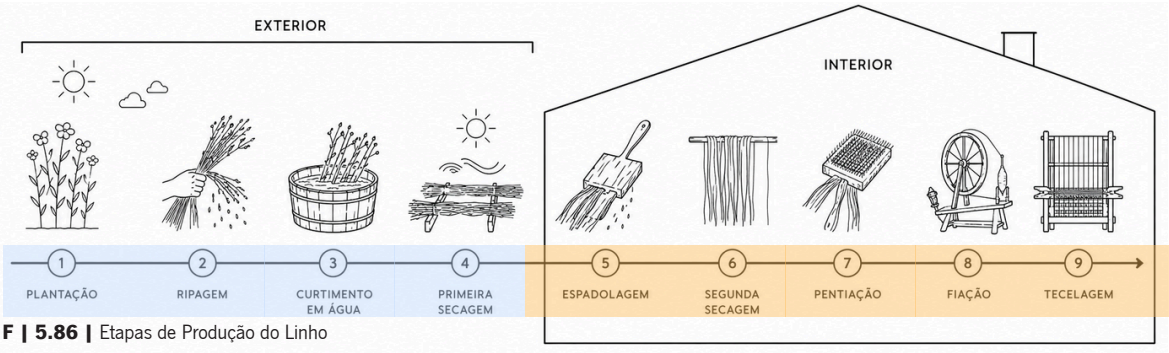
O processo de produção do linho estrutura-se em várias etapas sequenciais, que determinam a organização espacial do programa. A primeira corresponde à plantação, realizada tipicamente na primavera (entre março e abril) em solos bem preparados e organizados em leiras paralelas, com espaçamento suficiente para permitir a irrigação e o acesso. O linho é semeado de forma densa, favorecendo o crescimento de fibras longas e uniformes. A colheita ocorre geralmente entre finais de junho e início de julho, quando a planta atinge a maturação.

Segue-se a ripagem, processo que consiste na remoção das sementes das hastes de linho, através da passagem das plantas por um pente ou estrutura com dentes. Esta etapa permite separar a parte útil da planta (fibra) dos elementos destinados à produção de semente para futuras culturas.

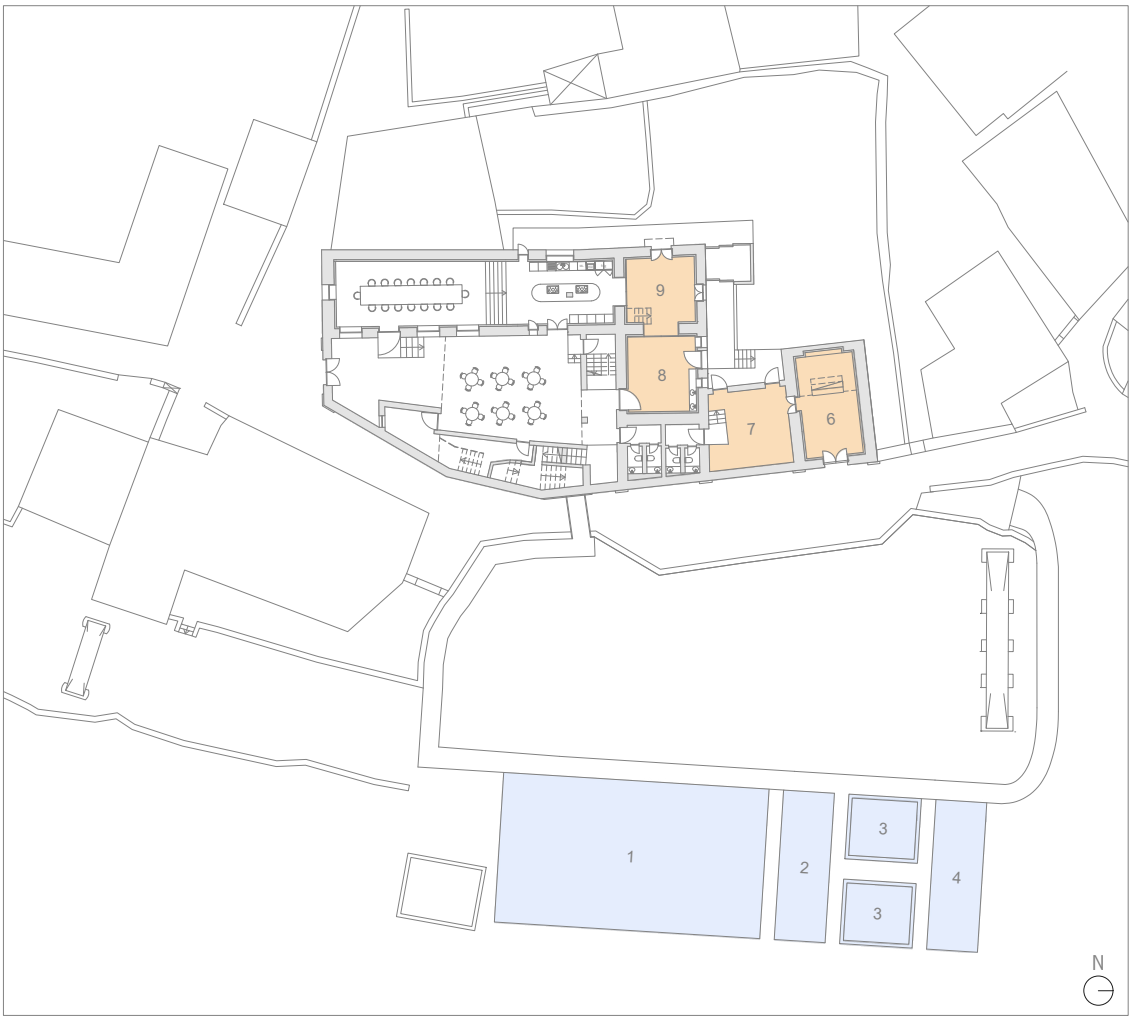
Posteriormente, tem lugar o curtimento, uma das fases mais determinantes, que consiste na imersão dos feixes de linho em água durante vários dias. Este processo permite a degradação das substâncias que ligam a fibra ao caule lenhoso, facilitando a sua separação. No projeto, esta etapa é realizada em tanques localizados nos terrenos exteriores, aproveitando a proximidade da fonte.

Após o curtimento, procede-se à primeira secagem, que pode ocorrer ao ar livre ou em espaços parcialmente cobertos, permitindo a estabilização do material antes das etapas seguintes. Estas primeiras fases desenvolvem-se integralmente no exterior.

A etapa seguinte, a espadelagem, ocorre já no interior, sendo localizada na antiga capela. Esta fase consiste na quebra da parte lenhosa do caule, através de impacto mecânico, libertando as fibras têxteis. Trata-se de um processo que gera poeiras e resíduos, justificando a sua localização numa área separada da zona habitacional e social, garantindo uma clara distinção entre espaços "sujos" e "limpos". A reutilização da capela para esta função permite não só atribuir um novo uso ao edifício, mas também responder às exigências espaciais desta etapa, nomeadamente ao nível do pé-direito.



F | 5.86 | Etapas de Produção do Linho



F | 5.87 | Etapas de Produção do Linho na Casa Catalão

O volume de ligação entre a casa e a capela assume um papel fundamental como espaço de transição, funcionando como elemento de separação funcional entre estas duas zonas. Para além disso, acolhe funções de apoio à oficina e integra a segunda secagem do linho, etapa que permite eliminar a humidade residual após os processos anteriores.

As fases finais decorrem já na zona considerada "limpa" da habitação. A penteação consiste no alinhamento e limpeza das fibras, com pentes específicos que removem impurezas e organizam o material. Segue-se a fiação, processo através do qual as fibras são torcidas e transformadas em fio contínuo, utilizando técnicas manuais ou equipamentos simples.

Por fim, a tecelagem ocorre na sala destinada aos teares, onde o fio é transformado em tecido. Esta etapa representa a conclusão do processo produtivo iniciado no exterior.



1- Plantação



2 - Ripagem



3 - Curtimento



4 - Primeira Secagem



5 - Espadolagem



6 - Segunda Secagem



7 - Penteação



8 - Fiação



9 - Tecelagem

F | 5.88 | Etapas de Produção do Linho

Infraestrutura e Expressão Arquitetónica

A reflexão sobre o papel das infraestruturas na arquitetura contemporânea encontra um dos seus contributos mais relevantes na obra de Reyner Banham, nomeadamente no ensaio A Home Is Not a House (1965). Neste texto, o autor questiona a centralidade da construção enquanto invólucro estático, propondo uma mudança conceptual em que os sistemas técnicos, como o aquecimento, a ventilação, o abastecimento de água e a energia, assumem um papel determinante na definição do espaço habitável. Banham defende que a casa não se define essencialmente pela sua forma arquitetónica, isto é, pela parede, pelo telhado ou pela estrutura, mas sim pelos sistemas que asseguram o conforto e a habitabilidade[1]. Esta perspetiva desloca o foco da arquitetura da forma construída para o desempenho infraestrutural do edifício, antecipando uma leitura da habitação enquanto sistema técnico integrado.

Esta visão é comum a diversas propostas experimentais do século XX, como a Dymaxion House de Buckminster Fuller, onde a habitação é concebida como um sistema integrado de serviços técnicos, ou ainda nas experiências do grupo Archigram, que exploram a ideia de uma arquitetura móvel, plug-in e altamente dependente de infraestruturas. Nestes exemplos, a infraestrutura deixa de ser um elemento secundário e oculto para se tornar o principal gerador da forma arquitetónica, assumindo-se como estrutura organizadora do espaço.

O presente caso de estudo, adota uma abordagem que traduz uma gestão equilibrada da visibilidade das infraestruturas, reconhecendo as condicionantes inerentes à intervenção em edifícios preexistentes. Em contextos de reabilitação patrimonial, a integração total das infraestruturas revela-se frequentemente limitada pela configuração construtiva existente e pela necessidade de preservar elementos materiais e estruturais, tornando inviáveis soluções excessivamente intrusivas. Desta forma optou-se pelas mesmas serem embutidas sempre que possível, nomeadamente em elementos construtivos novos, como paredes divisórias introduzidas no projeto, ou na própria laje que incorpora agora novas camadas técnicas, incluindo isolamento acústico. Por outro lado, quando a sua integração implicaria intervenções intrusivas na estrutura existente, particularmente em paredes de alvenaria de pedra, opta-se pela sua exposição.

Desta forma, a visibilidade das infraestruturas não resulta de uma intenção expressiva autónoma, mas de uma decisão pragmática e contextual, que procura responder às exigências técnicas do novo programa, minimizando simultaneamente o impacto sobre o edifício preexistente.

1 Banham, R. (1965). A home is not a house. Architectural Design.

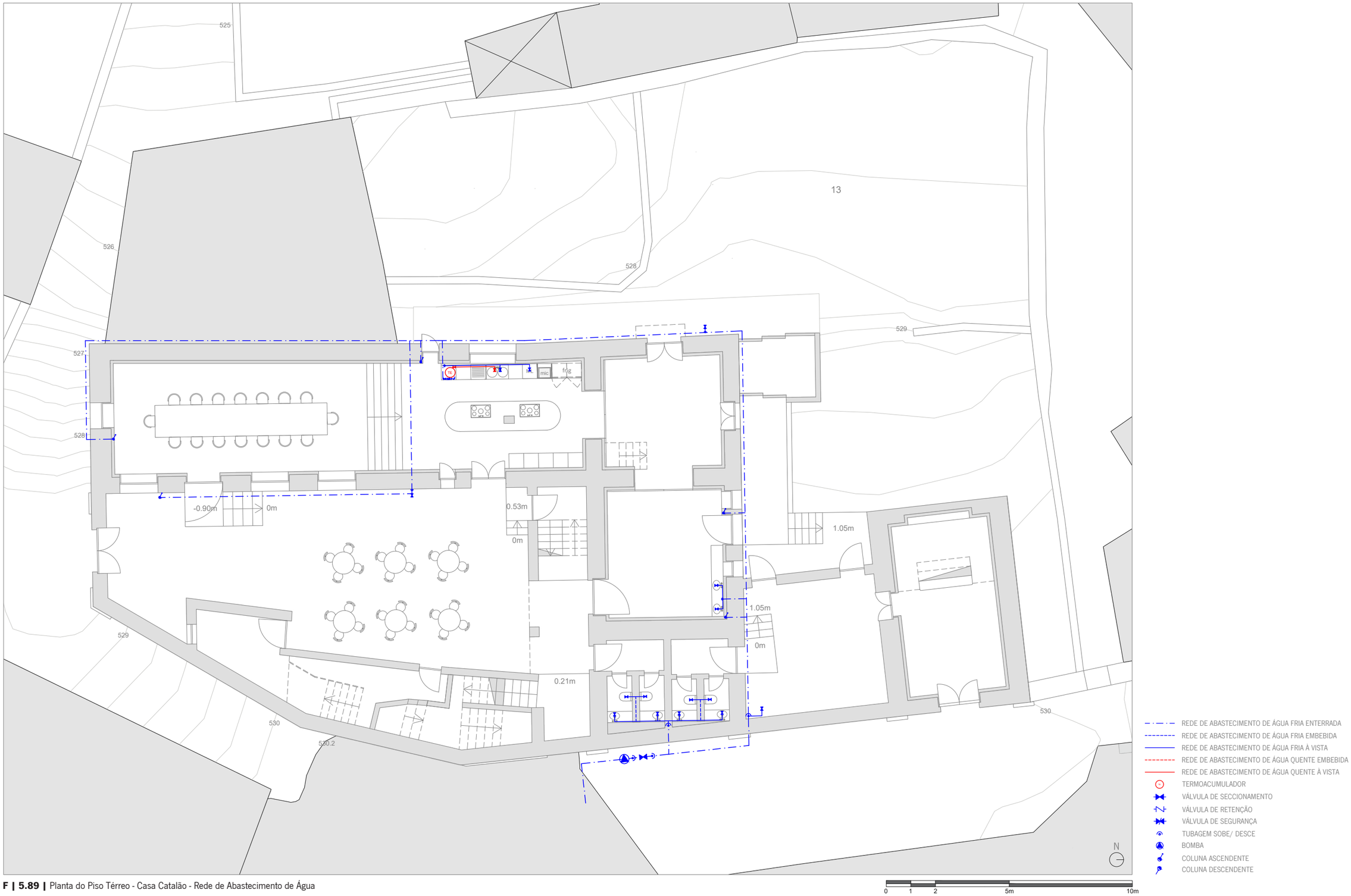
Esta lógica é igualmente refletida na organização funcional dos espaços, nomeadamente na localização das zonas húmidas. As instalações sanitárias são sistematicamente posicionadas em proximidade com as paredes existentes, o que permite reduzir a extensão das redes técnicas, otimizar o seu funcionamento e evitar intervenções desnecessárias na estrutura. Esta estratégia contribui para uma maior eficiência do sistema, e respeita simultaneamente a integridade construtiva do edifício.

A análise das infraestruturas existentes, com base no testemunho do proprietário atual da casa[1], revela soluções tecnicamente sofisticadas para a época, particularmente no que diz respeito ao abastecimento de água. O sistema original baseava-se numa nascente local, com caudal estável. A partir daí, a água era conduzida até à habitação e elevada até um depósito localizado no sótão, com aproximadamente 90×90×90 cm, sendo posteriormente aquecida através de uma serpentina associada ao fogão a lenha e distribuída pelos diversos compartimentos. Este sistema permitia não só o abastecimento de água fria, mas também de água quente, funcionando de forma autónoma, e sem ligação à rede pública.

Apesar da sua sofisticação técnica para a época em questão, este sistema apresenta limitações face ao novo programa proposto. Originalmente concebido para servir um único agregado familiar, o modelo centralizado de aquecimento e distribuição de água revela-se inadequado para uma ocupação fragmentada, composta por múltiplas unidades habitacionais autónomas. Neste sentido, optou-se pela desativação do depósito existente e pela introdução de um sistema descentralizado, em que cada unidade habitacional é equipada com um termoacumulador elétrico individual. Esta solução permite uma gestão mais flexível e eficiente do consumo de água quente, adaptando-se às diferentes necessidades de utilização e evitando a dependência de um sistema comum.

Relativamente ao abastecimento de água, o projeto mantém a utilização da nascente existente, valorizando um recurso local com comprovada estabilidade ao longo do tempo. A água é conduzida até à habitação através de tubagens subterrâneas, sendo posteriormente distribuída pelos diferentes pisos e compartimentos. A rede é maioritariamente embutida, emergindo apenas nos pontos de consumo, como cozinhas e instalações sanitárias, de acordo com a lógica de "mínima intervenção" previamente definida.

1 A informação apresentada resulta de entrevista realizada ao atual proprietário da Casa do Catalão (2026).



F | 5.89 | Planta do Piso Térreo - Casa Catalão - Rede de Abastecimento de Água

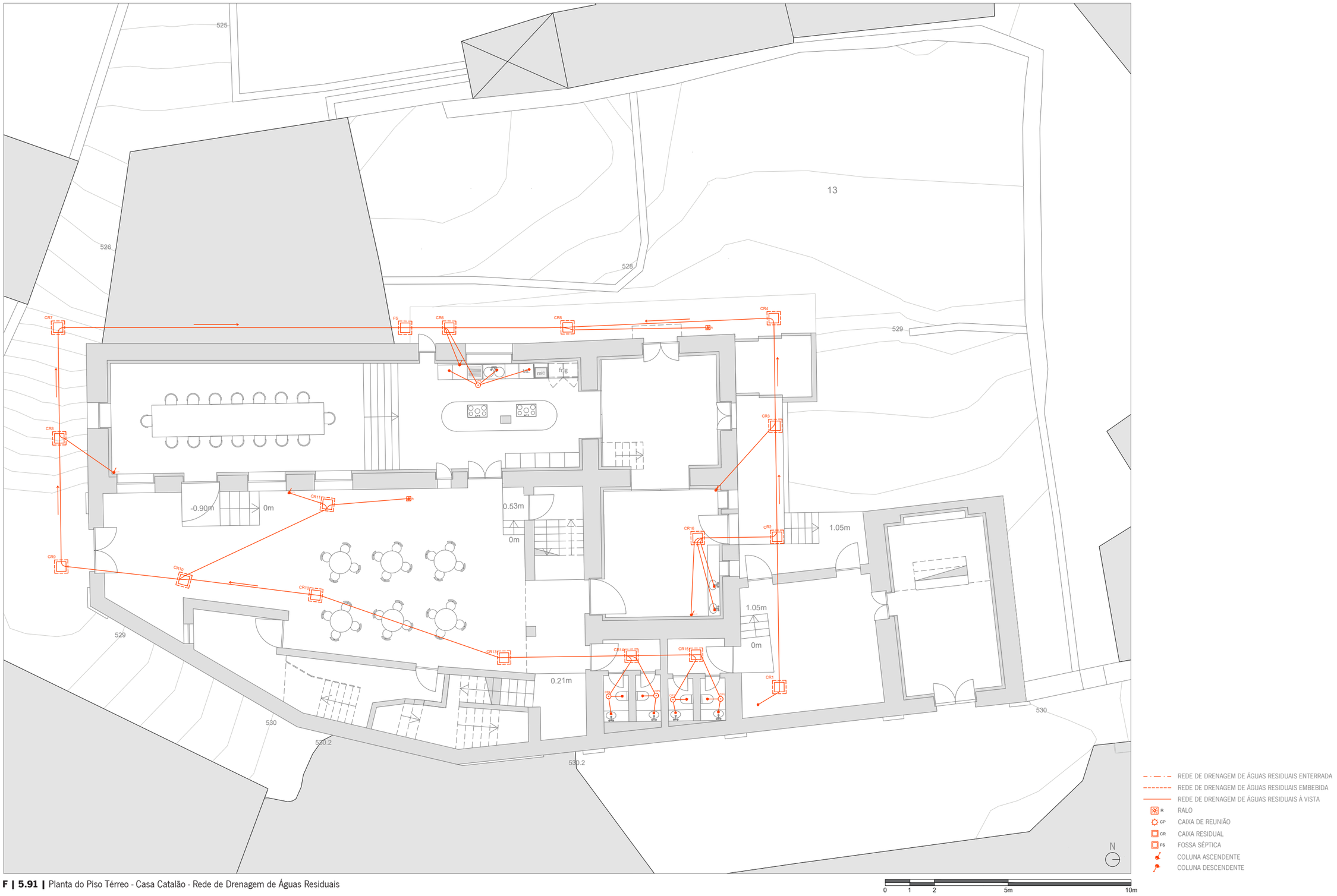


F | 5.90 | Planta do Piso 1 - Casa Catalão - Rede de Abastecimento de Água

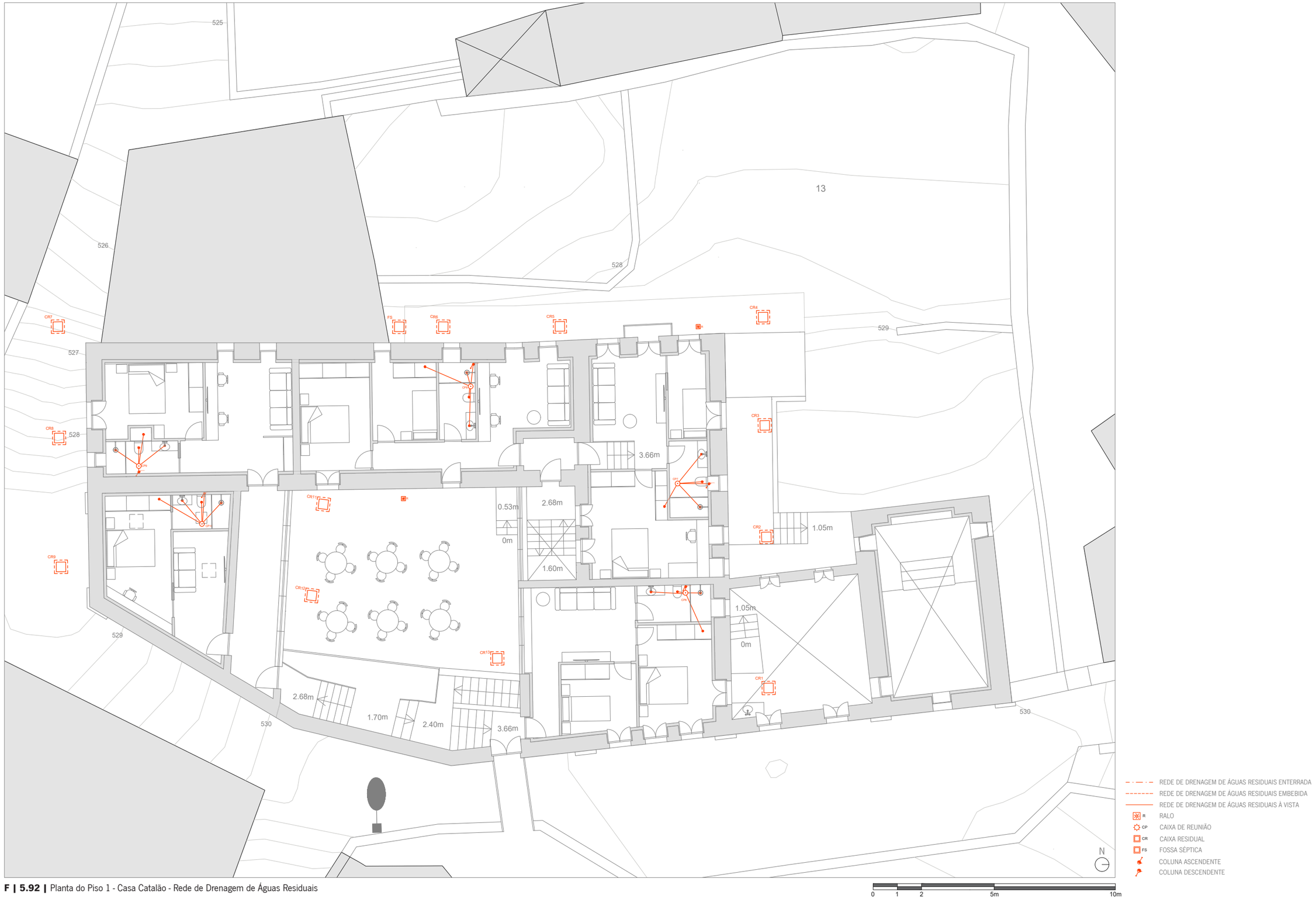
No que diz respeito à rede de drenagem de águas residuais, a casa dispunha originalmente de uma fossa séptica como sistema de tratamento, solução que optou por se manter em funcionamento. Esta decisão decorre não apenas do aproveitamento de uma infraestrutura preexistente, minimizando intervenções adicionais, mas também da sua articulação com os princípios de decrescimento que orientam o projeto.

Neste sentido, a manutenção da fossa séptica relaciona-se com a intenção de promover uma gestão mais local e circular dos recursos, permitindo, futuramente, o aproveitamento da matéria orgânica resultante do tratamento dos efluentes no apoio às hortas e áreas produtivas associadas ao programa.

A rede de drenagem é organizada de forma racional, recorrendo a caixas de reunião e caixas de inspeção estrategicamente posicionadas, nomeadamente em pontos de mudança de direção ou confluência, garantindo o seu correto funcionamento e acessibilidade para manutenção. Na conceção desta rede optou-se por uma solução integralmente embutida no terreno. Esta é concebida segundo um sistema de escoamento por gravidade, assegurando as pendentes adequadas ao correto encaminhamento dos efluentes, permitindo um funcionamento eficiente sem necessidade de recurso a sistemas mecânicos adicionais.

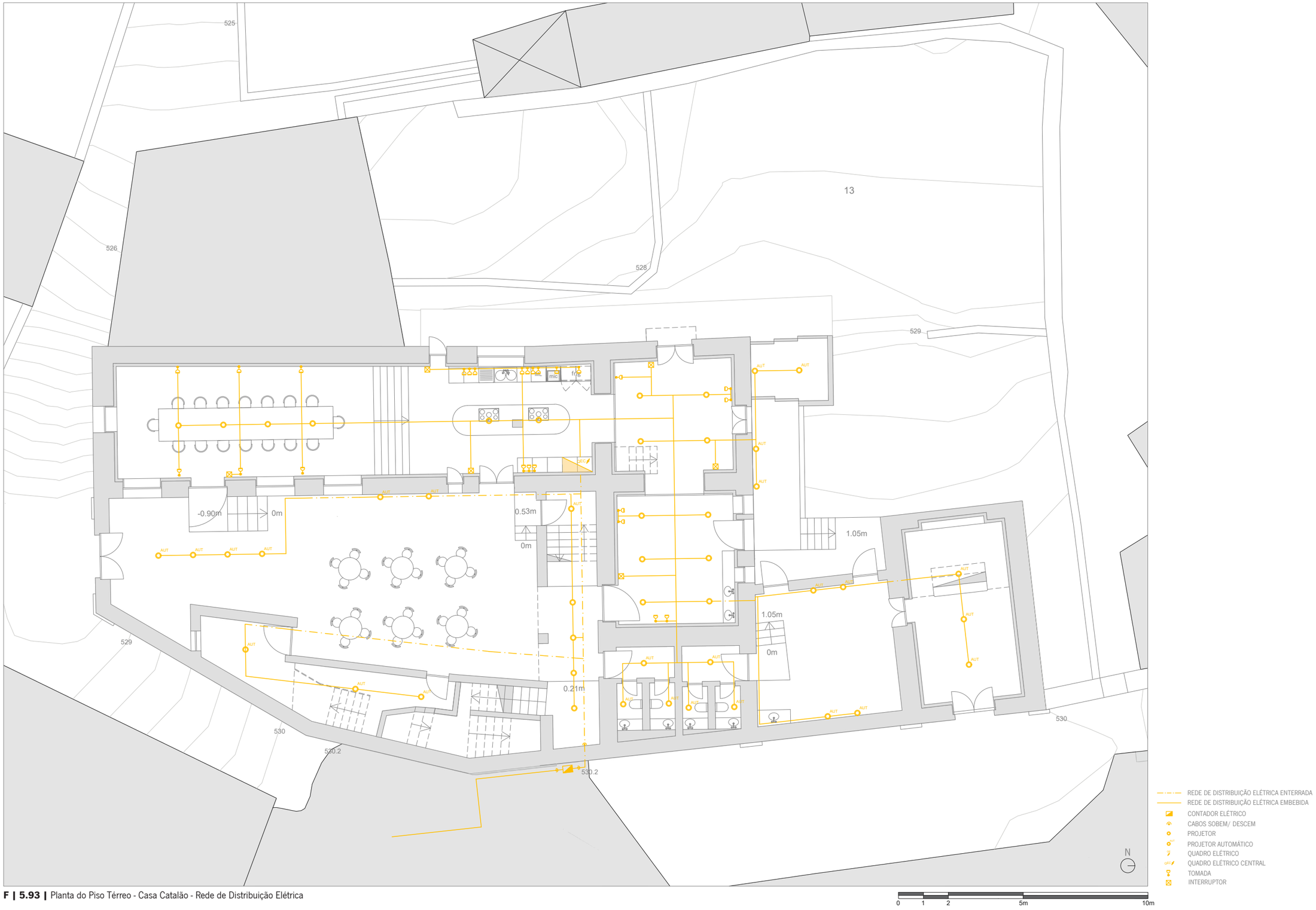


F | 5.91 | Planta do Piso Térreo - Casa Catalão - Rede de Drenagem de Águas Residuais

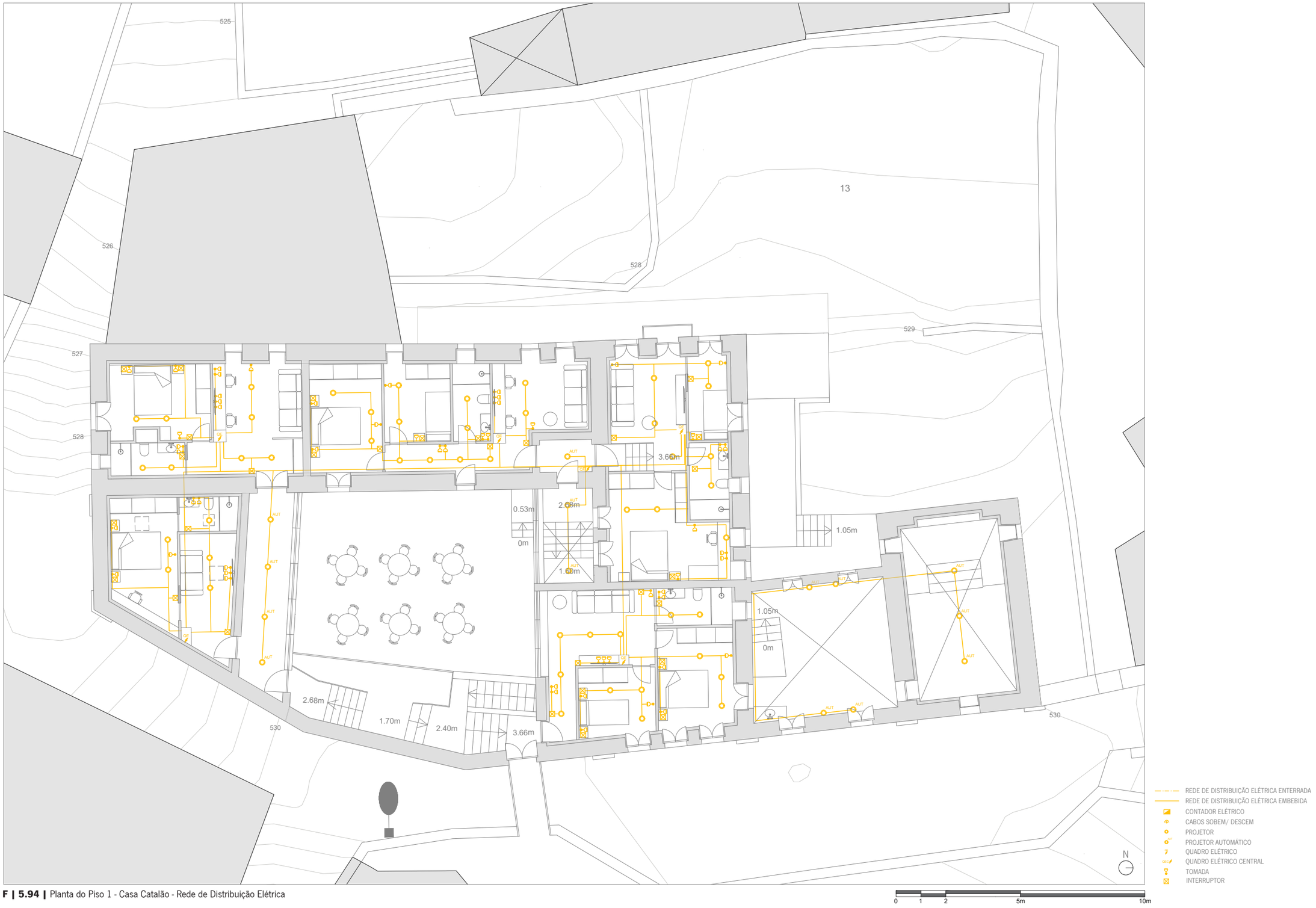


F | 5.92 | Planta do Piso 1 - Casa Catalão - Rede de Drenagem de Águas Residuais

Por fim, ao nível da infraestrutura elétrica, verifica-se que a habitação não dispunha originalmente de ligação à rede pública, refletindo um modo de vida anterior. No âmbito do projeto, é introduzido um novo ramal de ligação à rede elétrica, assegurando o fornecimento de energia às diferentes unidades habitacionais. Este ramal desenvolve-se até à fachada, onde se localiza o contador, posicionado no exterior de forma a permitir o acesso direto por parte das entidades gestoras. A partir desse ponto, a rede elétrica entra no edifício de forma subterrânea até ao quadro elétrico geral, a partir do qual se organiza a distribuição interna. Esta é maioritariamente embutida nas lajes, tornando-se apenas visível pontualmente nas paredes, nos pontos de ligação a tomadas e interruptores. No piso superior, a distribuição é assegurada através de uma conduta técnica vertical que parte do quadro geral e alimenta os diferentes subquadros correspondentes a cada unidade habitacional, permitindo uma gestão autónoma e eficiente do sistema elétrico. Á semelhança dos restantes sistemas, a sua implementação segue o princípio da mínima intervenção, procurando integrar as infraestruturas de forma discreta e compatível com o edifício existente.



F | 5.93 | Planta do Piso Térreo - Casa Catalão - Rede de Distribuição Elétrica



F | 5.94 | Planta do Piso 1 - Casa Catalão - Rede de Distribuição Elétrica

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclusão

Com a realização deste trabalho, demonstra-se que a intervenção em património construído em contextos rurais não deve ser entendida apenas como um exercício de preservação formal, mas como uma oportunidade de reativação dos seus usos, significados e relações com o território. A partir da leitura da aldeia e das suas dinâmicas atuais, conclui-se que a perda de funções produtivas e sociais não corresponde a uma ausência de potencial, mas antes à necessidade de reconfigurar esses sistemas de forma contemporânea.

A proposta opera na reinterpretação do existente através de estratégias de "mínima intervenção", capazes de preservar a identidade do lugar sem o cristalizar no passado. Ao integrar programas sociais, habitacionais e produtivos, o projeto evidencia como a arquitetura pode funcionar como mediadora entre memória e contemporaneidade, promovendo novas formas de uso e de convivência.

Conclui-se, assim, que o valor do projeto não reside na sua dimensão enquanto objeto isolado, mas na sua capacidade de ativar relações: entre edifícios e território, entre passado e presente, e entre habitantes e comunidade. Neste sentido, a arquitetura é entendida menos como gesto de substituição e mais como instrumento de continuidade crítica, capaz de prolongar e transformar os modos de habitar existentes.

Referências Bibliográficas

(Segundo a norma APA 7º edição)

Serge Latouche. (2009). *Farewell to growth*. Polity Press.

Giorgos Kallis. (2011). In defence of degrowth. *Ecological Economics*, 70(5), 873–880. https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2010.12.007

Jackson, T. (2009). *Prosperity without growth: Economics for a finite planet*. Earthscan.

Câmara Municipal de Terras de Bouro. (s.d.). *Covide*. https://www.cm-terrasdebouro.pt/municipio/freguesias/covide

Câmara Municipal de Terras de Bouro. (1995). *Plano Diretor Municipal de Terras de Bouro. Diário da República*. https://www.cm-terrasdebouro.pt/servicos/urbanismo-e-ordenamento-do-territorio/pdm-online

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. (n.d.). *Geo-Catálogo ICNF.* https://geocatalogo.icnf.pt/websig/

Instituto Nacional de Estatística. (2021). *Censos 2021: População*. https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21_populacao&xpid=CENSOS21

Câmara Municipal de Terras de Bouro. (s.d.). *Covide*. https://www.cm-terrasdebouro.pt/municipio/freguesias/covide

Câmara Municipal de Terras de Bouro. (s.d.). *Trilhos pedestres*. https://turismo.cm-terrasdebouro.pt/listings/?search_keywords=trilhos&submit=&filter_job_type%5B%5D=

Câmara Municipal de Terras de Bouro. (2021). Guia 2021: *Trilhos pedestres na senda de Miguel Torga*. https://turismo.cm-terrasdebouro.pt/wp-content/uploads/docs/Guia-2021-Trilhos-Pedestres-na-Senda-de-Miguel-Torga.pdf

Câmara Municipal de Terras de Bouro. (s.d.). Via XVIII / *Geira*. https://turismo.cm-terrasdebouro.pt/listings/via-xviii-geira/

Cesare Brandi. (2005). *Teoria del restauro*. Einaudi

Feilden, B. M. (2003). *Conservation of historic buildings* (3rd ed.). Architectural Press.

Jukka Jokilehto. (1999). *A history of architectural conservation*. Butterworth-Heinemann.

International Council on Monuments and Sites. (1964). *International charter for the conservation and restoration of monuments and sites* (Venice Charter).

Sherban Cantacuzino. (1989). Re-architecture: *Old buildings/new uses*. Abbeville Press.

International Council on Monuments and Sites (ICOMOS). (1999). *Carta do património vernáculo construído*. ICOMOS. https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/40%20Carta%20patrim%C3%B3nio%20vern%C3%A1culo%201999.pdf

Permanent Court of Arbitration. (2017). RU-0196 [Exhibit submitted by the Russian Federation in rejoinder proceedings]. *Permanent Court of Arbitration*. https://files.pca-cpa.org/pcadocs/2017-06/11.%20Russian%20Federation%20-%20Rejoinder%20-%20Exhibits/11.%20Russian%20Federation%20-%20Rejoinder%20-%20Exhibits/RU-0196.pdf

Council of Europe. (n.d.). Reference texts. *European Landscape Convention.* https://www.coe.int/en/web/landscape/reference-texts

Council of Europe. (2005). *Council of Europe Framework Convention on the Value of Cultural Heritage for Society* (Faro Convention). https://www.coe.int/en/web/culture-and-heritage/faro-convention

UNESCO. (1994). *The Nara document on authenticity*. UNESCO World Heritage Centre. https://whc.unesco.org/document/116018

European Commission. (n.d.). *Flax and hemp: Production and processing*. European Commission. https://agriculture.ec.europa.eu/farming/crop-productions-and-plant-based-products/flax_en

Direção-Geral do Património Cultural. (n.d.). *Ciclo do linho. Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*. https://matrizpci.patrimoniocultural.gov.pt/InventarioNacional/DetalheFicha/621

Folclore.pt. (2023). *Ciclo do linho: Saberes tradicionais*. https://folclore.pt/ciclo-linho-saberes-tradicionais/

Parque Biológico de Gaia. (n.d.). *Ciclo do linho*. https://parquebiologico.pt/destaques-dos-parques/biologico/destaques-parque-biologico/destaques-parque-biologico-1/362-ciclo-do-linho

Ecomuseu da Serra da Labruja. (n.d.). *Ciclo do linho*. https://ecomuseu.labruja.pt/portfolio/ciclo-do-linho/

Linen Shed. (2018). *La culture du lin par étapes*. https://linenshed.pt/blogs/news/la-culture-du-lin-par-etapes

Dieta Mediterrânica. (2022). *Ciclo do linho* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=9pqP9kDGEL8

Reyner Banham. (1965). *A home is not a house*. *Architectural Design*.

Guy Merin. (2019, February 9). *Architecture classics: The Dymaxion House / Buckminster Fuller. ArchDaily.* https://www.archdaily.com/401528/ad-classics-the-dymaxion-house-buckminster-fuller

Rosa Baratto. (2014, January 9). *The Plug-In City, 1964 / Peter Cook, Archigram. ArchDaily Brasil.* https://www.archdaily.com.br/br/01-166703/the-plug-in-city-1964-slash-peter-cook-archigram Rosa Baratto. (2014, January 9). *The Plug-In City, 1964 / Peter Cook, Archigram. ArchDaily Brasil.* https://www.archdaily.com.br/br/01-166703/the-plug-in-city-1964-slash-peter-cook-archigram